Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Setembro 1977
Quarta-feira

ANO 57.°
N.° 19 449
6 escudos

O CASO DA METALÚRGICA DUARTE FERREIRA

Empresa francesa ameaça o Governo

O Governo português foi ameaçado pela sociedade francesa Braud de levar um caso de não cumprimento de contratos respeitantes à Metalúrgica Duarte Ferreira, ao contencioso internacional, com os devidos reflexos na Câmara Internacional do Comércio, em Genebra e nos tribunais onde poderá correr o respectivo processo.

Este problema está relacionado com um contrato devidamente supervisionado e homologado pelo Governo (uma vez que a empresa estava intervencionada) assinado com aquela empresa francesa, respeitante ao fornecimento de cinco lotes de ceifeiras-debulhadoras que deveriam ser montadas em Portugal, na fábrica do Tramagal.

No entanto, após o fornecimento dos dois primeiros lotes que incluiam 95 daquelas máquinas, não foi possível encontrar forma de avalizar os restantes três, que representam um total de 225 ceifeiras-debulhadoras, já fabricadas e armazenadas em França, aguardando solução do problema. O facto é que, nos termos do telex enviado ao chefe do Gabinete da Secretaria da Indústria, «a situação da Sociedade Braud será colocada rapidamente em perigo».

Após diversas reuniões, nas quais o Governo português esteve representado, uma outra se encontra marcada ainda para este mês, em Lisboa, na qual o MIT pretende estar representado não como responsável mas, muito simplesmente como observador, pretendendo que seja unicamente aquela empresa intervencionada a assumir as responsabilidades inerentes ao citado contrato. A data limite concedida pela Braud é o próximo dia 15.

O total dos encargos resultantes da encomenda que se encontra armazenada em França é de mais de 120 mil contos, em cuja responsabilidade também está incluída uma empresa de «seguros à exportação» francesa, a COFACE. Aliás, à data da intervenção da MDF, existiam graves problemas com esta mesma empresa, pois eram-lhes devidos 10 milhões de francos. Essa situação foi entretanto regularizada.

Recordemos que o projecto de montagem de ceifeiras-debulhadoras da marca Braud em Portugal tinha em vista o estudo e fabricação de peças necessárias para que a fabricação dessas máquinas agrícolas tivesse um aumento progressivo de incorporação nacional.

A montagem em Portugal das ceifeiras-debulhadoras, a par de outros processos que incluiriam a fabricação de enfardadeiras, de tractores e do camião nacional, permitiriam ao nosso país poupar muitas centenas de milhares de contos em importações. No entanto, com o «plano Braud» em marcha na MDF, continuaram a ser importadas, por exemplo, ceifeiras-debulhadoras, em número que neste ano rondou as quatro centenas, contra uma necessidade nacional de cerca de 350.

O Plano os uniu, a emergência os separou

"PACOTE 2" ANULA PLANO

Manuela Silva demitiu-se

Manuela Silva, secretário de Estado do Planeamento, apresentou na semana passada ao Primeiro-Ministro o pedido de demissão do cargo que desempenha desde a formação do Governo constitucional.

Em declarações prestadas a um matutino, Manuela Silva explicou que a sua decisão se devia a «discordâncias relacionadas com a política económica do Governo», não adiantando mais pormenores acerca das desinteligências surgidas e evitando pronunciar-se sobre a relação da sua atitude com eventuais alterações do Plano a Médio Prazo negociadas com os partidos à direita do PS, nomeadamente o PSD.

Recorda-se que o segundo «pacote» de medidas económicas, recentemente decretado, veio praticamente anular o Plano a Médio Prazo 1977-80, elaborado pela Secretaria do Planeamento.

Entretanto, a decisão agora formalizada por Manuela Silva é uma hipótese tida como provável pelos observadores desde o adiamento da discussão na Assembleia da República das Grandes Opções do Plano, hipótese reforçada quando o secretário de Estado do Planeamento declarou que não aceitaria modificações de fundo no projecto apresentado.

Por outro lado, a previsão de um Plano de Emergência para o próximo Outono, deixando entrever a possibilidade de um entendimento com a oposição de direita, assim como as recentes declarações do ministro Sousa Gomes em Sines, quando admitiu a necessidade de introdução de «alguns ajustamentos» na Lei do Plano, acrescentando ironicamente que «O Governo poderia ter-se esquecido de alguma grande opção», tudo isso parece reduzir a mera curiosidade bibliográfica a edição em 10 volumes, a alto preço (cerca de 2 contos), dos relatórios preparatórios do Plano a Médio Prazo que a Imprensa Nacional acaba de publicar.

O secretário de Estado demissionário que permanece no exercício das suas funções, à espera de uma decisão do Primeiro-Ministro, parte amanhã para a Bélgica, onde vai participar num simpósio económico promovido pela Universidade de Gand.

A direcção do Sindicato dos Jornalistas deu esta manhã uma Conferência de Imprensa para os representantes dos órgãos de comunicação estrangeiros

Jornalistas tomaram posição contra medidas do Governo

(Pág. 5)

Os pontos nos "ii" da Constituição

— por Pedro Alvim (Pág. 3)

Os inimigos do cinema português

— por José Fonseca e Costa (Págs. 14/15)

Morreu Jean Rostand

(Pág. 13)

COM RESIDÊNCIA FIXA

Apalategui libertado

Com a obrigação de residência no convento dos «Irmãos do Prado», um tribunal de Aix-en-Provence, na França, decidiu ontem libertar o militante basco Miguel Angel Apalategui acusado do rapto e morte do industrial Javier Ybarra. Apalategui não poderá sair da região e deverá apresentar-se à Polícia duas vezes por semana e responder a todas as convocações judiciárias, podendo, entretanto, assistir ao seu processo de extradição que decorrerá a partir de 14 de Outubro.

A opinião pública do País Basco espanhol recebeu a notícia com grande satisfação e um conjunto de partidos políticos e organizações nacionalistas deverão reunir-se hoje para estudar a nova situação criada pela decisão dos magistrados franceses.

Recorde-se que a prisão de «Apala», em Junho, suscitou viva emoção no País Basco, e desencadeou centenas de manifestações pela sua libertação, a maioria das quais terminou com choques provocados pela violência da intervenção policial. Apalategui, que não era conhecido, repentinamente tornou-se um «herói», símbolo das reivindicações autonomistas.

Agora, em Madrid, nenhum partido político deu ainda a conhecer a sua reacção acerca da libertação de «Apala». Apenas Alfonso Guerra, o «número 2» do PSOE, e o secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo, deram a conhecer a sua «viva satisfação», mas apenas a nível individual. Oficialmente, a decisão dos juízes franceses em libertar Miguel Angel Apalategui também não provocou maiores comentários em Espanha.

Este, ontem à noite, falou à «Rádio Popular de Bilbau», que foi entrevistá-lo rapidamente em França. Disse que era preciso continuar a luta pela sua libertação até à amnistia total. Nas suas declarações, pronunciadas em língua basca, manifestou gratidão pelo movimento gerado em torno da sua libertação e pelas demonstrações de solidariedade de que foi alvo.

O caso Rosa Coutinho ameaça ter repercussões

O caso da passagem compulsiva à reserva do almirante Rosa Coutinho bem como do comandante Xavier e do segundo-tenente Rodrigues Soares, está a provocar enorme celeuma entre o pessoal da Armada, pela violação clara das normas morais e regulamentares que devem orientar a administração da justiça militar e salvaguarda da dignidade das instituições militares.

Em documentos que circulam internamente, a vários níveis, o caso é analisado no seu contexto jurídico e moral, condenado o procedimento do almirante Souto Cruz e contestada a legitimidade do mesmo para aplicar aquelas penas na qualidade de chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).

Na verdade a competência atribuída pelo Regulamento de Disciplina Militar ao chefe do Estado-Maior da Armada é de aplicação de pena de 2 a 6 meses de inactividade. O mesmo Regulamento refere-se nesses documentos, estabelece que as penas de «reserva compulsiva», de «reforma compulsiva» e de «separação do serviço», só podem ser aplicadas «mediante parecer do Conselho Superior de Disciplina da Armada», onde se conclui que o almirante Souto Cruz só poderia aplicar essas penas se elas tivessem sido propostas por aquele órgão. Só por si não tem competência para o fazer.

Nos documentos a que vimos fazendo referência diz-se que o CSDA, depois de declarar improcedentes algumas nulidades arguidas pela defesa, conclui que «conforme resulta das respostas aos quesitos, ficou provado que nenhum dos factos formulados pela acusação foi julgado procedente, verificando-se que não foi afectada a respeitabilidade do arguido, o decoro militar, os ditâmes da virtude e da honra, pelo que o Conselho entendeu, por unanimidade, que não foi atingida a capacidade moral do almirante António Alva da Rosa Coutinho».

Sublinha-se ainda que o almirante Rosa Coutinho foi punido a coberto duma pretensa invocação do RDM por ter feito declarações políticas na sua

(Continua na pág. 20

Política de A a Z

UMA DEMISSÃO

A notícia da demissão do secretário de Estado do Planeamento, dra. Manuela Silva, não terá surpreendido os observadores políticos, os jornalistas, os cidadãos atentos. Todos se recordam de que Manuela Silva declarara não aceitar modificações de fundo no projecto apresentado à Assembleia da República, relativo às Grandes Opções do Plano, e cuja discussão viria a ser adiada. Declarações recentes do Primeiro-Ministro, com o anúncio da possibilidade de uma eventual negociação com os «partidos» e com os chamados «parceiros sociais» de um dito «Plano de Emergência», deixaram antever uma possibilidade de serem esquecidas temporariamente ou liquidadas numa negociação com o PSD e o CDS as «Grandes Opções do Plano». Manuela Silva não aceitava esta perspectiva. Por razões técnicas. Por razões políticas. Talvez, por uma certa coerência, a que poderemos chamar de moralidade constitucional.

Esta demissão de Manuela Silva não é um acontecimento banal. Esperamos que Mário Soares não a considere uma contrariedade menor, um ligeiro acidente de percurso. Porque deixando Manuela Silva e as «Grandes Opções do Plano» pelo caminho, o que nos perguntamos aqui e agora, na margem esquerda e no centro-esquerda, neste Portugal inquieto e perplexo, é, justamente e preocupadamente: para onde vamos?

UMA AFIRMAÇÃO IMPORTANTE

Afirmativas, firmes, as palavras de Manuel Alegre quanto à decisão de impedir, no território nacional, actividades contra-revolucionárias e subversivas em relação aos Governos e aos Estados de Angola e Moçambique. Reconheceu Manuel Alegre, sem ambiguidades, que a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, têm razão para protestar (e para desconfiar da sinceridade portuguesa) na medida que por esse Portugal além se conspira e se recruta, se calunia e intriga, não só contra o MPLA mas contra Angola livre e independente, não só contra a Frelimo mas contra Moçambique livre e independente. Das declarações de Manuel Alegre, e na sequência da confiança com que anuncia uma efectiva melhoria das nossas relações com as jovens nações africanas, deduz-se a necessidade de impedir e de reprimir as actividades mercenárias ou desesperadas que põem em risco os interesses reais de Portugal.

Não passaremos das grandes frases, das belas palavras, das evocações sentimentais, se não passarmos do formalismo diplomático, rígido e empertigado, para a cooperação actuante, as relações de mútuo interesse, a compreensão amiga, as trocas comerciais, o convívio cultural, a militante ajuda anti-imperialista, a límpida fraternidade. Somos «países irmãos». Sejamo-lo sem reserva, sem ressentimento e sem retórica.

Revoltado e resistente, anticolonialista e antifascista, o interlocutor Manuel Alegre teve a possibilidade de falar, com uma autoridade caldeada numa experiência militante comum, temperada na luta contra o inimigo comum, com homens que o conheceram em Dar-es-Salam ou Argel, em Luanda ou no Cairo, em Bissau ou em Pyongyang, falando a mesma linguagem anti-imperialista que nos enlaçava, portugueses e angolanos e moçambicanos e guinéus, na mesma determinação: combater o fascismo, combater o colonialismo. Mas se o diálogo foi fácil, a sequência do diálogo é difícil. A «esquerda», toda a «esquerda», e, também, a «esquerda do Partido Socialista», terão que apoiar Manuel Alegre no Governo e contra o Governo, no seu partido e contra o seu partido, para que esta perspectiva de cimentar em claras afinidades e claros objectivos as relações com Angola e Moçambique não seja burocrática, diplomática, reaccionária e contra-revolucionáriamente sabotada.

A afirmação do propósito de impedir as actividades subversivas e mercenárias contra Angola, contra Moçambique, é politicamente relevante. Merece a nossa atenção, merece o nosso apoio, exige a nossa solidariedade na medida em que aos cidadãos deste «destino azul» estão abertas possibilidades livres de participar e intervir. Esta afirmação política, esta decisão política, interessa à «esquerda», a toda a «esquerda». Corresponde aos interesses reais do Povo Português.

UMA REFLEXÃO MELANCÓLICA

Sem indignação, apenas com melancolia, registamos a reacção precipitada de alguns «desesperados», a indiferença dos burocratas, à desdenhosa frieza dos reaccionários, a triste tentativa de diminuir o significado da «abertura» alcançada. Foi **um homem**, foi **um membro do Governo**, foi **um dirigente socialista**. As distinções são mesquinhas. Conseguiu-se renovar o diálogo ao justo nível político. Desbloquearam-se relações com Angola e com Moçambique, se... Se todos os amigos de Angola e Moçambique as defenderem da conspiração dos «desesperados» e da intriga dos «reaccionários». Se não liquidarmos à facada **este interlocutor**, se não consentirmos que se chame de **traidor** a quem quer que seja que negociou a paz e a independência das nações africanas. Seja o interlocutor visado, atacado e ofendido, um general Costa Gomes, um almirante Rosa Coutinho, um major Melo Antunes. Os superiores interesses nacionais continuam a impor-nos respeito pelos homens que dignamente, corajosamente, os sabem interpretar. Avaliemos os homens acção por acção, deixemos à História os juízos globais.

Organização de retornados provoca o Governo

. Em consequência directa do anúncio feito por Manuel Alegre de que iriam ser proibidas as actividades contra Angola e Moçambique no nosso País, a Interorganização de Refugiados (IOR) anunciou, ontem, que mantém ligações intimas com a UNITA e a FNLA «com um serviço de informações bem montado» e que não acatará as ordens do Governo quanto àquelas proibições.

Este anúncio foi feito por um indivíduo de nome João Serejo que se apresentou numa conferência de Imprensa no Hotel Flórida como secretário-geral da IOR e que garantiu a quem o quis ouvir, que tinha «combatido no MDLP e na UNITA e lutado contra a Frente Polisario». Parece ser a primeira vez que em Portugal alguém confirma ter lutado contra a Frente Polisario o que significa a utilização de mercenários portugueses por parte de Marrocos e Mauritânia na sua guerra contra o povo sariano no antigo Sara Ocidental.

Segundo João Serejo, a IOR pretende lutar para «que se faça justiça a todos os «traidores» que fizeram a descolonização». A este propósito, afirmaria que todos os partidos, desde o PS, PPD, CDS e MIRN «terão que fazer a sua autocrítica sobre a responsabilidade que lhes cabe nessa «grande traição».

«Não cedemos a pressões — disse — embora tenhamos recebido ofertas de vários partidos, como o CDS e o PPD». Afirmou mais adiante que «o Governo Socialista tem elementos que estavam ligados à IOR e que foram expulsos».

Na referida conferência de Imprensa foi criticado, o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos, Manuel Alegre, pela sua recente deslocação a África. Ao que dizem, a IOR não pode «conceber, nem permitir, a existencia de boas relações entre Portugal e Angola e Moçambique».

Ainda quanto à descolonização, Serejo disse que «jamais descansaremos enquanto não forem julgados os «responsáveis» Melo Antunes, Vitor Crespo e Rosa Coutinho». Em contrapartida, a IOR fez o elogio do general Galvão de Melo, deputado independente eleito pelas listas do Centro Democrático Social, referiu com apreço a República da África do Sul e defendeu o estreitamento das relações entre Portugal e Israel.

Ouvidas as declarações de Manuel Alegre, quer à saída da audiência no Palácio de Belém, quer na RTP, no programa «Mosaico», e conhecida a provocação directa feita ao Governo pela IOR, contrária às boas relações com Angola e Moçambique, é de aguardar a tomada firme de posições por parte do Governo Constitucional.

ALEGRE GARANTE

Lisboa punirá actividades contra Angola e Moçambique

O secretário de Estado para os Assuntos Políticos, Manuel Alegre, disse ontem que o Governo português está na disposição de impedir em território português actividades conspiratórias contra Moçambique e Angola. «O Governo português não pode proibir os cidadãos de se manifestarem contra este ou aquele movimento com que não estejam de acordo, mas punirá as actividades conspiratórias que em seu território sejam detectadas» — disse Manuel Alegre à ANOP, ontem, e referindo-se a afirmações feitas pelo dirigente da Inter-Organizações de Refugiados, João Cerejo, segundo as quais a IOR não aceitaria directrizes que impedissem em Portugal manifestações anti-FRELIMO ou anti-MPLA.

«Se houver aqui actividades conspiratórias da UNITA, da FNLA ou de outros, os Governos em causa terão todo o direito de protestar» — disse Alegre.

REGIÕES AUTÓNOMAS

Fundos cambiais próprios em fase de estudo

Especialistas do Banco de Portugal e técnicos das Regiões Autónomas estão a estudar as condições e as possibilidades existentes para a criação de fundos cambiais autónomos na Madeira e nos Açores. Os estudos em curso encontram-se presentemente em fase de inquérito e assinalam-se desde já algumas dificuldades, a partir da inexistência de sistemas de controlo das relações Ilhas-Continente como os que funcionam normalmente nas relações entre países.

Em declarações ao «Diário de Notícias», Walter Marques, do Banco Central, diz que vê com «apreensão» a possibilidade de criação dos fundos cambiais autónomos nos dois arquipélagos — isto «quer pela sua similitude com o que se passava com as antigas colónias, quer porque a sua hipotética criação poderá não trazer benefícios para as próprias regiões autónomas, já que é provável — diz — que as suas balanças de pagamentos não sejam tão equilibradas como se pensa».

Da mesma opinião parece não serem os responsáveis insulares sobre os da Região dos Açores, que têm preconizado com alguma insistência a criação dos fundos cambiais autónomas como medida preponderante para a resolução dos problemas financeiros insulares.

De qualquer modo, a questão está em estudo e — o próprio Walter Marques o assinala — não existe qualquer impeditivo legal, se bem que também não exista nenhuma disposição que os preveja.

O estudo em curso compreende as relações das Ilhas com o Continente e com os países estrangeiros. Segundo a mesma fonte, a parte do estudo respeitante às relações com os países estrangeiros já se encontra concluída. Vencidas as dificuldades inerentes à falta de controlo das relações com o Continente, estarão definidas as condições existentes e não existes, positivas ou negativas, para que os fundos cambiais autónomos se concretizem — se se concretizarem — e a autonomia seja — se for — uma realidade.

Lembra-se que ainda recentemente o Governo Regional dos Açores lembrava a necessidade da autonomia financeira para o arquipélago como medida estruturalmente articulada com a autonomia administrativa consignada na Constituição.

Leitores de Português contestam ICAP

. A política oficial de difusão da língua e cultura portuguesa fora do País, acaba de ser contestada por um grupo de cerca de quarenta «leitores de português» a leccionar junto de universidades estrangeiras.

Num comunicado divulgado ontem, aquele grupo acusa o ICAP — Instituto de Cultura Portuguesa, de que se encontram dependentes os «leitores», de lhes «recusar o direito de participar nas decisões tomadas a nível superior» apesar de terem «tentado discutir e resolver junto dos dirigentes do ICAP» os problemas que lhes dizem respeito. Concretamente, os 40 «leitores» que assinam o comunicado afirmam não ser possível chegar a resultados satisfatórios quando se desenvolve neste campo uma política de «centralismo absoluto».

Noutro passo do seu comunicado, os «leitores de português» manifestam apreensão quanto à sua situação profissional, uma vez que «a actual presidência do ICAP pretende limitar desde já a cinco anos o exercício dessa função» e, por outro lado, «têm sido afastados da elaboração do «estatuto do leitor» que regulamentaria a sua actividade permitindo-lhes, inclusivamente, integrar-se na função pública».

Recorda-se que são em número de uma centena os «leitores de português» espalhados pela Europa, África, Ásia e Américas.

Noticiário breve

EMPRESÁRIOS DA ISLÂNDIA

Cerca de duas centenas de empresários islandeses (pesca, indústria, bens de consumo) deverão visitar Portugal em Outubro. Ficarão no nosso país entre duas e três semanas para tratarem de assuntos respeitantes às trocas entre a Islândia e Portugal.

A título informativo: Portugal é deficitário nas suas trocas com a Islândia.

MISSÃO APONESA

Também uma missão japonesa (armamento e comércio de pescas) se encontra actualmente em Portugal. Numa recente visita ao porto de Aveiro os japoneses consideraram as instalações antiquadas e precárias as condições para a melhoria da situação.

ASSOCIAÇÃO DE COMANDOS

A Associação de Comandos inaugurou uma sede no Funchal. Foi no sabádo e, para o efeito, deslocaram-se à Madeira diversos associados do Continente. Presente um representante do Regimento de Comandos da Amadora.

MOTA PINTO EM LAMEGO

O ministro do Comércio e Turismo, Mota Pinto, esteve ontem em Lamego. Visita de trabalho, serviu para tratar com os responsáveis locais de problemas próprios da cidade e da região onde a cidade se situa. Os responsáveis locais expuseram ao ministro uma pretensão tendente a tornar a cidade e região em centro de atracção turística. Existem possibilidades — disse Mota Pinto. Pretende-se criar a Região Turística do Douro.

LIBERTADOS DE MOÇAMBIQUE

Chegaram ontem a Lisboa mais quatro cidadãos portugueses que se encontravam presos em Moçambique e foram libertados pela FRELIMO. A notícia é da Anop e cita fonte autorizada. O MNE confirmou a notícia mas não adiantou pormenores. A título de curiosidade: a libertação ocorreu no passado dia 2.

MOBÍLIAS
MODERNAS
SÉCULO XVII
IMPÉRIO
LUÍS XV E XVI
D. JOSÉ
D. JOÃO V, ETC.
Facilidades
de pagamento e trocas
ARMAZENS
MÓVEIS JORGE
AV ALMIRANTE REIS, 35
(aos Anjos)
Telefone: 83 21 61

post-scriptum

A Lei da Greve ou mais um exemplo de como «pela boca morre o peixe»

Não chega a ser uma surpresa. Como o não é o colete de forças evidenciado ao longo de todo o articulado legal, e que os trabalhadores e as suas organizações terão de vencer com necessárias cautelas e muita perspicácia. Mas já é surpresa a verificação da sua inconstitucionalidade.

Com efeito, «é garantido o direito à greve», diz o n.º 1 do Artigo 59 da Constituição Política da República Portuguesa. Tal texto, visto pelo lado literal, pode não ser decisivo. Mas, acompanhando o «espírito» que o informou, a conclusão parece evidente. Atente-se para o efeito na declaração de voto do porta-voz do PS (dr. Marcelo Curto): «Nós julgamos que a garantia do direito à greve é a consagração de um direito que foi conquistado duramente pelos trabalhadores e com o sangue e a coragem dos melhores militantes da classe trabalhadora. Foi isso que declarámos quando uma lei restritiva do direito à greve e que os trabalhadores *nunca aplicaram* foi promulgada em Agosto de 1974».

E mais adiante: «Ora, o PS não está de acordo com quaisquer *limitações* e julga, portanto, que o direito à greve deve ser consagrado em *termos absolutos*, como uma conquista dos trabalhadores».

Esta declaração de voto afirmou peremptoriamente que a lei não pode conter restrições ou limitações. Antes teria de consagrar a greve em termos absolutos, a fim de os trabalhadores a utilizarem *como* e *quando entenderem*. Sendo assim, nenhuma atitude regulamentar podia ser tomada sobre as diversas formas de greve, o que, até é certo, a lei 65/77, de 26 de Agosto, directamente não fez. Mas provavelmente para iludir o «espírito» da norma constitucional, seguiu o caminho indirecto.

Na verdade, ao estatuir (Art.º 5.º, n.ºs 1 e 2), a lei da greve corta a possibilidade de se levarem à prática as greves «tournantes» (as greves sucessivas e de categorias — parceladas) e as greves «débrayages» (greve surpresa para a entidade patronal e planificada para os trabalhadores). E isto, que é alguma coisa, não é tudo. O pré-aviso não é exigido em alguns países, como a Itália, Alemanha, Holanda, Luxemburgo e França. Certo é que é exigido mas com um período inseparável de negociações — condição «sine qua non» — na Suécia, Noruega, Dinamarca, Belgica, e Inglaterra, mas que a actual lei portuguesa não prevê.

Acresce, finalmente, que, sendo a greve um acto de vontade colectiva unilateral, e eficaz no plano de relação bilateral, independentemente de aceitação pela outra parte, não se vê como o seu início e o seu termo possam ser configurados deferentemente: também estes são actos colectivos que no mínimo são unilaterais, sem necessidade de aceitação ou notificação à outra parte. Incoerentemente a Lei 65/77 resolve assim para o termo (Art.º 9.º) e de maneira diferente para o início (Art.º 5.º).

Por tudo isto, entendemos que o art.º 5.º é inconstitucional, já que «a discricionariedade legislativa» utilizada viola o conceito (de direito) de greve, consagrado no n.º 1 do Art.º 59.º da Constituição Política da República Portuguesa.

abriel Correia — COIMBRA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 36 87 40

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

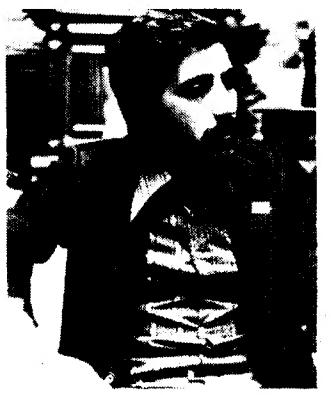
OS PONTOS NOS "ii" DA CONSTITUIÇÃO

PEDRO ALVIM

. Homens na Lua já os houve e grande foi o espanto cá na Terra. Mas, na nossa época, um dos passos mais significativos do desenvolvimento humano é, sem dúvida, o crescimento das forças da democracia e do socialismo. É uma força que não se pode ignorar: milhões e milhões de homens edificam diariamente, uma nova face para a sociedade. Essa face tem olhos e boca. Logo — observa e fala. Suscita o frente a frente e o diálogo. Quem fugir a um e a outro fatalmente que tem de oprimir para sobreviver — e caso teime em manter-se agarrado a estruturas e princípios caducos acabará por se perder. Não é em vão que povos inteiros planificam, tendo em conta o bem comum, toda uma política que foge a quaisquer posições arbitrárias e aos humores do momento da conjuntura internacional. Há, por assim dizer, um código deontológico nas forças democráticas e socialistas: regras de integra justiça social só podem ter uma única e exclusiva aplicação. Não podem «ondular» por má-fé ou incompetência dos governantes, e sim respeitar os programas políticos apresentados ao eleitorado progressista.

Aliás, se atentarmos bem no que vai pelas áreas capitalistas do mundo, facilmente verificamos que a situação sociopsicológica é tal que qualquer partido que deseje influir politicamente se vê obrigado a falar de democracia e a propor concepções de liberdade, ainda que as verdadeiras aspirações democráticas e os interesses do povo lhe sejam completamente alheios. Essas forças conservadoras vêem-se obrigadas a esforços para aparentar e propagandear que são defensores dos princípios fundamentais tendentes à construção de uma sociedade justa. «Liberdade» — não se cansam de gritar as forças a que nos vimos referindo. Só que essa «liberdade», uma vez que procedamos a uma análise fria, assenta, mais palavra, menos palavra, no seguinte princípio: «Socialismo e liberdade são incompatíveis». Tal princípio é muito caro aos teóricos e «leaders» socialistas burgueses, e isso porque eles entendem por liberdade todas as manobras que garantem a manutenção dos privilégios da classe a que pertencem (a classe dominante), e por socialismo o processo que os irá colocar nos seus devidos lugares. Utilizando uma imagem simples: eles fogem a imposição dos pontos nos «i».

António Reis (PS), Helena Roseta (PSD) e Basílio Horta (CDS): se a antropofagia continuar a ser prática corrente na Assembleia da República a vitória será da direita fascista. Do MIRN, por exemplo, cujo «leader» é Kaúlza de Arriaga



O PCP (Vitor Louro na foto) sempre se bateu pela «unidade de esquerda»: aliança do eleitorado socialista com o eleitorado comunista. A UDP (Acácio Barreiros) tem um único deputado na AR

Essa fuga efectua-se subtilmente, ao longo de complexas habilidades, até que, em dado momento, quando a esquerda se encontra despoletada (pressões exteriores, pressões militares internas, etc.), os tais teóricos e «leaders» burgueses arrancam a máscara de democratas e socialistas e acabam por afirmar que o fundamental é manter as estruturas políticas (quase sempre existentes ou em embrião) do capitalismo desenvolvido. Desistem, pois, por conseguinte, de opor resistência ao poder do capital. Apura-se, então, que quase toda a ideologia dos ditos «leaders» socialistas, supostamente dedicados à defesa da democracia, arremete contra as verdadeiras forças progressistas. Nessa altura, como é hábito, a má situação de um país é atribuída aos trabalhadores e às suas organizações. Processa-se, enfim, uma «caça às bruxas», ora violenta e de efeitos rápidos, ora «pacífica» e demorada.

«Arrumadas» as forças progressistas (assim o pensam os «leaders» burgueses que se afirmam socialistas), recorre então o Governo de fachada democrática à chamada «comparticipação social». O Parlamento (no nosso caso a Assembleia da República), onde, em princípio, se deveria «discutir» o país, passa a ser um centro onde são sancionadas deci-

Continua na pág. 4

BRASIL: ELEIÇÕES SIMULADAS

CARLOS CASTILHO

..RIO DE JANEIRO, (IPS) — Na última semana de Agosto, na Assembleia Legislativa do Estado da Baía, os deputados tomaram uma iniciativa surpreendente na política brasileira.

Desorientados pelo «beco sem saída» gerado por 13 anos de ausência de eleições presidenciais e de governadores, resolveram organizar o seu próprio comício.

Foi apresentada uma urna no Plenário da Assembleia estadual, e todos os membros votaram uma lista de doze nomes: seis para Presidente da República e seis para Governador do Estado.

Terminada a votação, os deputados abriram a urna e contaram os votos, no meio de uma enorme mobilização da imprensa e da opinião pública baiana.

Esta votação é uma imitação de outra realizada há pouco mais de um mês no Congresso Nacional, por iniciativa de um jornal da Brasília, na capital federal.

A «eleição» do «Jornal de Brasília» não pôde ser concluída porque o Governo ordenou que os serviços de segurança do Congresso capturassem a urna e confiscassem os votos já depositados. A fracassada eleição parlamentar pretendia «escolher» um novo Presidente da República.

No Salvador, capital da Baía, e em Brasília (onde os resultados foram apenas extra-oficiais), o General João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi o nome mais votado para sucessor do General Ernesto Geisel.

O simulacro eleitoral dos baianos apareceu claramente como uma forma de protesto contra os actuais absurdos políticos. O chefe da oposição anulou o seu voto com a seguinte frase: «Não voto por ninguém antes da convocação de um Assembleia Nacional Constituinte para que o povo possa participar».

O recurso às eleições simuladas começa a ganhar adeptos em várias partes do Brasil.

Iniciativas semelhantes começam a gerar-se no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Esta atitude responde a um indissimulável cansaço dos políticos e da opinião pública nacional pelo longo período de abstinência política imposta ao país, e responde também, ao mesmo tempo, às necessidades da própria elite dirigente que, perante a falta de mecanismos institucionais para sondar a opinião pública, dá mostras de uma crescente perplexidade relativamente às actuais necessidades do país.

No seio do próprio Governo começam a surgir vozes influentes que reiteram a necessidade de uma consulta popular, uma vez que o processo de designação de governantes a nível nacional e estadual se encontra numa situação sem saída.

Após ter proibido as eleições directas, qualificando-as de «perniciosas» para a estabilidade do regime, vigente desde 1964, é o próprio regime que começa a sentir os efeitos da abstinência eleitoral.

As cisões dentro do regime são cada dia mais notórias, e sobretudo quando se enfrenta com as suas periódicas crises de sucessão.

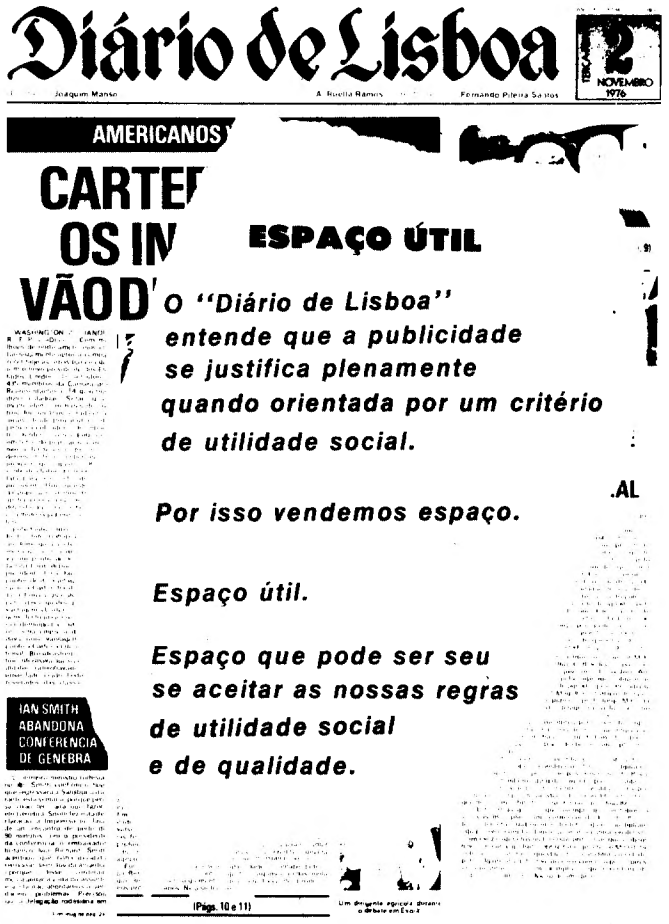
Esta semana, o ministro do Exército, o General Sílvio Frota, um dos candidatos à Presidência, aproveitou a comemoração do Dia do Exército para romper um longo silêncio político.

Apresentado inicialmente como um «duro» e como um «intransigente anticomunista», surpreendeu toda a gente com vários discursos em que defendeu o respeito pela lei.

Frota pretende apresentar-se como um homem moderado, e deu a entender que não simpatiza com soluções radicais, como as que anteriormente lhe eram atribuídas.

O seu discurso, reproduzido na ordem do dia distribuida em todos os quartéis, criou a confusão entre os que pensavam que as linhas estavam claras: os anticomunistas mais duros e os anti-reformistas, com Frota, e os liberais com Figueiredo.

Nesta confusão, há quem dirija os olhares para outro general: Dilermando Gomes Monteiro, Comandante da Região Militar com sede em São Paulo. O bispo de São Paulo chamou-lhe «o paladino dos direitos humanos», e quando os jornalistas perguntaram ao general se tinha ficado irritado com esta designação, respondeu: «Eu não me irrito facilmente. São disparates».



cursos intensivos especiais para trabalhadores estudantes

— Ciclo Preparatório
— Curso Geral dos Liceus
— Curso Complementar

Cursos intensivos
com orientação pedagógica
participada pelo aluno
e acompanhamento personalizado

Grupo seleccionado de professores
com larga esperiência

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

cooperativa de ensino SEBASTIÃO DA GAMA

Av. Almirante Reis, 106-1.º e 2.º
Tel. 822776–823531 Lisboa-1
Metro ARROIOS

Queriam enviar-me grátis a documentação sobre os vossos cursos intensivos.

Nome .....
.....
.....
Morada .....
.....
..... DL

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

ESTÁGIOS DO CPES E ES

Alertamos os professores candidatos para alguns pontos da PORTARIA n.º 219/77 de 22 de Abril.

18. As listas ordenadas serão publicadas no «Diário da República»
19. No prazo de oito dias, contado a partir da publicação das listas poderão os candidatos apresentar reclamações sobre a sua ordenação.
20. As reclamações devem ser dirigidas em carta com aviso de recepção e remetida para APARTADO 1015, LISBOA-1
25. A desistência dos candidatos só é permitida até ao termo do prazo das reclamações.
26. A desistência em momento posterior envolve para o candidato a **exclusão no concurso de Professores Provisórios ou Eventuais**

Os Professores candidatos devem informar o Sindicato, logo que saiam as listas graduadas, no caso de não serem incluídas nas listas ou de estarem fora da ordenação que lhes compete.

Lisboa, 6 de Setembro de 1977
Pelo secretariado do Sector

PUB.

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal

COMUNICADO

Os trabalhadores da Auto Estefânia de Sintra, no sentido de fazer cumprir o CCT de Garagens em vigor, informam que entrarão em greve no próximo dia 9 às 9 horas, nos termos do artigo 5.º da Lei da Greve (n.º 65/77).

Lisboa, 6 de Setembro de 1977

A Direcção

PUB.

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal

COMUNICADO

Comunicamos a todos os n/ associados que as alterações aos estatutos do nosso Sindicato aprovadas em Assembleia geral de 7 de Março de 1977, foram publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1977.

Lembramos que de acordo com as citadas alterações podem-se associar neste Sindicato todos os trabalhadores independentemente da sua profissão, que exerçam a sua actividade nos ramos de Transportes Rodoviários, Garagens e Postos de Abastecimento.

Lembramos também que a quotização mensal passa a ser no valor de 1% das remunerações ou pensões ilíquidas mensais.

Apresentamos as nossas melhores

Saudações Sindicais
Lisboa, 6 de Setembro de 1977
. *A Direcção*

ASSOCIAÇÃO
PORTUGAL
BULGÁRIA

R. S. NICOLAU, 119, 2.º — LISBOA 2 — PORTUGAL
TELEF. 323963

33.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA BULGÁRIA

A Associação Portugal - Bulgária em colaboração com a Embaixada da República Popular da Bulgária leva a efeito um colóquio comemorativo, seguido da projecção do filme :

«AURORA SOBRE O DRAVA»

no salão d'«A Voz do Operário», no próximo dia 8, pelas 21 horas.

SALDOS
CASA
SÉRGIO SAMPAIO
Dias 6-7-8-9

EM MORA

Indivíduo da CAP feriu trabalhador

Cerca das 22 horas de ontem, quando se encontrava de vigilância junto ao portão da sede da UCP «A Luta é de Todos», em Mora, foi ferido, a tiro, o trabalhador José Godinho, de 54 anos. O autor do atentado que astá detido no posto da GNR, daquela vila, chama-se António Lourenço, mais conhecido por «Sebastião».

O incidente registou-se na altura em que António Lourenço, indivíduo ligado à CAP, ia a entrar na sua casa, situada em frente da UCP. Primeiro foram as palavras provocatórias contra a Reforma Agrária e depois o desafio lançado ao guarda da UCP. Inesperadamente António Lourenço dirige-se a cada de onde sai armado de caçadeira. E aponta para as pernas do trabalhador que teve de ser conduzido ao hospital onde recebeu tratamento.

Muitos trabalhadores, preocupados com o estao de José Godinho, concentraram-se em frente do hospital de Mora. Por volta da meia-noite começaram a chegar reforços da GNR ao posto local. «Não se sabe bem para quê...», comentou Joaquim Pedro, dirigente de «A Luta é de Todos».

ÉVORA, EM OUTUBRO

2.ª Conferência da Reforma Agrária

Realiza-se, em Évora, nos dias 22 e 23 de Outubro, a 2.ª Conferência da Reforma Agrária, promovida pelos Secretariados e Uniões de Cooperativas e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Evora, Lisboa, Castelo Branco, Portalegre Santarém e Setúbal.

Segundo um documento, divulgado pela Comissão Organizadora da Conferência, constituída por trabalhadores agrícolas e técnicos de todos os distritos, esta iniciativa reveste-se de grande importância devido à situação vivida no nosso País, sobretudo depois da aprovação na Assembleia da República da Lei Barreto que os trabalhadores já rejeitaram com firmeza, e exigindo mesmo a sua suspensão e revogação.

Os trabalhadores já rejeitaram com formeza, exigindo mesmo a sua suspensão e revogação.

Os trabalhos de preparação da 2.ª Conferência irão brevemente iniciar-se com amplos debates nas UCPs e Cooperativas, nos locais de trabalho e Sindicatos na base dos temas que irão ser discutidos em Evora nos dias 22 e 23 de Outubro. Entre os pontos sujeitos a discussão destaca-se o balanço da Reforma Agrária, produção e comercialidadção de preços, balanço das sementeiras de Outono, organização de quadros, salários e contratação colectiva, ofensiva do Governo, Lei Barreto e aliança dos trabalhadores rurais com os pequenos e médios agricultores.

1.ª Conferência da Reforma Agrária que teve lugar, em Évora nos fins de Outubro do ano passado, com a participação de três mil delegados foram discutidos os sucessos alcançados na produção e tomadas várias decisões de carácter político e técnico.

Os pontos nos "Ii"

Continuação da pág. 3

sões predeterminadas. Isto é: as medidas que se impunham aplicar de acordo com as linhas do programa votado pelo eleitorado são ditadas pelos «comparticipantes sociais» da democracia burguesa (organizações patronais, Câmaras de Comérico, consórcios industriais, multinacionais, sindicatos subordinados ao poder, etc.). Trata-se, em suma, de um poder extra-parlamentar. As decisões de tais entidades, sublinhadas sempre por pressões do mais diverso teor, acabam sempre por modificar os programas políticos apresentados nas eleições pelos socialistas, sociaisdemocratas, centristas. Pouco a pouco, a direita (capitalista sempre) vai-se impondo no Parlamento, começando por minar o Partido Socialista através do Partido Social-Democrata, o Partido Social-Democrata através do Partido do Centro e culminando, finalmente, por se apoderar deste último.

Ao longo destas manobras todas, a fachada do Parlamento é sempre utilizada como um bastião de democracia. Mas no seio parlamentar, assim sugado pelos «comparticipantes sociais», é precisamente a democracia que se combate, que se desmonta dia após dia. Atenção, povo de Abril, povo português: a presença da «comparticipação social» surge sempre quando não se encontra no Poder uma maioria parlamentar de esquerda. Ora, aqui chegados, toca-nos o assunto muito de perto: e, porque assim é, convém não esquecer que, na nossa época, um dos passos mais significativos do desenvolvimento humano é precisamente o crescimento das forças democráticas e do socialismo. Logo urge, a nível nacional, e antes que ocorra a antropofagia dos partidos parlamentares (o PS na boca do PSD, o PSD na boca do CDS, o CDS «civilizado» na boca escancarada da direita fascista) que os cidadãos verdadeiramente progressistas (civis e militares) saibam pôr os pontos nos «i» dos parágrafos da Constituição: o seu íntegro cumprimento é a nossa libertação.

Assembleia dos Jornalistas repudiou medidas do Governo

Reunidos ontem em sessão extraordinária no seu sindicato, os jornalistas tomaram posição contra a aplicação das medidas de reestruturação económica da imprensa que, nos termos duma proposta votada por unanimidade, visam «uma reestruturação económica feita à custa do desemprego maciço dos trabalhadores, do encerramento dos jornais e da sua entrega ao capital privado, o controlo político da informação».

Num outro documento, a classe manifestou a sua desconfiança em relação ao secretário de Estado Roque Lino e a Manuel Alegre, pelo facto de ambos esses dois membros do governo terem «prometido publicamente e aos dirigentes do Sindicato dos Jornalistas que qualquer reestruturação da Imprensa não implicaria despedimentos e tais compromissos terem sido agora violados».

Afirmando que as medidas anunciadas são uma das primeiras aplicações práticas do «Pacote 2», a Assembleia Geral dos jornalistas sublinhou que as medidas em questão «violam princípios constitucionais da independência dos órgãos de informação face ao governo e à administração pública» e «limitam o direito do povo português à informação».

Dada a sua importância, o «D.L.» publica na íntegra o documento aprovado por unanimidade pela assembleia depois de um debate que girou, sobretudo, em torno de um texto apresentado pela direcção do sindicato.

«A assembleia dos jornalistas, reunida em 6 de Setembro de 1977, para analisar e tomar posição perante as medidas do Conselho de Ministros relativas ao sector da comunicação social, considera que tais medidas, sob a capa de uma reestruturação económica feita à custa do desemprego maciço dos trabalhadores, do encerramento de jornais e da sua entrega ao capital privado, visam o controlo político da informação estatizada; constituem uma das primeiras aplicações práticas do pacote 2; de medidas de recuperação da economia que estão a atingir também os trabalhadores de outros sectores de actividades; violam princípios constitucionais de independência dos órgãos de comunicação face ao Governo e administração pública e de participação dos trabalhadores limitam o direito à informação do Povo Português.

A assembleia decide:

1 — Recusar a aplicação das medidas chamadas de «reestruturação económica da Imprensa», nomedadamente o encerramento de empresas e despedimento, sem a definição de uma política de informação consignada no estatuto previsto na Constituição que garanta a liberdade de Imprensa, independente do poder político e económico, promova a expansão da informação, com um custo socialmente aceite, após debate democrático e garanta o emprego a todos os trabalhadores do sector.

2 — Apresentar através dos seus delegados eleitos, queixa ao Conselho de Imprensa, em relação às decisões que considera ilegais.

3 — Pedir ao Secretariado Coordenador da Comunicação Social que solicite audiência à Presidência da República, ao Conselho da Revolução e ao presidente da Assembleia da República, no sentido de ser directamente manifestado o repúdio dos trabalhadores do sector e ser expresso o entendimento da inconstitucionalidade de qualquer alienação de bens das empresas estatizadas.

4 — Reclamam mais uma vez, a participação dos trabalhadores em todas as decisões que lhes digam respeito, e em especial nas concernentes ao futuro da Sociedade Nacional de Tipografia e da empresa do «Jornal do Comércio» e nos estudos de viabilização das restantes empresas que podem esconder a preparação de futuros encerramentos.

5 — Pedir ao Secretariado Coordenador da Comunicação Social que proceda a um imediato levantamento e respectiva denúncia de novas admissões que estão a ocorrer no sector da comunicação social estatizada; exigir que as administrações ponham termo a admissões de pessoas estranhas à classe, uma vez que há profissionais desempregados.

6 — Reclamar que a todo o trabalhador da comunicação social desempregado ou inactivo seja garantido um posto de trabalho na Imprensa estatizada.

7 — Propor ao Secretariado Coordenador da Comunicação Social acções de dinamização das formas de luta dos trabalhadores, incluindo Rádio, Televisão e agências, nomeadamente, a promoção de plenários de empresas tendentes à realização de um plenário geral de Imprensa onde se discutam os processos de luta a adoptar.

8 — Propor ao Secretariado Coordenador dos Trabalhadores da Comunicação Social que faça diligências no sentido de ser concedido aos trabalhadores direito de antena na Rádio e Televisão para exposição pública das suas posições sobre o projecto do governo.

9 — Denunciar os critérios de natureza política que estão a ser seguidos pelas administrações nomeadas pelo Governo, que levam a favoritismos partidários em relação a alguns jornais e tentativas de asfixia de outros.

10 — Denunciar a inexistência de medidas claras contra a Imprensa que faz a apologia das ideias fascistas.

11 — Lembrar que os trabalhadores da Imprensa, em particular os jornalistas, em devido tempo, têm apresentado propostas de alternativa que foram ignoradas pelo Governo.

OS JORNALISTAS DO NORTE TAMBÉM TOMARAM POSIÇÃO

Reunidos em assembleia, os jornalistas do norte tomaram uma posição idêntica à dos seus camaradas do sul e aprovaram, também por unanimidade, uma moção em que consideram que as medidas governamentais para o sector da informação, «longe de o tornarem eficiente, antes conduzem a que a liberdade de expressão seja cada vez menor, bem como ao desemprego de centenas de trabalhadores».

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PARA JORNALISTAS ESTRANGEIROS

A fim de se permitir que os jornalistas estrangeiros se apercebam da natureza dos problemas que a classe enfrenta e compreendam a atitude dos jornalistas face às medidas anunciadas pelo Governo, a direcção do Sindicato dos Jornalistas promoveu esta manhã na sua sede uma conferência de Imprensa subordinada ao tema «A reestruturação da Imprensa».

«DIÁRIO POPULAR»

Por entender que o «avolumar de problemas» no «Diário Popular» é da responsabilidade do Governo, o Sindicato dos Jornalistas vai apresentar queixa contra o conselho de gerência deste órgão de comunicação social ao Conselho de Imprensa. Nos termos de um comunicado agora divulgado, o Sindicato dos Jornalistas atribui ao conselho de gerência do «Diário Popular» responsabilidades na tentativa em curso de atrofiar este prestigiado vespertino de larga divulgação, nomeadamente no que se refere à recusa de autorizar a admissão de novos jornalistas para substituir os que abandonaram a redacção. É, ainda, objecto de queixa o facto de este conselho de gerência ter recusado a inserção de um anúncio publicidado em diversos órgãos de informação. Esta recusa constitui, no entender do Sindicato, uma interferência do conselho em matéria que não é da sua competência e uma violação dos artigos 14, 19, 22 e 26 da Lei de Imprensa.

Habitação própria

Governo estuda revisão do despacho

A Secretaria de Estado das Finanças estuda a revisão de um despacho (Março de 1976) que fixou em seis mil escudos o preço máximo por metro quadrado de área coberta, na avaliação pelas instituições de crédito dos pedidos de empréstimo para a aquisição de habitação própria.

Trata-se de uma informação obtida pela agência Anop junto do Ministério da Habitação.

Na origem da revisão do despacho, está o facto do montante de seis contos se mostrar ultrapassado em relação ao custo real das habitações, sobretudo nos centros urbanos. E sendo assim, tal circunstância vem criando dificuldades aos que, para adquirir habitação própria, têm de recorrer ao crédito bancário.

Adianta a Anop que da revisão do despacho está igualmente dependente a possibilidade de aproveitamento, por parte dos desalojados, do programa de aquisição de habitação lançado recentemente pelo respectivo alto-comissário.

Jovem morre entre o Rossio e Campolide

Trucidado pelo comboio em que seguia, no túnel que liga a estação do Rossio a Campolide, encontrou, ontem à tarde, a morte um jovem cuja identidade ainda não foi revelada.

Segundo testemunhas oculares o trágico acidente verificou-se quando a vítima, que seguia pendurada na plataforma de uma das carruagens, se desequilibrou e, após ter batido na parede do tunel, caiu à linha.

De salientar que quando o cadáver foi encontrado verificou-se a ausência de um braço, decepado quando da queda. Apesar das buscas efectuadas apenas esta manhã a polícia de Campolide conseguiu encontrar o braço da vítima que aparenta ter entre 18 e 20 anos.

Carreiras da TWA com escala nas Lajes

Carreiras da companhia aérea TWA passarão a fazer escala no aeroporto das Lajes, nos Açores. Neste sentido decorrem negociações a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros e apoiados num pedido formulado pela TWA há cerca de seis anos.

A informação, agora veiculada pela agência Anop, vem confirmar as notícias já anteriormente publicadas pelo «DL» sobre o assunto.

Os voos da TWA, que poderão vir a processar-se de forma idêntica aos da TAP, servindo a faixa terceirense como ponto de escala entre Portugal e os EUA permitirão — segundo o vespertino angrense «A União» — não só o mais rápido escoamento dos passageiros nacionais e internacionais, mas ainda uma melhor utilização do aeroporto das Lajes, potencialmente apto para o aumento do tráfego aéreo comercial. A falta de aproveitamento destas potencialidades, acrescenta «A União», tem resultado em flagrante prejuízo das populações dos grupos central e ocidental do arquipélago.

Há 310 mil estudantes no distrito do Porto

O distrito do Porto registou no ano passado um total de 308 383 alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino de todos os graus trabalhando para eles 16.625 docentes. Destes alunos 32 por cento são da cidade do Porto, propriamente dita, enquanto os professores da cidade atingem 39 por cento do total do distrito.

Estes dados constam do volume «Estatísticas da Educação-1976» publicado pela delegação do Porto do Instituto Nacional de Estatísticas. Segundo essas estatísticas os alunos portuenses, distribuíram-se pelos diversos graus de ensino, em todo o distrito como segue: Infantil, 7 430; Básico, 210 092 — abarcando o primário 165 257; Secundário, 67 655 — no unificado 16 828, liceal 31 011 e no Técnico Profissiona, 19 816; médio, 1 385 — no magistério infantil 292 e no magistério; Básico Primário 1 093; Superior, 19 595; Pós-Graduação, 659; Religião e Teologia, 93; Artístico, 1 076 e índole Profissional, 853.

badagaio

RUA VISCONDE DA LUZ, 45
CENTRO COMERCIAL — LOJA 14 — CASCAIS

VAMOS SALDAR

ADULTO

Calças (branco, creme e azul)	200$00
Blusões (branco, creme e azul)	250$00
Camisas (todos os números)	150$00
T. Shirts	85$00
Vestidos (branco, creme e azul)	450$00
Saias (branco, creme e azul)	245$00

CRIANÇA (Qualquer tamanho)

Saias	130$00
T. Shirts	60$00
Blusões	220$00
Calções	85$00
Calças	120$00
Camisas	115$00

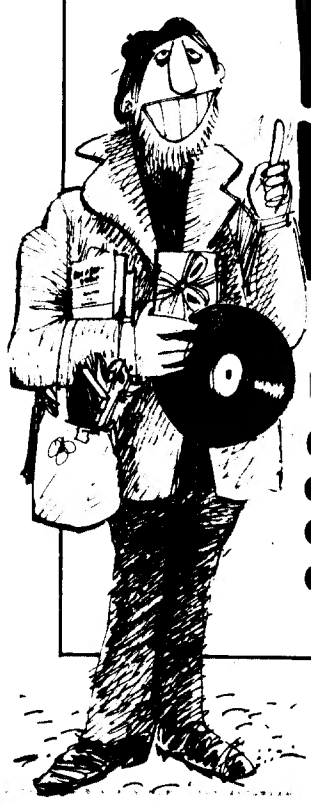
VENHA VER...

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões

NO CENTRO DO LIVRO E DO DISCO

Podes encontrar

● NOVOS LIVROS ● NOVOS DISCOS ● NOVAS CASSETTES ● NOVIDADES EM BUGIGANGAS ● POSTERS ● ARTESANATO ● SELOS ● MEDALHÍSTICA ● A TÔMBOLA MAIS ALEGRE DA FESTA ● A GRANDE CAMPANHA «PONTO POR PONTO» ● SESSÕES DE AUTÓGRAFOS POR ESCRITORES E MÚSICOS PRESENTES ● E MUITAS OUTRAS SURPRESAS



NÃO FALTES

na Festa do Avante!
o Centro do Livro e do Disco espera por ti

QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

CERTIFICO PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO: — Que por escritura de 22 de Julho de 1977, lavrada de folhas 85 a folhas 89 verso, do livro número C-94, de notas para escrituras diversas deste cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, cujos estatutos são os seguintes:

CAPÍTULO PRIMEIRO
Da denominação, sede, duração e objecto social
Artigo Primeiro

UM — A sociedade adopta a denominação de «DIRE — DIÁRIOS REUNIDOS, LIMITADA» e tem a sua sede em Lisboa, na Rua Luz Soriano, número quarenta e quatro da freguesia de São Sebastião da Pedreira, digo, da Freguesia de Santa Catarina.

DOIS — A gerência pode deliberar a instalação, a transferência e o encerramento de quaisquer estabelecimentos, delegações, sucursais e agências, em qualquer local do território nacional.

Artigo Segundo

A sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo Terceiro

UM — A sociedade tem por objecto a distribuição de publicações periódicas e não periódicas em todo o território nacional.

DOIS — A sociedade poderá exercer qualquer outra actividade comercial ou industrial, que seja legalmente possível, mediante prévia deliberação da assembleia geral.

CAPÍTULO SEGUNDO
Do capital social e prestações suplementares

Artigo Quarto

UM — O capital social é de CEM MIL ESCUDOS, representado e dividido nas seguintes quotas:

Uma de CINQUENTA MIL ESCUDOS, pertencente à Empresa Pública dos Jornais Século e Popular; e

Outra de CINQUENTA MIL ESCUDOS, pertencente à RENASCENÇA GRÁFICA, SARL.

DOIS — As quotas encontram-se totalmente realizadas em dinheiro, que já deu entrada na caixa social.

TRÊS — O capital poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, dentro do prazo de um ano, até ao limite máximo de duzentos mil escudos, por simples decisão dos gerentes em exercício de funções.

QUARTO — Findo o prazo referido no número anterior, pode ainda o capital ser aumentado sempre que em assembleia geral tal for deliberado.

Artigo Quinto

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas quaisquer dos sócios poderá fazer; à sociedade, os suprimentos de que ela carecer, para desenvolvimento da sua actividade, devendo a taxa de juro e as condições de reembolso ser previamente estabelecidas por escrito.

CAPÍTULO TERCEIRO
Da administração
Artigo Sexto

UM — A administração da sociedade e a sua representação, activa e passiva, ficam a cargo dos gerentes.

DOIS — Ficam desde já nomeados gerentes a sócia EMPRESA PÚBLICA SÉCULO POPULAR e a sócia RENASCENÇA GRÁFICA, SARL, que deverão indicar os seus representantes para o efeito.

TRÊS — Os gerentes são dispensados de caução e têm a remuneração que for deliberada em assembleia geral.

QUARTO — Para a sociedade ficar validamente obrigada é necessária a intervenção dos dois gerentes. Exceptuam-se os actos de mero expediente, para a validade dos quais basta a assinatura de um gerente.

CINCO — A gerência poderá conferir, a quaisquer empregados ou a pessoas de sua inteira confiança, mandatos com poderes, gerais ou limitados, de administração comercial, a exercer nos termos indicados nas respectivas procurações.

SEIS — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade por avales, fianças, abonações ou quaisquer outros actos ou contratos estranhos aos negócios sociais. Os actos praticados em contrário a esta proibição não obrigam a sociedade e o gerente que os praticar responderá pelos prejuízos a que der causa.

CAPÍTULO QUARTO
Das assembleias gerais
Artigo Sétimo

UM — As assembleias gerais, excluídos os casos em que a lei o não permita, serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência de, pelo menos, cinco dias, daquele em que a assembleia deva realizar-se, mencionando especificamente os fins da assembleia.

DOIS — Os sócios podem fazer-se representar na assembleia por outros sócios e é admitido o voto por correspondência.

TRÊS — As deliberações serão tomadas à pluralidade de votos, excepto as que importem modificações dos estatutos, que devem obter três quartas partes dos votos correspondentes ao capital social.

QUATRO — A cada quota corresponderá um voto por cada duzentos e cinquenta escudos do capital respectivo.

Artigo Oitavo

É dispensada a reunião da assembleia geral nos casos previstos nos parágrafos segundo e terceiro do artigo trinta e seis da lei de onze de Abril de mil novecentos e um.

CAPÍTULO QUINTO
Da transmissão e divisão de quotas
Artigo Nono

UM — A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livre, sendo, para o efeito da cessão de parte de uma quota, dispensada a autorização especial da sociedade para a sua divisão.

DOIS — A cessão total ou parcial de quotas a terceiros, estranhos à sociedade, depende do consentimento desta, à qual é atribuído, em primeiro lugar, o direito de preferência e, depois dela, a quem mais for sócio, na proporção das respectivas quotas.

TRÊS — O sócio que pretender ceder a terceiros estranhos à sociedade a sua quota deverá comunicar à sociedade a sua pretensão, por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome do pretendido cessionário.

QUATRO — A gerência convocará a assembleia geral da sociedade de modo a que reúna dentro dos vinte dias imediatos àqueles em que for recebida a comunicação, a fim de deliberar se deseja ou não exercer o direito de preferência. Se a sociedade deliberar não optar deverão os sócios declarar, imediatamente, se pretendem ou não exercer o direito de preferência. Os sócios que não comparecerem na assembleia ou nela se não fizerem representar, e, bem assim, aqueles que nada, então, declararem, não poderão, ulteriormente, exercer aquele direito.

CINCO — O direito de preferência exercer-se-á, sempre, qualquer que seja o optante, sobre o valor que para a quota derive do último balanço aprovado. Se ainda não houver balanço aprovado, a opção exercer-se-á, unicamente, na base do valor nominal da quota.

SEIS — O pagamento do que, em qualquer dos casos, se mostrar devido será efectuado em três prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juro, vencendo-se a primeira trinta dias depois da data em que reúna a referida assembleia.

CAPÍTULO SEXTO
Da amortização de quotas
Artigo Décimo

UM — A sociedade poderá querendo, e tendo para tanto fundos disponíveis, amortizar quotas nos casos seguintes:

A) Quando seja imputável a um sócio violação grave das obrigações para com a sociedade;

B) Quando qualquer quota for arrestada, arrolada ou penhorada e o respectivo proprietário não obtiver o levantamento do arresto, do arrolamento ou da penhora dentro do prazo de sessenta dias a contar da apreensão ou quando a quota for, efectivamente, sujeita, por qualquer motivo, a arrematação judicial;

C) Quando qualquer dos sócios requerer a imposição de selos e o arrolamento dos haveres sociais ou providência cautelar que dificulte o normal exercício da actividade social.

DOIS — O exercício do direito de amortização deve efectivar-se dentro do prazo de noventa dias a contar da data em que ocorreu o respectivo facto determinante da amortização, sob pena de caducidade.

TRÊS — O preço da amortização será, unicamente, o valor nominal da quota.

QUATRO — A importância que se mostrar devida será paga ou depositada, como no caso couber, nos termos estabelecidos no número seis do artigo nono, destes estatutos.

CAPÍTULO SÉTIMO
Dos exercícios sociais e da aplicação de resultados
Artigo Décimo Primeiro

O ano social é o ano civil e os lucros apurados, líquidos de todos os encargos, terão a seguinte aplicação:

A) Vinte por cento para o fundo de reserva legal, até atingir quantia igual à quinta parte do capital social e, depois de atingida, sempre que se mostre necessário reintegrá-la;

B) O restante, salvo deliberação em contrário, será dividido pelos sócios na proporção do valor nominal das suas quotas.

CAPÍTULO OITAVO
Da dissolução e liquidação da sociedade
Artigo Décimo Segundo

UM — A sociedade só se dissolve pelos fundamentos expressamente consignados na lei.

DOIS — No caso de dissolução serão liquidatários os gerentes que, ao tempo, estiverem em exercício, devendo proceder-se à liquidação na forma que for estabelecida por acordo e, na falta de acordo, mediante licitação entre sócios de todo o activo social, sujeito à obrigação do pagamento do respectivo passivo.

TRÊS — A quantia que, nesta última hipótese, se verificar, ser devida pelo sócio ou sócios a quem o património social ficar pertencendo, será paga em três prestações semestrais, vencendo-se a primeira no acto da outorga da respectiva escritura de dissolução e liquidação.

CAPÍTULO NONO
Disposições finais e transitórias
Artigo Décimo Terceiro

Para todas as questões entre sócios e a sociedade, ou entre sócios por virtude da existência da sociedade, será competente o foro da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo Décimo Quarto

Em tudo o que se encontrar omisso nos presentes estatutos será aplicável o disposto na Lei de onze de Abril de mil novecentos e um.

— Está de conformidade com o original, e que na parte omitida, nada há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

— Lisboa, vinte e cinco de Julho de mil novecentos e setenta e sete.

O 3.º Ajudante do Cartório
(Cremilde do Patrocínio Anacleto)

Limites à abertura de poços em Coimbra, Leiria e Setúbal

Com vista à protecção das reservas de água subterrâneas, foi publicado no «Diário da República» um decreto-lei que actualiza e torna mais rigorosas as disposições legais relativas à abertura de poços em vários concelhos dos distritos de Coimbra, Leiria e Setúbal.

A zona onde mais se faz sentir a necessidade de proteger essas reservas de água é na península de Setúbal, pelo que nos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, fica sujeita a prévia autorização a abertura de poços ou furos para captação de água a mais de 20 metros de profundidade.

Esta restrição aplica-se mesmo quando os poços se destinam a substituir outros já existentes ou quando se pretender alterar as condições de captação aumentando a sua profundidade.

Nos distritos de Leiria e Coimbra, a situação apresenta-se com menor gravidade, pelo que só será necessária prévia autorização para os furos de profundidade superior a 50 metros.

A falta de cumprimento das disposições legais será punida com multa de 5 a 50 contos, aplicável em partes iguais ao proprietário do terreno e à empresa que executou os trabalhos de captação de água.

Ministro suiço em Lisboa

O ministro suiço dos Estrangeiros, Pierre Graber, visitará Portugal nos próximos dias 15 e 16, a convite do seu homólogo português Medeiros Ferreira.

Enquanto em Portugal, Pierre Graber terá conversações com Medeiros Ferreira acerca de problemas actuais da política europeia e mundial, além de, naturalmente, as relações entre os dois países.

O ministro suiço será ainda recebido pelo general Ramalho Eanes.

Auto-estrada do Estoril vai ser iluminada

Vão ser beneficiados com um sistema de iluminação os últimos 1400 metros da auto-estrada da Costa do Sol (EN-7) que liga Lisboa à estrada da Linha do Estoril.

A Junta Autónoma das Estradas acaba de abrir, para o efeito, o concurso público para arrematação das obras que prolongarão a actual iluminação até ao recentemente construído nó com a estrada de Sintra (EN-117).

Lady Young no Porto

PORTO — Encontra-se nesta cidade a convite do CDS a vice-presidente do Partido Conservador Britânico, Lady Young, igualmente responsável pelos pelouros da organização feminina e do poder local.

Lady Young teve um encontro com elementos do secretariado e participou numa conferência no Instituto Democracia e Liberdade. Ontem deslocou-se à Póvoa de Varzim, onde foi obsequiada com um almoço típico que lhe foi oferecido pelas senhoras do CDS daquela cidade. Hoje Lady Young volta a reunir-se com elementos do secretariado do partido centristas e almoçou com o presidente da Câmara de Paredes.

Ainda esta tarde, a vice-presidente do Partido Conservador Britânico dá uma conferência de Imprensa.

Activistas do MDP de Setúbal debateram situação política

Com o objectivo fundamental de concretizar as decisões da última reunião da sua Comissão Nacional, efectuou-se domingo passado em Setúbal, um encontro distrital de activistas do MDP/CDE.

O agravamento do desemprego, aumento de preços, descida de salários reais, o crescente poder político e económico dos antigos monopolistas e latifundiários e as dificuldades que irão pesar sobre pequenos comerciantes, agricultores e industriais, foram alguns dos temas debatidos no encontro que reuniu mais de meia centena de delegados de todos os concelhos do distrito, além de numerosos elementos sem filiação partidária.

O encontro aprovou por aclamação uma moção de protesto contra a actuação da polícia nos recentes incidentes de Évora e contra o encerramento das pequenas empresas e os despedimentos em massa «a que levará a aplicação das medidas incluídas no último pacote do Governo.»

Portugueses na China

Regressaram a Pequim depois de um período de férias em Portugal, Adélia Goulart e João Cláudio, que nos últimos dois anos se têm dedicado ao ensino da língua e da cultura portuguesas na República Popular da China. Juntamente com estes portugueses seguiram outros dois, António Abreu e Conceição Abreu. Os quatro permanecerão na China Popular durante quatro anos ensinando a língua e a cultura portuguesas.

Esta presença é subsidiada pelo Governo de Pequim através do programa de edições em Língua Estrangeira.

Falando para a ANOP antes de partirem, os portugueses disseram que a iniciativa em que estão empenhados tem sido um êxito.

Um dos portugueses, João Cláudio, anunciou que vai dedicar-se à tradução para português do quinto volume das obras completas de Mao. Adiantou no entanto as dificuldades que se lhe têm deparado e o têm forçado a recorrer, para o efeito, às traduções em inglês e francês já existentes.

NOTA OFICIOSA DO MAP

Abate clandestino de suínos

A propósito do abate clandestino de suínos que tem sido denunciado; de há alguns tempos a esta parte, e relacionada com a luta movida pelo MAP contra essas práticas nocivas da saúde pública, recebemos do Ministério da Agricultura e Pescas a seguinte nota oficiosa:

..«Têm vindo a ser referidas pela Imprensa dos últimos dias algumas tentativas de venda ao público de carne de porco, obtida através do abate clandestino de animais contaminados pela peste suína africana. Conhecem-se também diversos casos em que foi apreendido um elevado número de suínos transportados ilegalmente, muitos deles doentes, e que se destinavam a locais bastante distanciados do seu ponto de origem.»

..«Dada a natureza destas actividades, sente-se o Ministério de Agricultura e Pescas na obrigação de alertar, desde já, a opinião pública, para aquilo que constitui um perigoso atentado contra a saúde do povo português.»

..«Por outro lado, entre o MAP que não pode abster-se de sublinhar, com o maior vigor, a atitude, perfeitamente irresponsável e criminosa, daqueles que, à revelia das mais elementares normas de convívio social, se preocupam exclusivamente com o aumento dos seus lucros pessoais, mesmo que, para tanto, saibam que estão a ameaçar a saúde pública e a concorrer para a disseminação de uma doença com dramáticas consequências na economia do País.»

..«Finalmente, pensa este Ministério que não deve limitar-se a aguardar o resultado das investigações actualmente em curso, empreendidas por outros departamentos governamentais, e que permitirão apurar totalmente as responsabilidades das empresas ou indivíduos envolvidos nos casos até agora detectados. Recordando, pelo contrário, que, ao povo português, a principal vítima de procedimento deste tipo, assiste o direito de ser informado dos seus presumíveis autores, por forma a habilitá-lo a acompanhar, documentada e esclarecidamente, todas as fases de um processo que visa, fundamentalmente, a sua defesa.»

..«Assim, sem prejuízo do preceituado no n.º2 do artigo 32 da Constituição da República, torna-se público que foram instaurados processos-crime contra os indivíduos cujos nomes a seguir se indicam:

..«Na zona de Lisboa: Vital Fernandes Costa, morador em Loulé; José Maria Cruz, morador na Cova da Piedade; Alberto da Cunha Silva, Herd., morador em Alcochete; A. de Matos e Comp. A, Lda, morador em Benavente; Sapropor, do Cartaxo; Armando Duarte Lopes, morador na Póvoa da Galega; Maria do C.F. Sousa Monteiro, moradora em Leiria; Valentim Pinho Marçalo, morador em Palmela; José Rodrigues, morador em Mafra; Manuel Antunes dos Santos, morador em Santarém; Domingos da Cruz Carvalho, morador em Pegões Velho; Casa dos Sete Irmãos Unidos, de Tarouca; João Alfredo Fernandes, morador na Póvoa da Galega; José Otílio da Ponte, morador em Albufeira; Carlos Almeida da Silva, morador em Leiria; Diamantino Vicente Francisco, morador em Alcobaça; José Gustavo da Silva, morador em Alcobaça; José Manuel Duarte Músico, morador em Monchique; José da Silva, morador em Leira e Horário Alves Miranda, morador em Porto de Mós.»

..«Na zona de Santarém: Francisco Baneira Eugénio, morador na Chamusca; Abel Viana da Rocha, morador em lugar da Igreja (Paredes); Ramiro Madeira Duarte, morador em Rio Maior; João Simão da Cruz, morador em Atalaia do Campo (Fundão); António Constantino Freitas Libério, morador em Almeirim; José Marques Dias, morador em Mação; António de Oliveira Almeida Boavida, morador em Atalaia do Campo (Fundão); Agostinho Gomes e José Ferreira, morador em Boavista (Leiria); José Aires Pereira, morador em Fiães (Feira); Alberto da Silva Freitas, morador em Alpiarça; António Cruz da Silva, morador em Almeirim; António Domingos, morador em Foros do Ameixial (Coruche); José Martinho Ferreira Lagoa, morador em Boavista (Leiria); João da Conceição Silva, morador em Sobral do Monte Agraço; José Maria Dias Filipe, morador em Abrantes; José Vieira do Pisão, morador em Santarém; João Pacheco Apolinário, morador em Fazendas de Almeirim; António Joaquim Vicente de Rosa, morador na Quinta do Património (S.Miguel do Rio Torto); Francisco Bento Garrido, morador em Fazendas de Almeirim e Sossilvas, Lda, em Tojalinho (Loures).»

..«Na zona de Castelo Branco: Dionísio Reduto Cameira, morador em Marmeleiro (Guarda); José Pereira Coutinho, morador em Ponte Nova (Tarouca) e Marcelino Guilherme da Cruz, morador em Atalaia (Castelo Branco).»

..«Os indivíduos acima referidos, são acusados de transportar ilegalmente, para as zonas indicadas, cerca de 1.500 animais, dos quais aproximadamente metade foi abatida de imediato, por se encontrar já doente, mantendo-se os restantes sob observação. Deve acrescentar-se que esses carregamentos se efectuavam entre zonas por vezes muito distanciadas e, sem que tivessem sido tomadas quaisquer precauções sanitárias, o que, desde logo, pode acarretar graves perigos para as regiões atravessadas. Como se sabe, a movimentação de animais feita em tais circunstâncias, é a primeira e mais importante causa da disseminação da peste suína africana.»

..«A título de exemplo, apontam-se alguns dos casos de que se tem conhecimento: 70 suínos do Montijo para Tarouca; 54 suínos do Algarve para a Malveira; 122 suínos de Vendas Novas para Alcobaça; 65 suínos de Albufeira para Alcobaça; 42 suínos de Tavira para Alcobaça; 49 suínos de Monchique para Lousã; 41 suínos de Lagos para Leiria; 60 suínos de Ourique para Porto de Mós.»

«dá-se, também conhecimento público de que foram apreendidos 68 suínos doentes, e mais 5 toneladas de carne imprópria para consumo, num matadouro situado em Porto Alto, tendo sido instaurado ao seu proprietário, Diogo da Cruz Ferreira, o correspondente processo-crime.»

..«Para terminar, o Ministério da Agricultura e Pescas, consciente de que atitudes como as descritas põem em jogo valores fundamentais do País, como a saúde pública, apela para todos aqueles que intervêm na comercialização da carne de porco, no sentido de o fazerem sempre dentro da mais rigorosa legalidade e no escrupuloso respeito das normas sanitárias recomendadas. O contrário, só nos levará a situações desastrosas, cuja gravidade é inútil apontar.»

Milhares de hectares destruídos pelas chamas

Apesar da presença activa e abnegada de quase vinte corporações de bombeiros e de muitos populares, está a ser consumida pelas chamas a extensa área florestal situada entre Castelo de Paiva e Arouca.

O incêndio que anteontem à noite deflagrou no lugar de Feiteira, concelho de Castelo de Paiva, atinge agora uma frente de vários quilómetros e já causou vários feridos, na sua maioria bombeiros, vítimas de queimaduras. No âmbito dos prejuízos, afirma-se já atingirem os mesmos uma soma superior a 20 mil contos.

Entretanto, novos fogos surgem, nomeadamente na povoação da Mó, Corga da Chã e Paradouço, Ogilde, Paraduça, Gondra e outras localidades não sendo de rejeitar a hipótese de fogo posto.

Por outro lado, e por razões ainda não detectadas, lavra desde ontem um outro fogo de dimensões importantes numa zona pertencente à Administração Florestal de Trancoso, na Serra do Pisco.

MINAS DA PANASQUEIRA COM TRÊS FOGOS

Também três fogos deflagraram na tarde de domingo junto às Minas da Panasqueira por razões ainda não completamente esclarecidas.

Três avionetas e um helicóptero, deslocados da Estação de Apoio da Administração Florestal da Lousã apoiaram a acção empreendida pelos bombeiros da Covilhã e conseguiram debelar o sinistro. Embora não haja vítimas a lamentar, os prejuízos são elevados.

"Preocupação" quanto às relações com Israel

Representantes da Liga Árabe vão reunir-se com Medeiros Ferreira

Os países da Liga Árabe, reunidos até ontem no Cairo, abstiveram-se de tomar qualquer atitude colectiva e mais agressiva contra Portugal pois, segundo garantiu o secretário-geral da Liga, Mahmoud Riad, «insistem em preservar as suas relações com Lisboa».

No entanto, «os ministros manifestaram preocupação quanto à recente iniciativa de Portugal de elevar a sua representação diplomática em Israel ao nível de embaixada» — disse Riad.

Acrescentou que os ministros decidiram também travar «consultas directas» com Portugal, sobre a questão, e pediu ao Governo português para alterar a sua decisão.

As consultas serão conduzidas por Mahmoud Riad e pelo príncipe Saud Al Faiçal, presidente da conferência e ministro saudita dos Negócios Estrangeiros, com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, em Nova Iorque, quando os três diplomatas ali se deslocarem para a abertura da próxima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, prevista para 20 de Setembro.

Riad disse que alguns países árabes comunicaram à Liga que receberam garantias de Portugal, segundo as quais o governo «congelou» o seu plano de enviar um embaixador para Israel. E acrescentou que Portugal havia manifestado o desejo de reconhecer a Organização de Libertação da Palestina (OLP). Não explicou se Portugal transmitiu isto à Liga Árabe ou aos países árabes. Disse apenas: «fomos informados de que Portugal está disposto a reconhecer a Organização de Libertação da Palestina».

Os ministros dos Negócios Estrangeiros não deram o seu aval à tendência dura preconizada pelo Egipto e ameaçando romper as relações diplomática do mundo árabe se Portugal decidisse levar avante a sua decisão de elevar a nível de embaixadas as suas relações com Israel.

«Não é do nosso interesse proferir ameaças contra Portugal», declarou Riad no final da reunião, explicando a moderação dos países árabes.

O secretário-geral da Liga Árabe insistiu no facto de a decisão portuguesa de elevar a embaixada o nível das suas relações com Israel ter sido tomada no momento em que este país desafiou o mundo inteiro ao estabelecer colonatos nos territórios ocupados. «Tais iniciativas» — acrescentou — «encorajam Israel a prosseguir a sua política agressiva».

A Arábia Saudita e a Síria, preconizaram uma atitude firme para com Portugal. Também o sultanato de Oman encarou a hipótese de interromper os contactos estabelecidos com Lisboa no sentido do estabelecimento de relações entre os dois países.

O Ministério português dos Negócios Estrangeiros, ao tomar conhecimento das declarações proferidas no Cairo pelo secretário-geral da Liga Árabe, Mahmoud Riad, afirmou não ver razões para a preocupação por parte dos países árabes face à decisão portuguesa de estabelecer relações diplomáticas com Israel.

No dizer do porta-voz daquele ministério, «a posição do governo português face ao mundo árabe em geral é bem conhecida e não sofreu qualquer alteração. Aliás, como Riad declarou, durante a reunião da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o ministro português dos Negócios Estrangeiros (Medeiros Ferreira), terá oportunidade de conversações com os seus colegas árabes e estamos certos que destas conversações as relações entre Portugal e os países árabes sairão incrementadas».

AMANHÃ

Reunião de professores com Secretário de Estado

Problemas relacionados com a reestruturação do estatuto da cadeira docente universitária e com a situação contratual de algumas centenas de professores, serão abordados no encontro que os componentes da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa vão, amanhã, ter com o Secretário de Estado do Ensino Superior. A reunião está marcada para as 16 horas.

Recorde-se que, sobre estes dois assuntos, já o Sindicato apresentou, no passado mês de Dezembro, um caderno reivindicativo adicional e, em Junho do corrente ano, uma proposta reivindicativa imediata de todos os graus de ensino, que fora aprovada no decorrer de um plenário de delegados sindicais.

Esta proposta já foi objecto de um primeiro encontro da Direcção do Sindicato com o secretário de Estado dos três graus de ensino.

POSSE DO DIRECTOR-GERAL DAS CONSTRUÇÕES HOSPITALARES

Estão previstos no Plano a Médio Prazo 12 milhões de contos para hospitais

«Os projectos em curso, no âmbito do plano de cobertura hospitalar do País, permitirão, a curto prazo, dispor de 5.800 camas em empreendimentos cujo valor ultrapassa os três milhões e meio de contos» — afirmou, ontem, o ministro das Obras Públicas, Almeida Pina, na tomada de posse, do novo director-geral das Construções Hospitalares, eng.º Meireles Casal.

Disse o ministro que, «além das obras já em fase adiantada de execução e das recuperações em curso ou programadas para as unidades hospitalares de Lisboa e Porto, ainda em 1977, se iniciará em várias zonas do País, a construção de mais de uma dezena de centros de saúde, no valor de 400 mil contos, estando prevista a adjudicação no corrente mês, da construção dos de S. João da Pesqueira, Nelas e Vila Nova de Poiares».

Entretanto, ainda segundo o ministro das Obras Públicas, «arrancará finalmente o empreendimento relativo ao Hospital Escolar de Coimbra, para o qual o Governo nomeou já um gabinete coordenador, com o objectivo de já em 1978, após um aturado trabalho de estudos e projectos, permitir o início efectivo dos trabalhos, estando prevista a sua conclusão em 1982 com um investimento na ordem dos 3 milhões de contos».

O ministro revelou que nos «sete anos de actividade da Direcção-Geral das Construções Hospitalares, vários empreendimentos têm sido concretizados, não só na construção de novas unidades, mas ainda, e de forma significativa, na acção de recuperação, beneficiação e apetrechamento das instalações existentes».

Assim, entre 1970 e 1976, a Direcção-Geral das Construção Hospitalares tinha criado três mil camas e investido 1,5 milhões de contos. No decurso da vigência do plano, a médio prazo (1977-1980) serão investidos no sector mais de 12 milhões de contos, dos quais um milhão será destinado ao corrente ano, o que levará à criação de mais de oito mil postos de trabalho.

Deu também a conhecer que ainda este ano serão abertos concursos para os trabalhos referentes à construção dos novos hospitais em Santarém, Abrantes e Barreiro.

A terminar o eng.º Almeida Pina acentuou que «a normalização e racionalização das novas construções e a adaptação do parque existente vão permitir melhorar as condições de vida, quer de doentes, quer de agentes de tratamento, atingir um elevado nível psíquico do pessoal através do ambiente que será criado pelas mais modernas características das instalações, nomeadamente as mais adequadas condições de luz, som, clima e cor, e facilitar a sua manutenção e conservação, do que resultará uma exploração mais eficaz e económica».

Neste disco está toda a minha história

é contada pelo trio Zé Ferrugem num novo LP de uma nova etiqueta

MUNDO NOVO

CDL A DISTRIBUIÇÃO

À VENDA EM TODAS AS DISCOTECAS

A PARTIR DE 8 DE SETEMBRO — ABERTO DAS 10 ÀS 19 H.

SALDOS SALDOS SALDOS

CONFECÇÕES DE MARCAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS PARA SENHORA E HOMEM

PREÇOS VER PARA ACREDITAR

HISA ENXOVAIS

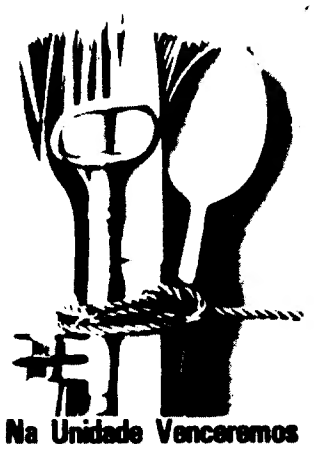
Av. João XXI, 12 E

VISITE-NOS ANTES QUE SEJA TARDE

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND. HOTELEIRA E SIMILARES DE FARO

A TODOS OS TRABALHADORES DA INDUSTRIA HOTELEIRA



GREVE DE 4 HORAS DIÁRIAS EM DOIS DIAS SEGUIDOS

Considerando que:

1. O ACTV/PRT representou, para os Sindicatos um instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, que, não dando satisfação integral às justas reivindicações dos trabalhadores, corresponde, no entanto, às mais prementes necessidades dos mesmos;

2. Durante 14 meses as associações patronais se recusaram a comparecer às negociações;

3. Há cinco meses as associações patronais vêm persistindo na sua conduta ilegal de aconselhar as empresas ao não cumprimento da PRT;

4. O Governo já prometeu através de «nota oficiosa» fazer cumprir as leis que publicou e mais uma vez faltou ao prometido;

5. Considerando, finalmente, que a paciência dos trabalhadores tem limites;

Na Reunião Geral de Sindicatos realizada no dia 29 de Agosto, no Porto, estes declaram:

1.º Propor à discussão de Plenários de Trabalhadores as seguintes formas de luta.

a) Greve Geral de 8 horas, por períodos de 4 horas, entre as 11 e as 15 e as 18.30 e 22.30 horas, respectivamente, em data a anunciar na quinzena de Setembro, em todas as empresas que não cumpram o ACTV/PRT;

b) Paralização simbólica de solidariedade de todo o sector, durante um quarto de hora, entre as 11 e as 11 horas e 15 minutos, do primeiro dia de greve, em todas as empresas que já cumpram o ACTV/PRT;

2.º Dois dias depois do segundo dia de greve, será realizada nova Reunião Geral de Sindicatos, em que será feito o ponto da situação e serão decididas as formas de luta adequadas à continuidade da mesma.

Porto, 29 de Agosto de 1977

(NOTA: esta proposta foi aprovada por unanimidade na Reunião de Todos os Sindicatos do Sector realizada no Porto a 29 de Agosto)

OS SINDICATOS CONSIDERAM COMO NÃO ESTANDO A CUMPRIR O ACTV/PRT AS EMPRESAS QUE SE ENCONTREM NUMA OU MAIS DAS SEGUINTES SITUAÇÕES:

a) Não pagamento das Tabelas Salariais;

b) O pagamento de apenas parte do aumento salarial devido; o pagamento das tabelas salariais a apenas alguns trabalhadores da empresa;

c) O não pagamento do subsídio de alimentação (600$00) aos trabalhadores dos Cafés, Pastelarias e Similares;

d) O não pagamento dos retroactivos desde Abril de 1977.

NO SEGUIMENTO DESTAS DELIBERAÇÕES REALIZAR-SE-ÃO EM TODAS AS SEDES DE SINDICATOS PLENÁRIOS DE TRABALHADORES COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único — Discução da proposta de greve aprovada na Reunião Geral de Sindicatos, no dia 29 de Agosto.

QUADRO DOS PLENÁRIOS DE TRABALHADORES

LOCAL	DIA	HORA	MORADA
LAGOS	7	22,30	Casa da Cultura
ALBUFEIRA	8	22,30	Imortal
FARO	8	22,30	C.A.T. Hotel Eva
V. REAL ST.º ANTÓNIO	9	22,30	Instalações do Lusitano F.C.
PORTIMÃO	10	15,30	Casa dos Pescadores

(NOTA IMPORTANTE — Em todos os plenários será feito controle rigoroso das entradas, pelo que todos os trabalhadores para terem acesso aos plenários terão que mostrar o seu Cartão de Sócio, ou Carteira Profissional. Se por algum motivo os trabalhadores não tiverem em seu poder nenhum destes documentos deverão em sua substituição munir-se de uma declaração do seu Sindicato expressamente para este efeito).

REGRAS A OBSERVAR DURANTE A GREVE:

1.º Após a declaração de greve, e até ao seu termo os trabalhadores devem manter-se atentos à orientação dos seus Sindicatos que será dada através da comunicação social e comunicados, exclusivamente pelos membros das Direcções;

2.º Qualquer tentativa de desmobilização feita pelos órgãos da Comunicação Social, mesmo que vindo do Governo, através de ameaças ou calúnias, deve ser puramente menosprezada pelos trabalhadores;

3.º Os trabalhadores devem, durante o período de greve manter-se nos seus locais de trabalho e «organizar piquetes para desenvolver actividades tendentes a presuadir os trabalhadores a aderirem à greve, por meios pacíficos»;

4.º Lembramos que os patrões não podem, conforme a Lei da Greve, «substituir os grevistas por pessoas que à data do seu anúncio não trabalhavam no respectivo estabelecimento ou serviço, nem pode, desde aquela data admitir novos trabalhadores. Que, «é proibido o Lock-Out», nem podem interditar o «acesso aos locais de trabalho a alguns ou à totalidade dos trabalhadores».

5.º Nos hóteis deve ser garantida a assistência às crianças e a casos de urgência; caberá exclusivamente aos delegados sindicais considerar quais os casos a atender;

6.º Em todos os estabelecimentos os trabalhadores devem esclarecer os clientes das razões justas da nossa luta.

EM LUTA PELO CUMPRIMENTO DO ACTV/PRT
EM LUTA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
EM LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

NAS CERVEJAS:

O Estado premeia capitalistas?

. Sob o título «Após desintervenção, antigo «holding» cervejeiro investirá 1,5 milhões de contos», o semanário «Expresso», no número de 27 de Agosto último, fez a impressionante afirmação de que a Comissão de Análise e Inquérito não apurou irregularidades na gestão anterior à intervenção, (pelo que) o Governo se decidiu pela desintervenção na Portugália, Estrela e Jansen». Estas empresas detinham, antes da nacionalização, a maioria do capital da Sociedade Central de Cervejas.

Não se sabe qual a origem desta informação, mas podemos desmentir a sua veracidade. Aos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas e ainda aos trabalhadores das empresas agora d e sintervencionadas foram facultados os relatórios da Comissão de Inquérito. O Conselho da Revolução recebeu esses relatórios em 30 de Julho de 1975 e remeteu-os posteriormente ao Governo, presidido nessa altura pelo almirante Pinheiro de Azevedo. Mais tarde, esses relatórios terão sido remetidos à Polícia Judiciária para os devidos efeitos. Ao que parece teriam ficado «bem arquivados», no fundo de uma gaveta... talvez com a finalidade de facilitar a desintervenção.

Não terá a Comissão de Inquérito detectado irregularidades que implicam para José Manuel Martins — principal accionista da Portugália e da Estrela — as acusações de exportação ilícita de capitais de terceiros, cumuladas com falsas declarações, burla, furto e abuso de confiança?

Não terá sido João Lancastre de Freitas — accionista da Portugália — acusado de falsas declarações, exportação ilícita de capitais, abuso de confiança, irregularidades fiscais, transacção ilegal de acções e actos de gestão ruinosa?

. A Comissão de Inquérito não terá apurado que Alexandre Braz Nunes Sequeira — accionista da Estrela — é acusado de exportação ilícita de capitais de terceiros, cumulado com falsas declarações, irregularidades fiscais, transacção ilegal de acções, actos de gestão ruinosa e simulação?

. Não estarão sujeitos a julgamento, conforme a legislação em vigor, ex-administradores da S. C. Cervejas e doutras empresas associadas?

. De acordo com o «Expresso», as três empresas agora desintervencionadas receberão 1,5 milhões de contos de indemnização, segundo a lei aprovada recentemente pela Assembleia da República.

Resta saber se existe qualquer intenção de revogar as leis que punem as irregularidades detectadas, ou se «vontades misteriosas» farão esquecer os processos.

E quem indemnizará o Estado pelas fraudes praticadas?

Alterações ao código de processo penal

Saiu já no «Diário da República» um decreto-lei do Ministério da Justiça revendo diversas disposições relativas à legislação de Processo Penal. Do diploma constam 41 alterações e 17 revogações de disposições do Código de Processo Penal. Falando das alterações na parte introdutória, o texto legal diz que elas «visam a modificação imediata das normas de processo penal que enfermam de inconstitucionalidade, aceitando a vigência temporária das soluções actuais quando não colidam abertamente com a Constituição»: «Não é possível apresentar imediatamente uma reforma de fundo do Processo Penal» — explica o diploma, apontando para as insuficiências que subsistem.

Uma das alterações introduzidas no Código de Processo Penal diz respeito à prisão preventiva: nos novos termos da lei, só pode ser autorizada em caso de flagrante delito por crime doloroso a que corresponda pena maior. Fora dos casos de flagrante delito, só é autorizada a prisão preventiva quando cumulativamente se verificarem três requisitos: perpetração de crime doloso punível com pena maior; fortes indícios da prática do crime pelo arguido, e insuficiência da liberdade provisória «para a realização dos fins que se propõe realizar». Por outro lado, «nenhum arguido pode estar preso sem culpa formada além dos prazos marcados na lei» (40 dias ou 90, conforme os casos) e «os presos sem culpa formada serão apresentados ao juíz de instrução competente ou ao do lugar da prisão dentro do prazo máximo de 48 horas após a detenção».

As presentes disposições estão em vigor desde o dia 1 do corrente.

INDUSTRIA AUTOMÓVEL

Indústriais de montagem contra a proposta governamental

. As Associações dos Industriais de Montagem de Automóveis e do Comércio Automóvel de Portugal estão declaradamente contra a recente proposta governamental — veiculada através do Ministério da Indústria — de aumentar o imposto interno de venda sobre automóveis e «lamentam» aquilo a que chamam «irresponsabilidade» por parte daquele departamento, na proposta recentemente divulgada.

O Ministério da Indústria, «ao desencadear desastradamente a sua campanha de promoção, (...) poderá criar a numerosas empresas dificílimos problemas de gestão de encomendas e até de produção» — dizem as associações. O Ministério anunciava para Janeiro a entrada em vigor da nova lei.

Por outro lado, as associações estranham o facto de uma das notícias ultimamente publicadas sobre o assunto falar de «elementos facultados pelo Ministério da Indústria», quando oportunamente lhes foi pedido parecer sobre a proposta em questão. Depois, os elementos deturpam aquilo a que as associações chamam «os desastrosos resultados da proposta de lei, ao nível de preços ao consumidor».

«A ser aprovada a proposta governamental, a mesma traduzir-se-ia, ao contrário do que se pretendeu fazer crer, em monumentais aumentos de preços para cerca de 85 por cento dos carros presentemente à venda» — dizem as associações.

RETORNADOS

. Saiu no «Diário da República» um diploma abrindo aos proprietários de escolas de condução automóvel nas ex-colónias e regressados a Portugal depois de 25 de Abril a possibilidade de se candidatarem, a partir de agora, à concessão de alvará daquele ramo de actividade em Portugal. O diploma autoriza o Ministério dos Transportes e Comunicações a fixar um contingente de escolas de condução, a atribuir por concurso público, a que serão admitidos apenas os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias e que à data da independência ali eram titulares ou sócios de escolas de condução , ou ainda instrutores legalmente habilitados a ministrar o ensino por conta própria.

Outro diploma publicado na folha oficial regula a atribuição de licenças para a indústria de transportes rodoviários de aluguer ocasional de mercadorias, aos cidadãos portugueses regressados das ex-colónias que ali exercessem essa actividade ou participassem como sócios em sociedades ou cooperativas que explorassem essa indústria.

CCT DOS BANCÁRIOS

Comissão de Contratação ganha tempo contra interesses dos trabalhadores

. As negociações do CCT dos Bancários estão interrompidas porque a Comissão Executiva de Contratação (CEC) considera que não se pode vincular aos princípios expressos nas moções aprovadas nas últimas assembleias gerais dos três sindicatos do sector.

As moções, de orientação para as Direcções dos Sindicatos, defendem entre outras medidas, a reestruturação da Banca, a uniformização das condições laborais do sector, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, abolição das distorções existentes, carreira profissional uniforme para toda a Banca, verticalização laboral do sector, reclassificação justa dos trabalhadores.

«É uma situação que demonstra à evidência que as posições da CEC assumem carácter radical face às posições defendidas pelos trabalhadores Bancários (e à maleabilidade das mesmas)», afirma em comunicado a Comissão Sindical de Delegados do Sul e Ilhas do Banco da Agricultura, que aponta também no comportamento da CEC a sua actuação face à carreira profissional. Depois de ter participado dois a três meses num grupo de trabalho que se debruçou sobre aquele tema, a Comissão recusou-se a assinar as conclusões do trabalho elaborado. Alguns meses depois, a CEC apresentou a sua proposta de carreira profissional que a Comissão Sindical classifica de divisonista, por criar duas carreiras profissionais, uma para os trabalhadores sem funções específicas e outra para os trabalhadores com funções específicas ou de enquadramento. Esta proposta de resto não teve receptividade por parte dos trabalhadores bancários, como foi demonstrado em assembleias gerais.

«A CEC sabe que, arrastando as negociações, está a prejudicar os trabalhadores bancários, cada vez mais a braços com a alta do custo de vida, cada vez mais sentindo os efeitos de uma estranha austeridade que concede, por exemplo, pensões de reforma com retroactivos aos ex-administradores do Banco da Agricultura superiores a duas dezenas de contos mensais e exige a todos os trabalhadores cada vez mais sacrifícios», prossegue a Comissão Sindical que denuncia o objectivo da CEC com tal actuação: jogar com o agravar das condições de vida, com a ansiedade e a necessidade de os Bancários terem algum aumento salarial, para impor a sua (dela, CEC) proposta, «lesiva dos interesses globais dos trabalhadores bancários e radicalmente oposta aos princípios de justiça inerentes à proposta sindical».

A comissão sindical de Delegados do Sul e Ilhas do Banco da Agricultura torna as suas críticas extensivas à Direcção do Sindicato que perante tal situação deveria ter já mobilizado os trabalhadores para a defesa de um CCT justo, de acordo até com o seu programa de acção, o que não fez. A falta de informação sobre o que se está a passar ocasiona que «na Banca circulem os boatos desmotivadores, a deturpação constante, facilitando os objectivos da CEC de impor a sua proposta de CCT».

Salienta a Comissão Sindical que a ausência de informação por parte da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas tem, entre outros resultados; contribuido para um alheamento cada vez maior dos trabalhadores da província face à actuallidade da vida sindical do sector.

..No momento difícil que o sector atravessa, a Comissão Sindical propõe que a Direcção do Sindicato passe a informar criticamente a classe sobre o que está a passar-se e que os trabalhadores bancários se unam em defesa de um CCT que consagre os princípios constantes das moções aprovadas nas Assembleias Gerais dos três sindicatos contra a proposta elitista e divisionista da CEC. Tudo isto em vista a uma intervenção consciente na Assembleia Geral que o Sindicato vai realizar.

LUÍS PEDRO MENDONÇA

CT detida hoje de manhã após intervenção da GNR

. Forças da GNR e da polícia de choque, com grande aparato policial, cercaram esta manhã as instalações da empresa «Luís Pedro Mendonça», em Santa Iria de Azoia e prenderam os quatro elementos da Comissão de Trabalhadores e o operário que se encontrava de guarda ao portão.

Ao mesmo tempo, os dois representantes do patrão que ali tinham entrado com o apoio da GNR na passada segunda-feira, voltaram esta manhã a entrar na fábrica, acompanhados de um terceiro elemento. Os mandatários de Luís Pedro Mendonça tentaram dialogar com os trabalhadores que paralisaram imediatamente após a acção policial e se recusaram a falar aos representantes do patronato. Ao fim desta manhã, convergiram para junto da «Luís Pedro Mendonça» trabalhadores de várias empresas da zona de Sacavém.

Desintervencionada e devolvida ao ex-patrão, a «Luís Pedro Mendonça» tem estado a trabalhar normalmente até que na passada segunda-feira paralisou, devido à entrada forçada de dois representantes da entidade patronal.

Estes voltaram ontem, mas sem ajuda da GNR, pelo que não conseguiram entrar nas instalações da empresa, de acordo com as decisões tomadas pelo plenário de trabalhadores que ontem mesmo ali se realizou. Recordando aos trabalhadores o que a GNR lhes tinha dito, os dois mandatários do patrão despediram-se com um «até já». De tarde, compareceram junto à fábrica dois jeeps da GNR, mas os representantes de L.P. Mendonça não apareceram. Os portões da empresa mantiveram-se fechados até hoje. de manhã.

NO DISTRITO DO PORTO

Sete mil despedidos em oito meses – denuncia União dos Sindicatos

. Em Conferência de Imprensa realizada ontem, à tarde, o secretário da União dos Sindicatos do Porto denunciou a efectivação de 7240 despedimentos entre os meses de Janeiro e Agosto do ano corrente, só no distrito do Porto, e afirmou que «as causas do aumento do número de desempregados se ligam fundamentalmente à política económica, social e legislativa do Governo». De salientar, desde já, que no número de despedidos durante aquele período se incluem mais de centena e meia de dirigentes, delegados e activistas sindicais. Por outro lado, o desemprego total no país durante o mesmo período, conforme apuramento que vem sendo feito pela CGTP atinge o número de 25 000.

..O secretariado da USP, ao referir estes números salientou que «um dos aspectos mais preocupantes da situação social é o aumento do número de desempregados provocado por despedimentos massivos» que normalmente visam atingir também os trabalhadores com responsabilidades sindicais dentro das empresas. Como causas desta situação apontaram-se o encerramento das empresas, a repressão patronal, as leis antitrabalhadores, a falta de poio às pequenas e médias empresas, privadas, públicas ou sob o controlo dos trabalhadores. Em vista desta situação a CGTP-Intersindical lançou uma campanha de esclarecimento, discussão e luta contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho e pelo livre exercício dos direitos sindicais que é , afinal, uma luta pelo cumprimento da Constituição.

De entre os sectores mais atingidos pela vaga de despedimentos destacam-se o têxtil e o de vestuário, com grande percentagem de mão-de-obra feminina, baixos salários e grande penetração de capital estrangeiro. O secretariado da USP pormenorizou ainda a situação através de exemplos de encerramento de empresas, despedimentos pelo exercício dos direitos sindicais e despedimentos provocados pelas desintervenções e a falta de apoio técnico e financeiro a empresas em autogestão e cooperativas. E afirmou: «gostaríamos que nos citassem casos em que esses despedimento não resultassem de dificuldades criadas aos trabalhadores por repressão patronal, falta de apoio técnico e financeiro, não cumprimento dos CCT's, perseguição a dirigentes, despedimentos invocados como condição de funcionamento das empresas, não renovação de «stocks» de matérias-primas, desrespeito pelas próprias decisões do Governo, etc.». Por outro lado, afirmou ainda o secretariado da USP, a delegação do Porto do MT «possui números nada compatíveis» com aquele total de mais de sete mil desempregados entre Janeiro e Agosto, ao mesmo tempo que se sabe que o MIT prevê 9.000 despedimentos por ano até 1980, só no sector têxtil.

Salientando que «o primeiro pacote» não resolveu, contrariamente ao que se anunciou, nenhum dos grandes problemas dos trabalhadores e da economia nacional e que o «segundo pacote» também nada resolverá, o secretariado da USP afirmou que um dos aspectos mais graves das medidas previstas no «segundo pacote» é a possibilidade de suspensão dos contratos colectivos ou individuais nas empresas ou sectores considerados «em crise», o que abre a porta a despedimentos em massa e facilita a repressão, o recurso a despedimentos injustificados. O Movimento Sindical, concluiram, dará uma resposta na perspectiva unitária que caracteriza a sua actuação.

Tentativa de despedimento de 53 empregados da Ambar

. Em conferência de Imprensa realizada esta manhã pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Porto, foi denunciada a tentativa da gerência da Ambar para despedir 53 trabalhadores. Estes têm vindo a ser pagos pela Secretaria de Estado do Emprego desde a altura em que um incêndio, ocorrido em Abril de 1976, destruiu grande parte das instalações da empresa, situada na Via Rápida,.

Havia o compromisso de readmissão de todo o pessoal, mas apesar desse acordo com aquela Secretaria de Estado, a Ambar, em 16 de Agosto último, fez um pedido àquele mesmo departamento para não reintegrar 53 dos trabalhadores da empresa. Em diligências efectuadas em Lisboa, os trabalhadores e o respectivo sindicato foram informados do parecer daquela Secretaria de Estado, o qual negava qualquer fundamento para o referido pedido da Ambar.

O Sindicato dos Gráficos acrescentou que a empresa invoca também razões tecnológicas para despedir aqueles 53 trabalhadores que continuam a aguardar, conforme o previsto e o acordado, o seu regresso aos postos de trabalho.

Nesse total que agora se pretende despedir, incluem-se dois dirigentes sindicais, sete delegados sindicais e quatro ex-delegados sindicais. O sindicato e os trabalhadores prosseguem as suas diligências junto dos departamentos oficiais para impedir os despedimentos.

KOL CONVITE PARA HOJE

Temos o prazer de convidar V. Ex.ª a visitar a maior exposição de maples do País. Encerra às 23 h.

Av. Col. Bordalo Pinheiro, 87-89 — Lisboa
(à Praça de Espanha)

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria Vieira, 7

GONELHA PASSANDO POR COIMBRA

"Seria estúpido ignorar a Inter"

. O ministro do Trabalho, a caminho da Figueira da Foz (onde presidirá, como noticiámos noutro local, à abertura das XIV Jornadas Médicas), parou em Coimbra, e no Governo Civil local falou aos jornalistas de temas diversos, desde o «pacto social» ao problema da Auto-Vitória («um caso complicado», para aquele membro do Governo).

Assim, Maldonado Gonelha, que tantas e tão contraditórias afirmações tem feito diria que o «pacto social» não poderá restringir-se a reivindicações salariais: «E necessário que tenha em conta também a problemática dos rendimentos, do emprego, dos investimentos e que os interesses políticos – que os há e não são poucos – se subordinem ao consenso nacional».

A Intersindical foi mais uma vez objecto de atenção do ministro: como membro do Governo não pode ignorar o «peso da Inter na sociedade portuguesa, «razão porque deverá ser um dos parceiros importantes do «pacto». Recorde-se que, depois da manifestação do dia 22 de Junho, quando centenas de milhares de trabalhadores sairam à rua convocados pela CGTP-IN, o Governo decidiu cortar os contactos que vinha mantendo com aquela organização...

Maldonado Gonelha disse ainda que «sempre defendi a independência do movimento sindical, apesar da adulteração feita à linha sindical do meu partido». E acrescentaria: «Como militante do PS, luto portanto, por um movimento sindical autónomo, crítico, que assuma posições bem frontais ao Governo, sempre que as julgar necessárias aos interesses dos trabalhadores».

Contradizendo o acima transcrito e declarações de diversas personalidades ligadas ao movimento sindical que perfilha, diria o ministro que sente o dever moral («como militante do PS, um partido de esquerda»), de denunciar o facto do movimento sindical estar dominado por um grupo político que não espelha as posições partidárias dos trabalhadores portugueses».

Seguindo o mesmo raciocínio de que «seria estúpido ignorar a Inter», o ministro do Trabalho explicaria porquê: «Trata-se de direcções sindicais eleitas nos termos da lei e que têm toda a legitimidade enquanto os trabalhadores as mantiverem no exercício das funções para que as elegeram; só eles, realmente as podem substituir, nunca o Governo».

HOTELARIA E DESPEDIMENTOS

Sobre a situação no sector da hotelaria, onde a maior parte do patronato se recusa a cumprir a Portaria da Regulamentação de Trabalho já em vigir desde Abril, Gonelha referiu que «o MT está a esforçar-se no sentido de resolver, sem grande barulho, os problemas existentes». Mas diria que as primeiras aproximações «não deram muitos frutos».

Curiosamente o ministro diria a propósito de uma PRT já publicada: «De qualquer maneira, a portaria está publicada e se não houver acordo que venha *alterar algumas das suas condições*, tem de ser cumprida. E a Inspecção do Trabalho actuará contra quem se lhe oponha» (sublinhado nosso).

Dois casos, a CP e a Marinha Mercante mereceram ainda a atenção do membro do Governo. «Não se pode distribuir aquilo que não existe» – concluiria. «Na CP, por exemplo, os encargos elevam-se a 160 por cento da receita bruta». Ainda sobre o mesmo caso, o ministro acrescentaria que «hoje os funcionários da CP vencem, em média, dez mil escudos mensais e não é possível de momento, ir mais além do que isso».

Sobre os despedimentos, enquanto no Porto a USP referia (como noticiamos noutro local) um número alarmante de despedimentos, o ministro do Trabalho citava números muito inferiores, que não iriam além dos sete mil, durante a vigência do actual Governo.

Desses sete mil, assegurou, três mil foram colectivos e quatro mil sancionados pela Secretaria de Estado da População e Emprego. Mas não escondeu «alguns abusos» da parte de entidades privadas (não sabemos se falou sobre os abusos das entidades oficiais).

A culminar e fazendo jus às suas palavras, Gonelha «aclarou» problemas com alguns elementos da «Carta Aberta». No Governo Civil o ministro foi recebido por diversas entidades, desde o vice-presidente da Assembleia da República, até ao comandante da Região Militar do Centro.

PALMA DE MAIORCA
PARTIDAS EM AVIÃO ESPECIAL TAP
TODAS AS 4as FEIRAS
DE: 6 DE JULHO A 28 DE SETEMBRO
1 SEMANA
Preços excepcionais desde 4.790$
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO E EXCLUSIVA
abreu
Fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 180 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27017/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

ACTUALIDADE DA PROBLEMÁTICA MILITAR PORTUGUESA

O regulamento de disciplina militar (no presente)

MANUEL TAVARES

Em Abril de 1977 e para cumprimento de uma disposição Constitucional, foi publicado o novo Regulamento de Disciplina Militar, resultante do trabalho limitado de comissões nomeadas para o efeito. Ao contrário do que aconteceu com o novo Código de Justiça Militar, no actual RDM, não se manifestou sequer a intenção de uma ampla participação dos militares e sua consequente dinamização. Curiosamente, seria aqui que as contribuições de todos se tornariam mais fecundas, pois além do RDM ser mais acessível, está presente em todas as atitudes dos militares.

No preâmbulo do actual RDM refere-se:

1. A disciplina militar, conforme dispunha o artigo 1.º do Regulamento Disciplinar de 2 de Maio de 1913, «é o laço moral que liga entre si os diversos graus da hierarquia militar; nasce da dedicação pelo dever e consiste na escrita e pontual observância das leis e regulamentos militares».

Segundo o mesmo Regulamento, ela obtém-se «pela convicção da missão a cumprir e mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios de justiça empregados, do respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção de proceder e da estima recíproca».

São estes, ainda hoje, os princípios fundamentais em que assenta a disciplina militar, condição indispensável para o cumprimento da missão histórica e nacional cometida às forças armadas e sem a qual não seria, nem será, possível a sobrevivência destas, seja em que quadrante for.

Mas, como projecção que são desses princípios, as normas regulamentares que regem as forças armadas não se cristalizam; antes evoluem de acordo com a própria evolução social.

As forças armadas constituem uma comunidade dentro da própria sociedade em que se inserem; como tal, inevitável será que, ao longo dos tempos, sofram no seu seio a influência do ambiente social que as cerca.

Essa influência, todavia, não pode ir além de determinados limites, sob pena de destruir o equilíbrio e a íntima coesão que as animam.

A comunidade militar — «instituição nacional», na expressão sintética, mas eloquente, da Constituição vigente — só poderá cumprir integralmente a missão que constitucionalmente lhe é atribuída, e que consiste na defesa da «independência nacional, da unidade do Estado e da integridade do território», se lhe forem grantidos os meios indispensáveis.

E um deles é a disciplina.

Sem esta não haverá forças armadas.

A nenhuma comunidade se exige tanto dos seus componentes como à militar; sacrifício da própria vida é, mais do que um simples risco do serviço, um dever do soldado, em certos casos.

Tão especiais condições de serviço são, pois, incompatíveis com a existência de um estatuto idêntico ao dos restantes profissionais, sejam eles do sector público, sejam do privado.

A razão de ser do direito militar assenta na própria existência das forças armadas; se estas existem, aquele tem de subsistir.

2. O Regulamento de Disciplina Militar que agora se substitui, e cujas linhas fundamentais remontam ao de 1913, carecia de adaptação aos princípios informadores da nova sociedade portuguesa, traduzidos na Constituição da República.

Não podeia deixar a nova lei fundamental do Estado de projectar os seus reflexos no âmbito das forças armadas e da legislação militar, sugerindo a consagração de soluções mais consentâneas com os tempos actuais, soluções essas que, todavia, e como é evidente, jamais deveriam sacrificar as imprescindíveis e intemporais exigências de unidade, força moral e eficiência das forças armadas.

Desta maneira, considerou-se conveniente atender a uma certa prática, radicada em velha tradição nacional em que avultam, humanizados, os princípios da hierarquia, e da autoridade como pressupostos indissociáveis do espírito dinâmico e consciente de missão. Ao mesmo tempo procurou-se reforçar a ética profissional, salvaguardar os diversos direitos e interesses em jogo e atribuir uma maior predominância e preocupação às regras da justiça.

Aproveitou-se ainda a oportunidade para introduzir algumas correcções e aperfeiçoamentos impostos pela experiência ou pelas necessidades, por forma a tornar o texto anterior mais adaptado ao espírito da nova época, expurgando-o de conceitos e regras ultrapassados inúteis ou contraditórios.

3. As soluções adoptadas integram-se no contexto constitucional.

Na verdade, algumas foram — de inegável repercussão — as inovações introduzidas, tendo como objectivo fundamentais a dignificação da função militar.

Assim, no campo substantivo, assinala-se a eliminação dos quartos de sentinela, guardas e patrulhas como medidas punitivas. Entendeu-se que a importância e grandeza destas tarefas mal se compadeciam com o seu carácter sancionatório e com os reflexos negativos sempre ligados à aplicação de qualquer castigo.

Interdita-se a prática de actividades políticas aos elementos das forças armadas na efectividade de serviço, aliás na sequência do artigo 275.º da Constituição e em conformidade com a doutrina fixada anteriormente na Lei n.º 17/75, de 26 de Dezembro.

Sublinha-se, por outro lado, o facto de o novo Regulamento acolher a ideia de aproximar e unificar no mesmo regime punitivo os oficiais e sargentos, em reconhecimento da nova realidade sóciomilitar recentemente delineada.

Em matéria de processo, de todo omissa no Regulamento que ora se substitui, consagra-se formalmente o princípio do contraditório (que, aliás, já vinha sendo observado na prática dos últimos anos), impondo-se a articulação da nota de culpa por forma a possibilitar uma ampla e completa defesa do arguido.

Reafirmam-se os direitos de recurso hierárquico e de queixa e, pela primeira vez, se regula o recurso contencioso das decisões do vértice da hierarquia.

Neste último aspecto, introduz-se uma modificação importante e totalmente nova: em matéria disciplinar, o controlo jurisdicional dos actos punitivos é confiado ao Supremo Tribunal Militar. Por outro lado, trata-se de um órgão constitucional revestido de poder soberano, objectivo, imparcial e independe, cuja composição garante uma melhor preparação técnica na matéria, e, por outro lado, evita-se que se quebre a sequência normal da justiça militar. Aliás, contraditório seria confiar a esse órgão o conhecimento das mais graves infracções às disciplina no domínio criminal e negar-lhe essa competência em matéria de idêntica natureza mas de grau inferior.

Outro aspecto importante consiste nos novos moldes assinalados à intervenção dos conselhos supremos de disciplina.

Consagrados definitivamente como órgãos de consulta nos domínios mais relevantes do campo da disciplina, eles surgem não com qualquer carácter repressivo ou natureza jurisdicional, mas antes e apenas como instituto legal de defesa dos arguidos no âmbito administrativo-militar e, simultaneamente, como instrumentos de apoio à justiça, perfeição e segurança das decisões finais do executivo.

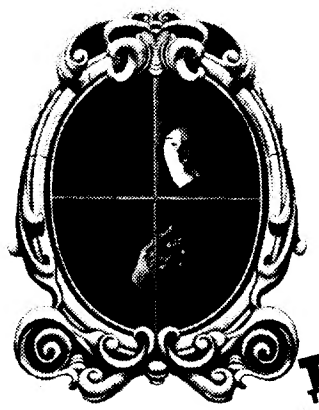
A aplicação prática do presente Regulamento será o seu melhor juiz.

Os ensinamentos que dela resultarem serão desde já reconhecidos e analisados em continuidade, por forma a constituírem objectivo e razão da sua reformulação, porventura mais profunda, quer nos seus conceitos, quer no seu articulado, ajustando sempre a exigência da evolução à perenidade dos princípios.

O actual conceito de Disciplina Militar consiste: «Na exacta observância das leis e regulamentos militares e das determinações que de uma e outras derivam; resulta, essencialmente, de um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às forças armadas (Art.º 1.º)»

«A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; coordenando os esforços de cada um, assegura às forças armadas a sua principal força e a sua melhor garantia de bom êxito. Para que a disciplina constitua a base em que judiciosamente deve afirmar-se a instituição armada, observar-se-á rigorosamente o seguinte:

1. Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e avigora pela consciência dessa missão, pela observância das normas de justiça e do cumprimento exacto dos

ROMAN POLANSKI
EM "CHINATOWN" REVELOU O LADO ESCURO DA CORRUPÇÃO.
EM "REPULSA" EXPLOROU UM ESPIRITO CONFUSO.
EM "A SEMENTE DO DIABO" SONDOU O OCULTO.
AGORA "O INQUILINO" É ALGO NOVO, ALGO ESPANTOSO!

THE TENANT
O INQUILINO
com
Isabelle Adjani · Melvyn Douglas
Jo Van Fleet · Shelley Winters
Música de Philippe Sarde / Produção de Andrew Braunsberg
Realização de Roman Polanski - Colorido
Interdito a menores de 18 anos
AMANHÃ — ESTREIA
Às 21.30
estudio Apolo 70
PARAMOUNT / CINEMA INTERNATIONAL CORPORATION

LOTAÇÕES ESGOTADAS
INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS
teatro quarteto
10.ª SEMANA
AO VIVO
ANA ZANATTI ZITA DUARTE

A VERDADEIRA HISTÓRIA DE JACK O ESTRIPADOR
de ISABELLE HUPPERT com MIGUEL LIMA
música FERNANDO GUERRA
encenação CARLOS AVILEZ
SUBSIDIADO PELA S.E.C.

deveres, pelo respeito dos direitos de todos, pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo.

2. Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso algum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando e incentivando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. Serão responsáveis pelas infracções praticadas pelos subordinados ou inferiores, quando essas infracções tenham origem em deficiente acção de comando.

3. O superior, nas suas relações com os inferiores, procurará ser para eles exemplo e guia, estabelecendo a estima recíproca, sem contudo a levar à familiaridade, que só é permitida fora dos actos de serviço.

Tem ainda por dever curar dos interesses dos seus subordinados, respeitar a sua dignidade, ajudá-los com os seus conselhos e ter para com eles as atenções devidas, não esquecendo que todos se acham solidariamente ligados para o desempenho de uma missão comum.

4. Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento da legislação em vigor.

São responsáveis pelas ordens que derem, as quais devem ser em conformidade com as leis e regulamentos, e, nos casos omissos ou extraordinários, fundadas na melhor razão. A obediência a tais ordens será pronta e completa. Em casos excepcionais, em que o cumprimento de uma ordem possa originar inconveniente ou prejuízo, o subordinado, estando presente o superior e não sendo em acto de formatura ou faina, poderá, obtida a precisa autorização, dirigir-lhe respeitosamente as reflexões que julgar convenientes; mas, se o superior insistir na execução das ordens que tiver dado, o subordinado obedecerá prontamente, assistindo-lhe, contudo, o direito de queixa à autoridade competente, pela maneira prescrita no artigo 75.º deste Regulamento.

5. A obediência é sempre devida ao mais graduado e em igualdade de graduação ao mais antigo. Exceptuam-se os casos em que qualquer militar seja investido em cargo ou funções de serviço, em relação aos quais seja determinado o contrário, por legislação especial. (Art.º 2.º)»

À semelhança do Código de Justiça Militar, também o presente Regulamento de Disciplina Militar se encontra na fase de revisão definitiva até final de Outubro próximo, permitindo assim um maior e melhor comprometimento de todos quantos, no campo especificamente militar, sintam chegado o momento histórico da sua participação.

O cidadão em geral, reconhece que não há revisão de legislação ou de Regulamentos todos os anos. E, porque pensa que os militares já se não reduzem ao marasmo do passado (o 25 de Abril tornou-os irreversivelmente vigilantes e atentos no âmbito da transformação da sociedade em que se inserem), acredita que os mesmos saberão garantir, em termos constitucionais, o seu próprio futuro.

PS: Registe-se, a propósito, a aprovação de um anteprojecto de lei pela Câmara dos Deputados em Itália, em fins de Julho, e segundo o qual se delega no Governo, com directivas bem precisas, a tarefa de elaborar um novo Regulamento de Disciplina Militar!

A grande crise francesa

MICHEL DEBRÉ

As pessoas queixam-se aqui e além de que a campanha eleitoral já começou. Não se pode querer a democracia e recusar regras que são servidões necessárias. A verdadeira preocupação não é essa. Para além doa actos e das palavras que enchem a cena política, fingimos não ver que a França corre para uma crise profunda, isto é, para uma ruptura, pondo de novo em causa, situações estabelecidas e direitos adquiridos, hábitos e ideologias. Após alguns choques maiores ou menores, a saída será talvez diferente dos sonhos dos que provocam essa crise ou que a desejam, ou que, muito simplesmente, deixam correr.

Essa crise será a convergência de várias crises parciais.

A crise da nossa economia está muito bem dissimulada pela velocidade adquirida desde os esforços da industrialização e modernização realizados durante o primeiro decénio da V República. Mas são visíveis sintomas graves: penúria de investimentos produtivos; excesso de gastos gerais das empresas e dos serviços; abandono de certas produções industriais ou agrícolas ou de certas prestações devido ao seu elevado custo; capacidade nacional de produção e de venda que já não está à altura do consumo e que condena a França a viver a crédito.

Em suma, entre um crescimento que enfraquece e que já não permite suportar certos encargos, encargos esses que, por sua vez, aumentam e enfraquecem esse mesmo crescimento, o mecanismo profundo da nossa economia é atingido.

A **crise social** tem aspectos vários. A inflação atinge em cheio as famílias, as pessoas idosas, os pequenos assalariados. O nosso sistema de formação dos jovens, desordenado há mais de dez anos por insuficiência de orientação e ausência de selecção, fabrica desempregados ou obriga a um aumento de serviços não prioritários para oferecer empregos que não são produtivos. Devido a isso continua a ser necessária a imigração de trabalhadores vindos de continentes longínquos, como no tempo da boa saúde da economia. Imigrados e desempregados formam uma mistura perigosa. Outro aspecto da crise social é raramente referido porque diz praticamente respeito a toda a gente sem excepção. Ao que parece pouco importa que a distribuição anual de rendimentos particulares seja mais forte do que o total do rendimento nacional: todos procuram aumentar a sua parte e, ao mesmo tempo, não querem correr riscos. Nenhuma sociedade pode manter durante muito tempo uma tal evolução.

A crise económica e social é acompanhada por uma **crise de inteligência**. A realidade do mundo é roubada aos cidadãos por uma informação deliberadamente insuficiente ou orientada para a ilusão. Claro que se fala com frequência da competição entre os Estados Unidos, a União Soviética e a China, da guerra das posições estratégicas e das riquezas mundiais a que se entregam as «superpotências». Mas também há a guerra da moeda, a da energia e a das matérias-primas, a guerra do comércio internacional, a guerra das invenções e a dos investimentos, principalmente nas indústrias de ponta.

Michel Debré

Todas estas guerras nos atingem em cheio. É irrisório fazer-lhes face com a técnica («deixemos agir as leis do mercado!») ou refugiando-nos na ideologia («vamos à procura de um projecto de sociedade!»). Tanto num caso como no outro o erro intelectual é idêntico e de idêntica gravidade.

Tal como a crise social acentua a económica, a crise intelectual é agravada por **uma crise espiritual** que se pode resumir numa simples frase: **«A França nunca tem razão e qualquer minoria tem sempre razão.»** A França... isto é, os valores fundamentais de civismo e de esforço na ausência dos quais o povo não pode garantir a sua sobrevivência e a dignidade dos seus membros. Qualquer minoria... quer dizer que a democracia, que pressupõe um Estado que se baseia na lei da maioria livremente eleita por escrutínios regulares, sofre de um cancro que não perdoa. Pudemos verificar este Verão a gravidade dessa crise espiritual que ataca no próprio coração o princípio da República. Ínfimas minorias opõem-se a política da energia, à defesa nacional, a execução das leis e à justiça, à própria unidade da França. Não lhes é dada nenhuma resposta, mas é-lhes feita, perante a estupefacção do povo, uma imensa publicidade.

O conjunto destas crises é coroado pela **crise do comando político**. Claro que o mecanismo da eleição, que é a base legítima do governo republicano, cria uma fraqueza, principalmente nos períodos em que a disciplina colectiva é uma necessidade. Mas essa fraqueza poderia ser atenuada e corrigida apoiando-se ao mesmo tempo em instituições que foram renovadas, e na opinião, que poderia ser acordada com uma linguagem nacional simples e viril. Fazer descer o comando a combinações de formações políticas, de corporações profissionais ou sindicais, de interesses e de ideologia, é enfraquecer o apoio que as instituições representam. Governar através de comunicados, promessas e discursos e não através da aplicação das leis, é desorientar a opinião e fazer-lhe perder a natural confiança na autoridade. Não há nada mais grave do que deter o poder para não o usar segundo as exigências do interesse colectivo e do bem público.

Estas várias crises misturam-se. As eleições de 1978 não solucionarão nada. Já o podemos afirmar. Se vencer a maioria actual, ela deteriorar-se-á mais do que está agora. Se for a oposição a vencer, a adição das demagogias, os erros e as disputas, farão com que as crises de que sofremos se agravem. Se ganhar uma maioria centrista, ela será incapaz de agir. Os homens mudarão, as abdicações perante o estrangeiro ou perante as minorias multiplicar-se-ão. A França irá caindo numa grande crise que fará sofrer cada vez mais os franceses conforme o tempo for passando.

Com efeito, um povo francês com a força de uma juventude numerosa, poderá triunfar de todas essas crises devido à sua vitalidade. Mas há outra crise que, essa, não perdoa: **a crise da natalidade**. A França voltou a ser o país onde é maior a proporção de pessoas idosas. Ela é o único país do mundo — estão a ler bem, o único — em que o número anual de nascimentos é inferior ao que era no fim do século XVIII. As gerações não se renovam e, se se tirasse das estatísticas os filhos dos imigrantes, veríamos que nos dirigimos a passos largos para um número de mortes igual ou superior ao número de nascimentos. Já é este o caso nuns trinta departamentos.

Os costumes, o apetite de consumo e de distrações, a inflação são responsáveis por essa crise literalmente dramática. Mas também o são as más leis que pesam no nosso destino. Como podem os dirigentes gerir os assuntos quotidianos se não vêem o abismo aos nossos pés?

. Um dia virá em que vai ser necessário fazer uma escolha. **«Cautela**, dizia há mais de duzentos anos o padre Raynal. **Quando o povo se zanga torna-se terrível.»**

E quando uma democracia, por fraqueza dos dirigentes deixa estalar a cólera do povo, esta pode deparar com uma tirania de consequências imprevisíveis.

O dever da classe política e, antes de mais, o dever dos que têm o Estado a seu cargo, é evitar isso. E há, no coração do povo, uma expectativa. Para além das suas aspirações pessoais, os franceses tomam consciência das fraquezas da sua máquina política e das imensas incertezas a que elas o condenam. Apesar das palavras tranquilizadoras e por isso mesmo mentirosas, essas incertezas tornam-se uma realidade preocupante. No fim de contas há um imenso acordo popular para que a França seja independente, respeitada e garante das liberdades.

Sendo as coisas como são e não podendo a previsão do futuro ser boa, o leitor compreende a razão porque não me parece que haja outra solução republicana que não seja a de um governo ao mesmo tempo de união nacional e de salvação pública. Só um governo assim poderá mobilizar os espíritos e os corações, impor as disciplinas necessárias em lucros e despesas, restabelecer o trabalho, a poupança e o investimento, afirmar a prioridade de uma política da mãe e da criança, acentuar o esforço para desenvolver as fontes nacionais de energia, as indústrias de ponta e a exportação, impor às minorias o respeito pela lei e aos separatistas o respeito pela República.

Quanto mais anos passarem e quanto mais esse governo tardar, mais profunda será a crise.

(Le **Monde**)

quarteto 3.ª SEMANA
18 ANOS
DOPERFILME
O CASO MATTEI
GIAN MARIA VOLONTÉ
FRANCESCO ROSI
um actor - um realizador
DOIS GRANDES PRÉMIOS
DO FESTIVAL DE CANNES
O FILME
QUE NÃO PODE DEIXAR DE VER!

DOPERFILME
HOJE às 21,30 estúdio
duas notáveis interpretações!
Robert Redford
Natalie Wood
O ESTRANHO MUNDO DE DAISY CLOVER
um filme de Robert Mulligan

Uma operária da fábrica Filomena Afonso exibe, na FACIM, embalagens de doces e chocolates: mais de sessenta variedades

AUMENTAM VISITANTES À FACIM

Alfabetização é um dever e produção ensino e exemplo

. Cerca de cento e quarenta mil pessoas visitaram na semana passada a Feira Internacional do Maputo (FACIM 77), ou seja, mais de 50 mil do que no ano passado no mesmo período de tempo.

Entre essas milhares de pessoas, e em visitas de estudo, deslocaram-se ao certame camponeses e operários de vários pontos do país e alunos de escolas e centros educacionais.

No domingo, foi inaugurado um pavilhão chileno, integrado na Jornada de Solidariedade com o povo chileno, jornada essa que se estenderá por sete dias.

Entretanto, perto de 120 pessoas (camponeses de cooperativas agrícolas, machambas estatais, elementos das Forças Populares de Libertação de Moçambique, etc.), iniciaram no Maputo um curso nacional de formação de responsáveis e instrutores de alfabetização e escolarização de adultos.

Graça Machel, ministro da Educação e Cultura, afirmou na sessão de abertura do curso que uma das suas principais tarefas será a de orientar, coordenar e controlar todo o trabalho de alfabetização e educação de adultos em todas as províncias.

«A alfebetização é uma função de base. Não se pode conceber o progresso da humanidade, nem se pode construir o socialismo com uma população analfabeta» — disse.

«Outra das vossas tarefas é reparar e reciclar quadros que garantam uma formação política, didáctica, ideológica, cultural e científica do nosso povo» — sublinhou.

Após afirmar que, paralelamente a todo o processo de luta, a alfabetização se tornou parte indissociável do combate pela liquidação do colonialismo em Moçambique, Graça Machel declarou que em cada base das «FPLM», em cada Unidade de Produção, a alfabetização passou a ser uma tarefa obrigatória do nosso povo.

A educação política, a história da Frelimo, a organização e a agricultura, constituem algumas das disciplinas deste curso.

Por sua vez, e para uma troca de experiências com os trabalhadores do Maputo, no sector dos Conselhos de Produção, 56 operários da União dos Trabalhadores da Zambézia encontram-se desde domingo no Maputo.

A iniciarem o seu programa de visitas de trabalho, percorreram vários sectores da fábrica de Tecidos Texlon, inteirando-se do seu funcionamento, problemas e dificuldades.

Outras unidades fabris, uma cooperativa agrícola e ainda alguns sectores de produção, como a Maragra, IMA, Soveste, serão também visitados pelos trabalhadores daquela Província.

No mesmo quadro de troca de experiências entre trabalhadores, um grupo de quinze camponeses provenientes de diversas cooperativas de produção agrícola de Moçambique partiu para a Bulgária.

Moçambique-Nigéria: apoio aos movimentos de libertação

. Os chefes de Estado de Moçambique e da Nigéria reafirmaram, no Maputo, a sua decisão de dar todo o apoio aos movimentos de libertação nacional da África do Sul.

Durante a visita oficial do presidente do Conselho Militar nigeriano, Obasanjo, nos dias 3 e 4 do corrente, as duas partes debruçaram-se sobre a situação na África Austral.

Marcelino dos Santos, ministro do Desenvolvimento e da Planificação Económica da RPM, considerou a visita de Obasanjo «muito frutuosa» e declarou-se convencido que ela «servirá para consolidar as relações entre os dois países. O ministro moçambicano anunciou que uma delegação governamental moçambicana se deslocará brevemente a Lagos para assinar um acordo de cooperação económica, a longo prazo, entre Moçambique e a Nigéria.

Soweto: escolas sem alunos

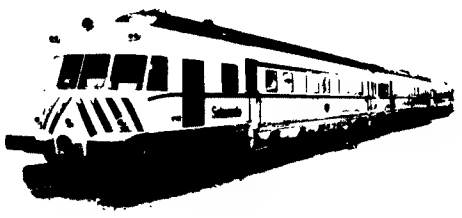
Estudantes e pais do Soweto parecem estar a ignorar virtualmente o pedido feito pelo Governo de inscrição nos estabelecimentos do ensino secundário.

O Governo assumiu o controlo directo de quase todas as escolas de Soweto, na semana passada, após o boicote às aulas durante um mês, de estudantes que protestavam contra o sistema educacional da África do Sul, racialmente separado.

A nova época escolar começa hoje. Não se dispõem de cifras oficiais de inscrição, mas o jornal negro «The World» calculara que apenas 300 dos 27 mil estudantes do ensino secundário do Soweto se apresentaram a inscrever-se.

algarve-lisboa
o sotavento prolonga o
prazer de uma boa estadia

• Damos a partida de Faro às 19,55 • Asseguramos ligação de V. Real de Sto. António às 18,45 e de Lagos às 19,10 horas • Passámos a ter quatro frequências semanais • Encurtámos os tempos de viagem a Setúbal e Lisboa
Melhorámos os nossos serviços pensando em si, no seu conforto e na rapidez de viagem que só o Sotavento oferece. Vejamos:
• Viagens só em primeira classe • Nos dois sentidos às segundas, quartas e sextas • Aos sábados para o Algarve • Aos domingos do Algarve para Lisboa.
Convincente. E mais: o comboio fá-lo redescobrir uma nova forma de viajar. O comboio é rápido, seguro, oferecendo total liberdade de movimentos. O comboio é o prazer de viajar.



Caminhos de Ferro Portugueses
o prazer de viajar... novamente!

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SEIXAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO
PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA
de construção de edifício da Junta de Freguesia de Paio Pires

Preço base ..... 1 187 987$60
Caução provisória ..... 29 699$50
Alvará(s) exigido(s): 1.ª Subcategoria da 1.ª Categoria

LOCAL, DIA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

LOCAL: Paços do Concelho do Seixal, serviço de Secretaria.
ÚLTIMO DIA E HORA: Em 22 de Setembro de 1977, às 17.30 horas

O Local do acto público do concurso terá lugar na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Seixal, pelas 21.00 horas do dia 23 de Setembro de 1977.

O processo desta empreitada pode ser examinado durante as horas de expediente dos serviços públicos, na secretaria dos Serviços Técnicos desta Câmara.

Seixal, 26 de Agosto de 1977

O PRESIDENTE DA CÂMARA
(Ilegível)

CANAL DO PANAMÁ

Torrijos e Carter assinam novo tratado em Washington

. Os presidentes do Panamá, Omar Torrijos, e dos Estados Unidos, James Carter, assinam hoje o novo tratado do canal do Panamá que, depois, enfrentará uma dura batalha para conseguir a aprovação do Congresso norte-americano. O tratado, de acordo com o qual o canal de 53 milhas passará para a soberania panamense no ano 2000, tem ainda que ser ratificado por uma votação de dois terços do Senado norte-americano.

A cerimónia, a realizar-se na sede da Organização dos Estados Americanos – OEA – será seguida de um banquete a que assistem cerca de 20 chefes de Estado do hemisfério, a maioria composta por ditadores, que se deslocaram a Washington. Esta é a maior reunião de figuras mundiais de destaque na capital dos Estados Unidos desde a morte de Kennedy, e, conforme a Reuter, «assinala o primeiro êxito político de Carter.»

. Entretanto a própria Casa Branca admitiu que será difícil fazer com que o Congresso concorde com o tratado.

Forças direitistas, bastante poderosas, opõem-se à entrega do canal ao Panamá e tornarão a aprovação da medida muito problemática. Essas mesmas forças estão bastante animadas com os resultados das sondagens, que afirmam que a opinião pública do país está quase igualmente dividida. Aliás, os direitistas que estão contra o tratado já começaram a sua campanha. O Supremo Tribunal dos Estados Unidos recusou ontem bloquear a assinatura do acordo, conforme pedido encaminhado pelos ministros da Justiça dos estados de Iowa, Indiana, Idaho e Louisiana. O governador de New Hampshire ordenou que todas as bandeiras norte-americanas e estatais fossem hoje postas a meia haste: «Este é o segundo dia de infâmia para os Estados Unidos. O primeiro, foi o ataque japonês a Pearl Harbour». Do outro lado da fronteira, na zona do canal, sob o controlo dos EUA, uma norte-americana revelou novamente uma já conhecida mentalidade ao afirmar: «Estamos de luto. É a morte da democracia americana e isso para mim é mais importante do que a harmonia latino-americana ou qualquer outra coisa». A propósito, hoje, há uma «manifestação de luto», à luz de velas, organizada por residentes da Zona que se opõem ao tratado. Por sua vez o presidente do Panamá, Omar Torrijos, convidou o povo panamenho para outra manifestação, esta de regozijo, na sexta-feira, quando fará a entrega simbólica do tratado que classifica como «o nascimento de uma criança».

Entretanto, dizendo que «é melhor falar com as pessoas do que não querer recebê-las», Jody Powell, porta-voz presidencial, procura rebater as críticas feitas à Casa Branca, e mais precisamente a Carter, por receber todos os chefes de Estado latino-americanos, entre os quais se encontram diversos ditadores que têm à sua conta várias e conhecidas atrocidades. A presença desses senhores tem vindo a ser condenada por dezenas de importantes organizações, entre as quais o próprio Conselho para Assuntos Hemisféricos, formado por congressistas políticos e homens de negócios norte-americanos. Os protestos visam, nomeadamente, os ditadores Augusto Pinochet (Chile), Jorge Rafael Videla (Argentina) e Hugo Banzer (Bolívia). Pinochet, a quem Carter «se esqueceu de apertar a mão diante dos fotógrafos» foi recebido às 18 h o ras de on t em por Carter, no meio de rigorosíssimos esquemas de segurança e protestos generalizados.

RAPTO NA RFA

Reunião de emergência discute nota dos raptores

O chanceler oeste-alemão Helmut Schmidt convocou ontem uma sessão de emergência com os principais representantes da vida política do país para reflectir sobre se deve ou não aceder às exigências dos raptores do principal homem de negócios da Alemanha Federal — Hans Martin Schleyer, de 62 anos.

Schleyer, dirigente da confederação patronal da RFA, foi raptado na segunda-feira em Colónia, por um grupo de cinco homens, e sob o tiroteio que custou a vida a quatro pessoas.

Telefonemas anónimos choveram ontem em todas as redacções da RFA, chegando mesmo um interlocutor a informar que Schleyer já tinha sido morto.

Mas a única comunicação que realmente proveio dos raptores — pertencentes à fracção Manhã Vermelha – foi uma carta na qual se impõem condições para a libertação de Schleyer. Embora não haja confirmação oficial sobre as condições, julga saber-se que é exigida a libertação dos 14 membros do grupo Baader-Meinhoff actualmente na prisão.

Às conversações de ontem à noite cujo teor se desconhece assistiram todos os membros do governo, os dirigentes dos principais partidos políticos, o acusador público federal e o director da polícia criminal federal. Estiveram também presentes três primeiros-ministros estaduais, o que faz aumentar a especulação que teria sido discutida a hipótese de libertação de presos em cadeias sitas em diferentes Estados.

Numa mensagem aos raptores lida ontem na TV, a polícia criminal federal disse que a nota acabara de chegar, mas que era materialmente impossível cumprir o prazo que nela se fixava.

A polícia julga que 10 ou 15 pessoas estarão envolvidas no rapto.

Este rapto foi o último duma série de actos terroristas praticados de há seis meses a esta parte, isto é desde que os membros do grupo Baader-Meinhoff foram condenados a prisão perpétua. O acusador público federal e o presidente dum dos maiores bancos da RFA foram mortos a tiro.

As últimas notícias sobre o caso informam que hoje à tarde a polícia federal formulará pela Rádio uma série de perguntas aos raptores, exigindo provas de que o raptado se encontra vivo, para negociar as condições impostas.

RODÉSIA

Frente Patriótica rejeita plano anglo-americano

. A Frente Patriótica, movimento nacionalista da Rodésia, rejeitou as propostas anglo-americanas para um acordo negociado com o problema rodesiano – informou hoje em Salisbúria a agência noticiosa sul-africana (SAPA) citando a Rádio Moçambique.

De acordo com essa emissão, Joshua Nkomo teria rejeitado algumas das cláusulas do acordo apresentado por David Owen e Andrew Young, «nomeadamente a entrada em funções do proposto administrador britânico interino, a manutenção de quaisquer elementos do Exército branco de Ian Smith e a deslocação para o território rodesiano de uma força de paz da ONU».

O acordo anglo-americano, segundo Robert Mugabe, outro «leader» da Frente Patriótica, mais não seria de que uma tentativa para a instalação de um governo neocolonialista na Rodésia.

A SAPA, no entanto, afirmou que «ainda não há um comunicado oficial dos dois «leaders» da Frente Patriótica» sobre o discutido plano anglo-americano.

Segundo Teng Hsiao-Ping

Recuo nas relações EUA-Pequim

. O vice-presidente Teng Hsiao-Ping, da China, afirma, numa entrevista publicada hoje em Chicago, que a recente visita a Pequim do secretário de Estado, assinalara um passo atrás nas relações sino-americanas.

Em Washington, o Departamento de Estado, num comentário sobre a entrevista, notou que relações normais continuavam a ser o objectivo da actual política norte-americana em relação à China. Um informador disse que, «prosseguindo com esse objectivo, seremos guiados pelos princípios do Comunicado de Xangai».

Teng, na entrevista concedida em Pequim à agência noticiosa Associated Press, publicada hoje no «Chicago Tribune», disse que as conversações de Vance na capital chinesa foram um recuo nas propostas apresentadas pelo antigo presidente Ford, incluindo um corte das relações diplomáticas com a Formosa.

O dirigente chinês, de acordo com a entrevista, declarou ainda que quando Ford visitou Pequim, em 1975, prometeu que, se fosse reeleito, cortaria as relações com Taipé e anularia o tratado de defesa entre os Estados Unidos e a Formosa.

Enquanto isto, foi descoberto um jazigo gigantesco de petróleo «quase às portas de Pequim» afirma um artigo do último número da revista «Literatura do Povo».

Callaghan pede moderação aos sindicatos

. Os sindicatos britânicos reunidos em congresso na cidade de Blackpool, votarão hoje sobre a política de salários do Governo trabalhista, depois de terem ouvido ontem um discurso do primeiro-ministro James Callaghan, que os convidou à moderação.

O primeiro-ministro declarou que era necessária uma colaboração estreita entre os sindicatos e o Governo, e defendeu o critério do seu gabinete quanto às restrições à livre contratação, as quais visam (segundo ele) combater a inflação e o desemprego.

O discurso de Callagahn foi ouvido com «atenção e respeito» (diz a ANOP), embora alguns representantes sindicais o tenham interrompido com protestos.

Em jogo está o apoio das direcções sindicais ao limite de 10 por cento para os aumentos salariais e à regra que impedirá aumentos salariais por prazos inferiores a 12 meses. As estimativas mais optimistas dão como provável que as direcções sindicais apoiem por escassa maioria de votos as medidas do Governo.

Contudo, ainda que os sindicatos decidam dessa forma (o que não é certo) se o fizerem terão de enfrentar a dura reacção das bases cada vez mais veementemente opostas à sobrevivência do «pacto social», mesmo nesta sua forma mitigada.

Jean Rostand, visto pelo célebre pintor japonês Fugita

Morreu Jean Rostand

O biólogo francês Jean Rostand faleceu no sábado num hospital perto da sua residência em Ville d'Avaray. Contava 82 anos.

O anúncio da sua morte foi efectuado ontem, poucas horas antes da realização do funeral.

Filho de escritores – Edmond Rostand, o famoso autor de Cyrano de Bergerac e a poetisa Rosamonde Gerard – neto de poetas, nem por isso Jean Rostand se dedicou às Letras, interesando-se antes pelas ciências da natureza.

Trabalhando desde muito jovem com os cientistas Caullery e Vincent, terminou a sua licenciatura aos 20 anos. Convertido ao neo darwinismo e à genética moderna, foi o primeiro a traduzir em Francês a obra de Morgan sobre a teoria cromossomica da hereditariedade.

Desde então, fiel aos seus métidos baseados na observação e na experimentação, Jean Rostand dedicou-se ao estudo da hereditariedade, da partenogénese (reprodução por via química de ovos não fecundados) e da produção experimental de anomalias. Em 1959 foi eleito para a Academia Francesa.

Paralelamente publicou oito dezenas de obras que abarcam diversos temas: puramente científicas, como «A Partenogénese dos Vertebrados» e «A Genética dos Batráquios», ou de vulgarização («A Vida e os Seus Problemas», «As Grandes Correntes, da Biologia»). Escreveu igualmente numerosas obras mais filosóficas que traduzem a sua inquietação e um certo pessimismo adquirido ao longo das suas investigações. É esse o caso designadamente de «O Que Eu Creio» (1953), «Será Possível Modificar a Espécie Humana?» (1956), «Preocupações de um Biólogo» (1967). Deve-se-lhe igualmente uma história do Homem em dois volumes, de colaboração com Andree Etry: «O Homem Iniciação à Biologia».

Nos últimos anos, Jean Rostand saira do seu isolamento para tomar posição sobre numerosos problemas da actualidade: desarmamento, bomba atómica, aborto, etc. Era presidente honorário do Movimento Francês para o Desarmamento, a Paz e a Liberdade e membro fundador, em 1971, da Associação «Choisir».

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL BULGÁRIA

R. S. NICOLAU, 119, 2.º – LISBOA 2 – PORTUGAL
TELEF. 323963

Festival de Música Luso-Búlgara

Integrada nas comemorações do 33.º aniversário da Revolução Socialista Búlgara, a Associação Portugal-Bulgária, leva a efeito um festival de música no próximo dia 12, pelas 21.30 horas, no Salão de "A Voz do Operário", cuja 1.ª parte tem a colaboração dos seguintes artistas portugueses:

Carlos Paredes
Júlia Bebo
José Barata Moura

Na 2.ª parte actua o "quarteto Bulgária", conjunto de tradições no folclore búlgaro.

Os bilhetes podem ser adquiridos na sede da Associação a partir do dia 8, das 18.30 às 19.30 horas.

Os inimigos do cinema português estão em todo o lado (até do nosso)

por JOSÉ FONSECA E COSTA

Ao texto que o vosso jornal publicou no dia 31 «Cooperativas de Cinema denunciam boicote do filme português» queria eu dar algumas achegas, acrescentando um ponto aos quatro para os quais se pede a instante resposta do governo, e dando parte, com isso, do meu «acordo discordante» com alguma da sua matéria.

Infere-se da leitura do texto o seguinte:

. 1) está em vigor uma lei de cinema proteccionista, que remete para o Instituto Português de Cinema (por essa lei criado) a regulamentação que ponha em funcionamento os mecanismos da protecção. Não fixando o número de dias/ano de filme português para cada sala, o IPC «esquece» a lei num dos seus pontos essenciais.

2) além da possibilidade legal da reserva de mercado para o produto nacional, existem propostas prevendo outras soluções, visando basicamente a ampliação do mercado existente e o seu controlo por parte de uma empresa de capital misto, ou de uma cooperativa constituída por trabalhadores dos vários ramos da actividade.

3) a próxima abertura, em Novembro, por proposta da Embrafilme (Brasil) de um Mercado do Filme de Expressão Espanhola e Portuguesa cria novas perspectivas às cinematografias que nela se integrarem, colocando à sua disposição um público potencial da ordem dos 1.250 milhões de espectadores/ano.

Em relação ao ponto 1, não posso deixar de sublinhar a coerência da Comissão Administrativa do IPC, em parte recentemente demitida, que é também responsável por ter colocado a produção do filme português no ponto zero em que nos encontramos agora. Como? Retardando, como retardou, o arranque do plano de produção 77, que devia ter arrancado em Janeiro e cujos contratos, nesta altura do ano ainda estão por assinar, essa Comissão Administrativa (Faria de Almeida, Duarte Barroso, Seixas Santos) é a autora de um projecto de decreto-lei cuja análise deixa a descoberto a sua política em matéria de produção. Nos termos desse decreto, e sem ter havido qualquer alteração de mercado, o IPC agrava o esquema de funcionamento em vigor durante o fascismo, que é o de financiar projectos em 60 por cento, na modalidade de participação financeira ou empréstimo, competindo ao produtor do filme (actualmente a maioria são cooperativas) agenciar, na iniciativa privada, os restantes 30 por cento — co-produzindo, portanto. Mas co-produzir com quem, se o mercado é como se sabe insuficiente para amortizar os custos? Ou seja: como entrar por esse caminho sem que tenham sido dados pelo próprio IPC, a quem isso competia, os passos que levam à reserva de mercado ou à sua ampliação, isto é, à defesa e protecção do filme português, à semelhança do que acontece em todos os países em que existe uma produção nacional? Alguma vez a iniciativa privada pode investir num produto que não tem mercado? Nas circunstâncias actuais, apenas alguns distribuidores (de entre aqueles que controlarem mais salas) estariam interessados nisso, e ainda assim em escala insuficiente — e sempre que isso acontecer há que perguntar se não estará o filme português a cair na boca do lobo... Ou então a Fundação Gulbenkian, à qual alguns realizadores têm acesso fácil.

Quer isto dizer que, em consequência desse decreto-lei, serão muito poucos os filmes do famigerado plano de produção 77 (aprovados por uma douta comissão e por S. Exª o secretário de Estado) a ver a luz do dia, e a maioria deles ficará parada pelo caminho, o que é, pelo menos, criminoso. Tudo isto, no entanto, faz parte dos planos da tal Comissão Administrativa que sempre quis uma produção pequena de filmes nacionais, justamente por não acreditar que seja possível a existência de uma cinematografia portuguesa e não saber ou não estar disposta a bater-se por isso.

Como pode, portanto, uma Comissão Administrativa que não quer nem acredita no filme português em termos de produção «comercial» regular, desencadear os mecanismos, previstos por lei, de protecção do cinema nacional susceptíveis de garantir indiscriminadamente a sua defesa, sobretudo se a sua política é a de favorecer apenas o aparecimento de destacar alguns filmes portugueses?

Com efeito, a reserva de mercado abre o caminho à implantação das estruturas de uma indústria de cinema susceptível de permitir o aparecimento de muitos filmes — tantos quantos o mercado passar a pedir — e não somente daqueles que entenderem os profissionais da atribuição de subsídio. Dizer que em Portugal só podem filmar 3 ou 4 pessoas (consoante os humores do sábio, ou bruxo...) é uma aberração tão grande como afirmar aos quatro ventos que só existem dois cineastas neste mundo, o Godard e o Straub. Quem pensar assim não pode, por razões bem óbvias, dirigir o IPC sob pena de paralisar a actividade. Ora é preciso dizer-se que quem assim pensa esteve um ano e tal à frente do IPC, e a triste realidade é que a actividade paralisou mesmo.

A coerência da Comissão Administrativa no prosseguimento da sua política exclui, portanto, a hipótese do desconhecimento da lei, aventada no texto das cooperativas. Como podia desconhecer a Lei quem sempre invocou quando isso interessava à prossecução da sua política, às vezes até em circunstâncias particularmente chocantes?

. A verdade é que a reserva de mercado é contrária à política posta em prática pela referida Comissão Administrativa, que viria a desaguar na política do «filme de qualidade», aprioristicamente delineada em nome da «cultura», esse saco sem fundo, sem plano nem prazo, semelhante, de-resto à política marcelista do filme de «prestígio», uma política liquidatária da «bagunça» das cooperativas e das unidades de produção, onde se pensa tanto em política como em cinema e onde se filmava sem o controlo nem a vigilância do IPC, uma «política do espírito» bem ao gosto do dr. Mourão Ferreira e seus acacianos e palacianos conselheiros departamentais, interdepartamentais e outras coisas que tais (não é por acaso, de resto, que Seixas Santos emerge em Agosto de 77, não mais como o «sindicalista» com cuja máscara sempre se enfeitou, mas como o **homem de confiança do secretário de Estado!**), um gosto, o de Mourão-Ferreira, com sabor a Europa que está connosco, lisboeta-avenida-de-roma, e por isso mesmo provinciano e tacanho. O cinema português passaria a ser, e só, o cinema dos eleitos, dos bacharéis e professores que têm feito gato-sapato dos alunos do Conservatório, sistematicamente cortados da actividade profissional à qual querem ascender por uma política elitista, discriminatória, estreita, como é a de seus mestres.

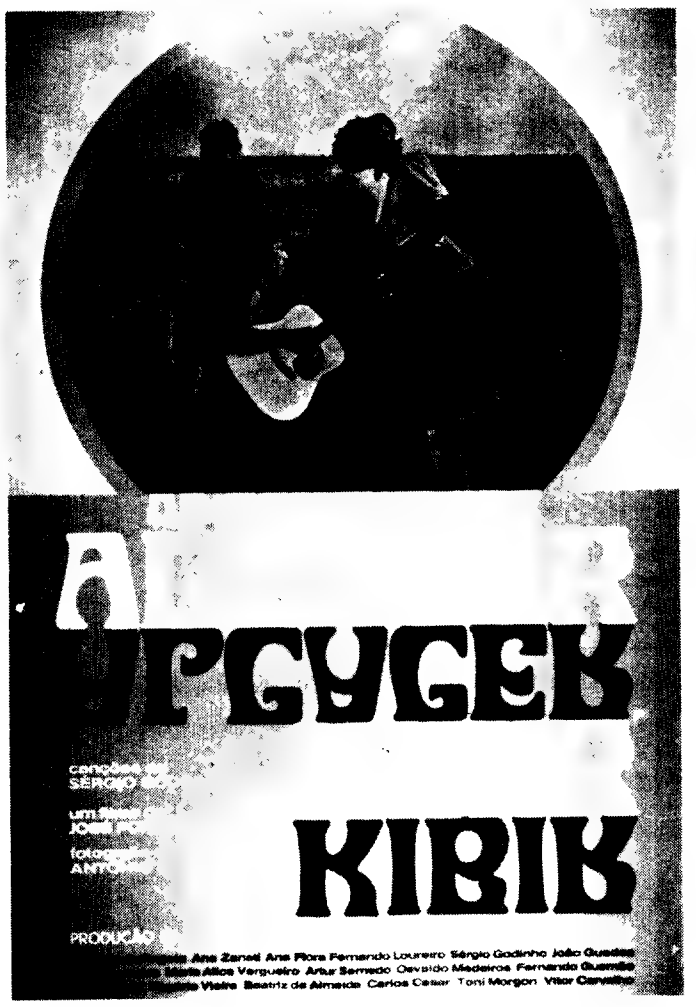
Talvez o leitor comece a perceber agora o que está por detrás desta guerra constante em que têm, desde sempre, andado envolvidos os cineastas portugueses. Há, realmente quem se bata pelo poder sem olhar a meios e ficou recentemente bem claro quem sempre o tem feito, embora só agora com as unhas todas de fora. Pretende exercer o poder quem, para lá chegar, aceitou ser proposto em nome da SEC e com o apoio de um grupo minoritário de cineastas (quase todos, aliás, não fazem nem nunca fizeram do cinema o seu meio de subsistência, a sua ocupação profissional) para a presidência do IPC. À custa de imensos «sacrifícios», naturalmente!

Do outro lado estão todos aqueles que, fundamentalmente por razões profissionais, de subsistência, subscrevem um projecto global para o cinema português, que o torne viável e alargue a sua prática como a sua difusão, independente do poder político e do poder económico tanto quanto possível, concebido e executado com real autonomia, sem chefes nem paternalismos, um cinema que decorra da planificação de toda a actividade mas que exclua sempre a tentação dirigista. Não se pretende dizer que os deste lado sejam os melhores, ou os mais puros, convindo antes acentuar que a clarividência nem sempre tem imperado também por estas bandas. O que os une é, no entanto, o mínimo que pode e deve unir quem afirme bater-se por uma cinematografia nacional. Valia a pena contar, um dia, a história dos bastidores do cinema português pós 25 de Abril, e, sobretudo, a da luta pelo poder, que antecedeu sempre exemplarmente as oscilações do poder político, como se, observando o cinema se soubesse, de antemão, para que lado se ia pender a seguir.

Quanto ao mais, como seja, por exemplo, a definição de uma política cultural cinematográfica, o papel e os limites da intervenção estatal, o exacto lugar das cooperativas de produção nas actuais condições de mercado, a elaboração de um projecto de distribuição e exibição à escala nacional articulado com a política cultural cinematográfica a definir, a reformulação das actividades da RTP tendo em vista a tal «independência nacional» e a originalidade da nossa via para o socialismo, que a Constituição consagra — torna-se necessário que se abra o debate, já que não basta defender, pragmàticamente, a implantação das estruturas que permitam a produção regular de filmes e o recurso aos meios legais que o protejam. Há que prever, evidentemente, as linhas que esse cinema vai seguir. E muitas serão certamente se houver a vontade política de o implantar. E de uma vez por todas se torna necessário que o Poder diga se quer fazê-lo. Pelas razões contidas nos dois pontos que me falta comentar. O primeiro, resume-se assim: de um lado estão os que fazem ou querem fazer do cinema o seu ganha-pão; do outro, aqueles para quem o filme é uma espécie de «tricot» intelectual, a fazer nas horas disponíveis da sua repartição, do seu magistério, da sua eventual ocupação, das quintas, em suma, do seu «bem». Embora ande pelo meio quem não tenha repartição, nem magistério nem coisíssima nenhuma: lá que há masoquistas, há...

O segundo ponto exige algumas precisões que eu posso dar por ter feito parte de uma comissão, eleita em plenário de realizadores convocado pela Comissão Administrativa, cuja função era a de coadjuvar o especialista encarregado de estudar a viabilidade de uma Empresa de Distribuição e Exibição de capital misto, bem como o respectivo estatuto. Passava-se isto numa altura em que, por razões de puro oportunismo, a Comissão Administrativa do IPC, que sempre soube dividir para reinar, inventou a hipótese da Empresa Mista, (cuja constituição já fora antes aventada sem que ninguém

Continua na pág. 15



JOSÉ FONSECA E COSTA, REALIZADOR CINEMATOGRÁFICO DE «O RECADO» E «OS DEMÓNIOS DE ALCÁCER-KIBIR», ESCREVE SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO DO FILME PORTUGUÊS. «DL», QUE A ESTE TEMA TEM DEDICADO ALGUM DO SEU ESPAÇO, TENDO EM ATENÇÃO QUE O ASSUNTO INTERESSA A GRANDE MAIORIA (SENÃO A TODOS) DOS NOSSOS LEITORES, DÁ HOJE A PALAVRA A ESTE REALIZADOR.

teatro do bairro alto
2 SALAS 2 ESPECTACULOS
teatro do bairro alto

teatro da Cornucópia
Carimiro e Carolina de Odön von Horváth

3.º MÊS
«Deve ser um dos mais belos espectáculos europeus deste ano» C. Porto D. Lisboa)
Todas as noites às 21 e 30
Sábados às 18 e 21 e 30
Domingos só às 18
Subsídio da SEC

os comicos
APRESENTAM
A GUARDA
DE
BENIAMINO JOPPOLO
com
Antonino Solmer, Fernando Heitor, Lia Gama, Luís Lucas, Teresa Madruga e Zé Eduardo.
Todos os dias às 21 e 30
Domingos SÓ às 18 h
2.ª feira - Dia de descanso
Subsidiados pela SEC

TEATRO DA COMUNA
Pç. Espanha (Metro Palhavã)
A BARRACA
Com: Fernanda Lapa, Jorge Gonçalves, José M. Osório, Luís Lello, Manuel Marcelino, Maria Céu Guerra, Mário Viegas, Paula Guedes, Júlio Pereira, Sheila Charlesworth
(m/13 anos)
BARRACA CONTA TIRADENTES
encenador: A. Boal
3.º A SÁBADO: 21h15
(marcações pelo tele 762624)

GTH
GRUPO TEATRO HOJE
TEATRO DA GRAÇA
Tr. S. Vicente, 11 - 875626
a comédia
A ESTALAJADEIRA
de Goldoni
Diariamente às 21.30 h.
TARDES - Sábados às 16 h.
Domingos, só às 18h Folga às 2.ªs Feiras

CINEMA DO PALÁCIO FOZ
RESTAURADORES
Ciclo: «Fantástico Moderno» — 1.ª série
Filme: «LUA VERMELHA»
Realização: Roy Ward Baker
Sessões: 15.15, 18.15 e 21.15 horas
Bilhetes: Esc. 10$00
Iniciativa da Direcção Geral da Acção Cultural

O cinema português

Continuação da pág. 14

desse ouvidos a quem a propunha) para contrariar a pretensão da ACOBAC relativa à criação de uma cooperativa de distribuição e exibição — a FILMCOOP.

Na época, a relação de forças não era ainda de molde a que a Comissão Administrativa procedesse sem base de apoio, como veio a acontecer pouco depois sistematicamente, e é por esta razão que se resolve dar uma aparência «democrática» ao funcionamento do IPC. Aliás, isto vinha na sequência de uma enorme série de protestos ocasionados por decisões tomadas nas costas dos cineastas, o que recomendava também o recurso à aparência «democrática».

Certo é que uma vez obtido o consenso de que necessitava, a comissão deixou de convocar a tal comissão da Empresa Mista, passando a assegurar os contactos com o especialista, dos quais, aliás não deu cavaco a ninguém e quanto aos plenários («nós queremos um IPC participado pelos cineastas» era o mote preferido do dr. Duarte Barroso, por essa altura) devem ter ficado para as calendas gregas. Pura e simplesmente já não era preciso consenso para fazer impunemente, arbitrariamente o que passasse pela cabeça deste preclaro dr. e pela dos seus pares: a desmobilização era um facto, a erosão provocada por uma permanente situação de solicitação, espera e, finalmente recusa ou recomeço de processo dera igualmente lugar a tensões de toda a ordem, novas divisões, intrigas de bastidor. Os cineastas estavam amarrados à dependência do IPC, que passara a ser o patrão todo poderoso e que entretanto se multiplicara em serviços, servicinhos e ... trovões, emaranhado onde tudo se devora e perde. O IPC passou a ser o gigantes Adamastor, enorme mas inútil, um desperdício mas ao mesmo tempo assustador porque tudo na actividade, ou quase, passou a depender dele. As proporções de uma máquina, mas as idiossincrasias de uma família, a família IPC, de que, aliás, o dr. Duarte Barroso se não cansava de enumerar as virtudes sempre que isso vinha a talhe de foice. O IPC podia finalmente imperar a seu bel-prazer, para o que lhe bastava apenas o aval do secretário de Estado, e assim passou a ser depois de Cannes: liquidar as cooperativas, restringir a produção aos limites ditados pelo que a Comissão Administrativa achava razoáveis, fortalecer o departamento de distribuição interno e deixar a desgastar, até ver, o projecto de Empresa Mista, dividir, dividir, dividir para reinar melhor e, sobretudo paralisar sempre que fosse possível. A finalidade era a já antes denunciada: criar as condições para implantar o tal cinema de «qualidade», pilar da política do espírito de António Ferro. Perdão, eu não queria dizer António Ferro, porque a do Ferro foi bem melhor e a verdade é que o dr. Mourão-Ferreira, por força das suas indecisões, acaba mesmo por não ter política nenhuma, destrói e deixa ruínas. Quanto a ser-se ou não homem de sua confiança é coisa cujo significado deixo à reflexão de cada camarada que me ler.

Resta o Mercado Comum do Filme de Expressão Portuguesa e Espanhola, cuja constituição se decidiu recomendar aos governos que a Brasília mandaram representantes oficiais, recomendações de que eu e o Fernando Lopes fomos portadores para Lisboa, já que aí estivemos a convite da Embrafilme (conviria perguntar à Embrafilme porque não convidou o IPC, a história é curiosa...) com a cobertura oficiosa do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Comprometeram-se os delegados ali presentes a levar as respostas dos respectivos governos à próxima reunião, que terá lugar em Caracas, em Novembro próximo, e ocorre perguntar qual será a resposta portuguesa se, entretanto, não forem tomadas dentro do IPC e com respeito a uma política global de cinema as medidas indispensáveis a uma actuação eficaz. Porque reside aqui o problema fulcral do Instituto Português de Cinema, nesta incapacidade orgânica de que está atacado e o impede as mais das vezes de intervir com a plenitude e a eficácia que a actividade cinematográfica exige sempre. Não vi que alguém até hoje tivesse denunciado publicamente esta incapacidade, e na verdade andamos uns quantos a malhar em ferro frio há um ror de tempo batendo-nos pela operacionalidade do IPC, sabendo de antemão que cada dia que passava sem nada se fazer mais nos aproximava do fim do beco, e aí está à nossa frente um muro enorme. Ou conseguimos deitá-lo abaixo, ou voltamos atrás.

Outra expressão do cinema português: «Trás-os-Montes», de António Reis e Margarida Cordeiro

Sendo esta a situação, urgente é que o Governo, tendo em conta a lei ainda em vigor, resolva tomar as medidas que tornem operacional o IPC e lhe dêm eficácia e representatividade. Como acontece com todos os IPC's de todos os países que tiveram assento em Brasília. Existem projectos nesse sentido, o que sem dúvida facilita os trabalhos e é importante que todos os cineastas se mobilizem à volta deste problema, estudando e aprofundando um projecto dando-lhe se possível a força que faça mexer o aparelho de Estado, já que a nova Lei de Cinema não pode em circunstância alguma ser para amanhã, para Novembro, e durante o tempo que demorar o seu estudo, a sua elaboração, a sua discussão, o cinema português não pode ficar no marasmo a que nos lançaram.

Não podemos perder em Caracas o que já conquistámos em Brasília, onde, entre outras coisas importantes assegurámos o princípio da reciprocidade como base de instituição do Mercado, independentemente do poderio cinematográfico. Reciprocidade que será, todavia, mais o fruto de acordos bilaterais e que nos foi garantida pela Embrafilme, que, por exemplo, se propõe dar ao filme português no Brasil o mesmo número de dias que tiverem os filmes brasileiros em Portugal.

Ora bem: a trave mestra do Mercado Comum é a reserva de mercado, ou seja a obrigatoriedade de exibição de filmes dos países que o integrarem, nas salas desses mesmos países. A troca de informações que permitiu o Encontro de Brasília, deu lugar a que se encontrassem pontos de contacto (em todos os países, os pequenos como os grandes, o mercado está dominado pelo produto de proveniência americana e as salas controladas pela distribuição) e, sobretudo, que se detectasse a importância fundamental que a reserva de mercado teve na defesa e protecção das cinematografias nacionais dos países em que foi aplicada, como o demonstra à evidência o caso brasileiro, onde em 30 anos, graças ao aumento gradual do número de dias de exibição de filme nacional por sala (de 1 dia/sala aos 112 dias /salas actuais) se passou de uma produção média anual de 5 a 90 filmes. Que nos sirva de exemplo.

Provada, portanto, a eficácia da reserva de mercado no desenvolvimento da cinematografia de cada país, é natural que a implantação do Mercado Comum nela se apoie. Sendo assim, a delegação portuguesa que for a Caracas deverá ter capacidade para subscrever tal decisão, e isso implica, no plano interno, transformações urgentes na orgânica do IPC que tornem possíveis, antes de mais, o planeamento da produção cinematográfica portuguesa e a sua defesa no próprio mercado e, de seguida, a possibilidade de plena participação no Mercado Comum, com garantias de poder assumir todos os compromissos que tiver que subscrever. O IPC actual, dada a sua estreita dependência da SEC, nada irá fazer a Caracas. Se não conseguirmos modificá-lo a curtíssimo prazo perdemos o comboio, de vez. O Mercado Comum é a última carruagem que têm para perder aqueles que se têm batido pela existência de uma produção cinematográfica regular. Se a perderem, ganharão os do tricot. Se a agarrarem, ganha o cinema português, que inclui o tricot. Portanto: realmente os do tricot nada têm a perder, já que seguirão filmando em qualquer dos casos. O busilis é que não é isso que os preocupa.

Não queria terminar sem referir uma lacuna grave do texto das Cooperativas, como é a de deixar no esquecimento os mais importantes escritos sobre a actual situação do cinema português, da autoria de Luís de Pina e publicados recentemente no jornal... O DIA ! Além de denunciar a triste situação do filme português no seu próprio mercado (e que não é de boicote como o demonstra, afinal, o próprio texto das cooperativas) Luís de Pina aponta as soluções possíveis — o que não faz nem o Jorge Leitão Ramos, cujo texto, aliás brilhante, também não tem essa finalidade, sendo por isso mal citado, e muito menos Tito Lívio, que me parece estar realmente do nosso lado contra nós e que, à semelhança da grande maioria dos críticos do cinema português «soit disant» de esquerda, desconhece a Lei 7/71, a realidade da produção de filmes portugueses e o próprio cinema, como o demonstra em tudo o que escreve e facilmente se prova. Quanto aos filmes portugueses, dos quais tem todo o direito de gostar ou não gostar, aconselho-o, no entanto, a procurar, de futuro, fazer-lhes uma análise mais aprofundada com a qual demonstre as premissas de que parte e donde, na verdade, nunca descola. Quanto a boicote, pior que o dos distribuidores, é o de um jornalista que num jornal como o «Diário Popular» aconselha os leitores a não verem, em circunstância alguma o único filme português que na altura se encontrava em exibição em Lisboa, nas circunstâncias concorrenciais que sabemos, filme do qual, repito, tem todo o direito de não gostar mas que não deve nem pode, se porventura afirma defender o produto português, desaconselhar ao leitor nos termos em que o fez.

É certo que o Tito Lívio não tem a menor importância nesta história, a não ser a que lhe dá o facto de escrever num excelente jornal que, aliás, conta com um número espantoso de leitores, ou seja, de **espectadores potenciais de filmes portugueses**, cuja visão deve ser aconselhada, mesmo quando não se gosta do filme. Se queremos que exista uma cinematografia nacional, temos que pensar como aquele ministro venezuelano que deu como «consigne» ao Director-Geral da Cinematografia, que dele dependia: «Tenha em consideração que, para mim, vale mais um mau filme venezuelano, do que três bons filmes americanos».

A conselho, pois, o leitor agora prevenido a ler Luís de Pina, sem o preconceito da posição ideológcia, essa bandeira à sombra da qual tanto canalha se tem acoitado, gritando à esquerda e praticando à direita: a prática e o paleio essencial, já que a ignorância grassa por aí e é assim que se começa, muitas vezes a trair, amigos, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, revoluções. A ignorância é sempre má conselheira e só aproveita a quem quer o retrocesso. Escrever sem conhecer a matéria sobre a qual se escreve é , intelectualmente, desonesto. É contraproducente e retrógrado, porque fornece boas armas ao inimigo. Onde foi a direita buscar alguns dos seus melhores e mais eficazes aliados neste filme em «flash-back» de que somos comparsas, a correr no meio de tanta indiferença, desmobilizados tantos, atónicos alguns quando, isolado, aparece um protesto indignado contra a mediocridade instalada em toda a parte, de alto a baixo: jornais, televisão, aparelho de Estado?

Imagem de outro filme nacional, «Nós por cá todos bem», de Fernando Lopes

. Mas vamos terminar sorrindo. Convido-os a ver HUSTLE, um filme, o último Aldrich que chegou a Lisboa, onde ele parece querer voltar ao clima dos seus primeiros filmes, à denúncia amarga das injustiças sociaisque roem por dentro os «States». Em HUSTLE, a que o tradutor pôs a alcunha de A CIDADE DOS ANJOS visto a acção decorrer, com gritante evidência, em Los Angeles, California, em HUSTLE, dizia eu, faz Aldrich o retrato impiedoso de alguns personagens bem «american Way of life», andando perdido no meio deles, borboleta sequiosa de dólares, uma francesa nostálgica de Paris e da esplanada do Majestic, em Cannes, incapaz de se adaptar á violência latente por detrás dos sinais atraentes da mais desenvolvida das sociedades de consumo, largamente utilizadas no filme. Filme onde, aliás, a função dos sinais é primordial e estão lá todos, mesmo os que perduram na memória dos espectadores «especializados»: uma referência ao «Sunset Boulevard», traz-me à memória imagens de Holden a boiar numa piscina, de Swanson e Von Stroheim, transporta-me imediatamente a Los Angeles, Hollywood e a si também, por cento, se viu o filme do Billy Wilder.

Toda esta realidade realistamente tratada no filme do Aldrich, (que nestas coisas sempre foi muito terra a terra) todos os sinais que enchem o filme de uma ponta a outra, mereceram recentemente de um crítico, o seguinte tratamento: « Com A CIDADE DOS ANJOS encontramo-nos no meio da Guatemala, república das bananas... onde a forte colonização americana se faz sentir desde os letreiros das lojas até às instituições, onde os homens de confiança são americanos também...» Se forem ver o filme, perceberão porquê o crítico em questão caiu neste logro, eu não fiz mais senão abrir-vos o apetite.

A coisa apareceu no «Diário Popular». Adivinhem quem é o crítico. Quanto a mim, fiquei lívido. Quem não tem competência não deve, realmente, abrir loja...

Lisboa, 2 de Setembro de 1977

Academia Almadense

Telefone 2752127

DORA «Lulu dos mangericos»

ROGÉRIO «Reformado»

Atira o Barrete ao Ar!

com

VIANA — DULCE — DORA

e pela 1.ª vez neste género

ROGÉRIO PAULO

2.º MÊS!

GRANDE ÊXITO DA COOPERATIVA TEATRO POPULAR

Às 21.30 Aos domingos também às 16 horas

BILHETES NA ABEP

AS CONFUSÕES DO NICHOLSON

30 000 PESSOAS JÁ VIRAM

Ó CALINAS CALA A BOCA!

UMA REVISTA

DE VIVER A RIR!...

UM ÊXITO JÁ EM 2.º MÊS

VENHA VOCÊ VER TAMBÉM

ERMELINDA DUARTE ● FRANCISCO NICHOLSON

HENRIQUE VIANA ● MAGDA ● MARIA TAVARES

E AINDA

FÁTIMA VELOSO ● FERNANDO OLIVEIRA ● MARIA N'ZAMBI ● VASCONCELOS VIANA ● VIRGÍLIO CASTELO

ADÓQUE teatro

NO MARTIM MONIZ

TODAS AS NOITES (20.30/22.45)

MATINÉES AOS DOMINGOS

Telefone 874476 FOLGA ÀS *SEGUNDAS-FEIRAS*

No ALGUEIRÃO o DIARIO DE LISBOA está à venda na TABACARIA MIMO.

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

FALTA DE MATERIAL OU EXCESSOS DE POLÍTICA?

Os representantes dos partidos que visitaram as instalações da RTP no Lumiar foram unânimes: péssimas as instalações, precários meios humanos e técnicos, assim por diante. Aquilo que se pratica ali, seria um verdadeiro milagre. Neste país de tantos, um milagre a mais ou a menos pouco influiria na estatística. Só que este é um milagre diário. Milagre cada uma das emissões da RTP...

Aceitemos pois a precaridade dos meios técnicos e humanos. A Televisão não pode ir a todas, não tem pessoal e máquinas. Enfim...

Mas será assim? O defeito será do ter ou não ter ou será antes do querer ou não querer? O mal está na distribuição do erro ou no erro da distribuição?

Perguntando melhor: não estaremos face a uma questão nunca de política do material, mas de material da política?

POR EXEMPLO (1)

Se não, meus amigos, reparem que a Televisão tem uma completa equipa de reportagem para assistir a um acontecimento na Estação do Rossio de que resultaram 15 feridos sem gravidade, acontecimento esse que não assumia nenhum carácter de interesse nacional.

Mas a Televisão não esteve presente na conferência de Imprensa dos trabalhadores *da Metalúrgica Duarte Ferreira*, onde, aqui sim, se jogava algo de essencial na vida portuguesa: o direito dos trabalhadores portugueses ao trabalho e à responsabilidade na construção do seu destino. A Televisão não esteve lá. Porquê? Porquê, Televisão não foste ouvir em directo os trabalhadores da MDF? Foi por falta de meios humanos e técnicos? Morde aqui...Não foste lá, pura e simplesmente porque não estás interessada nos problemas dos trabalhadores discutidos e resolvidos por eles próprios. Porque sabes que a simples presença dos trabalhadores na Televisão lhes dá importância pública. Porque, em suma, não queres alargar precedentes...

Meios técnicos e humanos? Balelas.

POR EXEMPLO (2)

Os exemplos podiam repetir-se até ficarmos todos fatigados. Mais um apenas, se me permitem.

Realizou-se em Évora, uma importante reunião de trabalhadores rurais. Lá se decidiu que os trabalhos de alqueive seriam feitos e que nem um palmo de terra ficaria sem o tratamento adequado. Isto apesar do clima de espoliação de terras às cooperativas alimentado pelo Governo «socialista», isto apesar da repressão que se abateu, com violência, sobre os trabalhadores alentejanos, e que despertou em todo o País de Norte a Sul, um clamor de espanto e de indignação.

A Televisão não compareceu. Certamente por falta de meios técnicos e humanos. Com mil diabos, até se compreende. O Alentejo fica longe, longe, como o próprio nome indica, fica até além do Tejo vejam lá a enormidade!

No entanto, com vossa licença, os Açores ficam mais longe do Lumiar, não discutindo embora que lhe fiquel mais perto do coração. E quando o coração quer, tudo se faz. Lá vai uma reportagem aos Açores dar conta de uma triste miséria chamada *Musical Açores 77.*

MUSICAL QUE CHEIRA MAL

Palavra. Ao princípio ainda julguei que a reportagem ao arquipélago tinha em vista o clima de insegurança de bombismo, de fascismo que por lá se vive. Foram breves segundos, só. A reportagem incluia-se na rubrica «Ligeiríssimo» — e aí o «bombismo» costuma ser outro.

Bom, seguimos longamente no avião, o avião perde altura a olhos vistos, temos a pista em frente, a aeronave desliza suavemente, dá todas as voltas e voltinhas do costume. Sem escapar nenhuma. O reporter devia estar encantado. Tratar-se-ia, é natural do seu baptismo do ar.

Tudo o mais, durante meia hora, foi a reportagem mais sem jeito de um «festival» onde não se vislumbrou uma esgalha de qualidade, a qualquer nível. Meninas guinchavam ou arranhavam ou murmuravam ao microfone, a voz totalmente abafada pelo trovejar dos «conjuntos». Entretanto, víamos guitarras eléctricas, violas, dedos nervosos, cabelos desgrenhados, faces esquálidas, uma juventude languizada tramada, desnorteada. Entretanto, personagens várias, iam dando suas opiniões sobre o festival: oh, sim, muito bom, muito bom mesmo, pró ano ainda deve ser melhor, não sei quê uns conjuntos americanos..

Na praia há quem tome banho. Quem namore. Quem se reúna e cante. Cante coisas indecentes, que a Televisão transmite e certamente não vão ser alvo de nenhum inquérito, porque se considere, talvez que a missão da TV é degradar, degradar cada vez mais, sem respeito pelos telespectadores desprevenidos. Para lhes dar uma ideia, vou transcrever a quadra mais inocente que ouvimos na reportagem do *Ligeiríssimo:*

Passei pela tua porta
cheirou-me a bacalhau cru.
Espreitei na fechadura
estavas a lavar a cara.

Que a «malta», em confraternizações juvenis cante estas e outras coisas, enfim. Que a Televisão lhes dê guarida (bem como a outros versos ainda *mais)* eis o que não poderia admitir-se.

Mas admite-se. E até se desloca para isso pessoal e meios técnicos. O pessoal que não há...

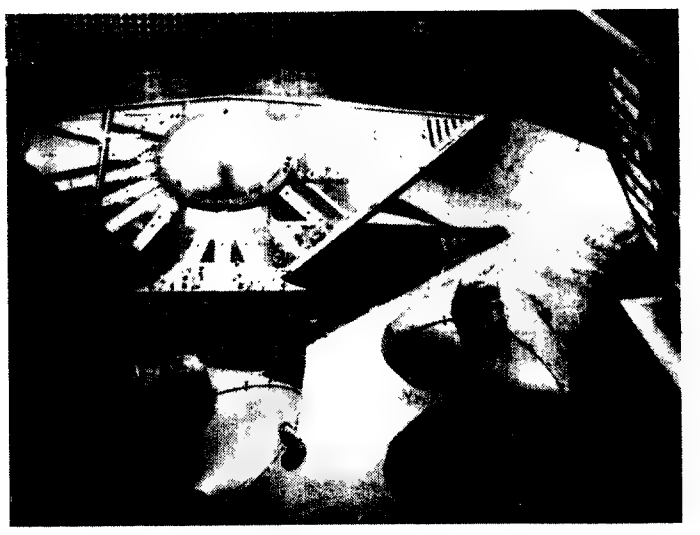
É verdade. Entre os declarantes, eufórica com o ambiente do «Musical», estava D. Helena Vaz da Silva. A qual lá estava, beneficiando de transporte em avião da Força Aérea.

Donde se conclui que a Força Aérea colaborou à sua maneira com o festival. Bom proveito.

MÁRIO CASTRIM

P.S. Em Mosaico esteve presente Manuel Alegre. Entrevistado por Seruca Salgado. A entrevista durou meia hora. Foi uma entrevista sem qualquer interesse. Gastaram-se 30 minutos para se dizer o que cabia em cinco. Afinal, estamos ou não em regime de austeridade? Ou trata-se apenas da propaganda da imagem em que a Televisão possui tamanha experiência? M.C.

Hoje



A Nave Orion

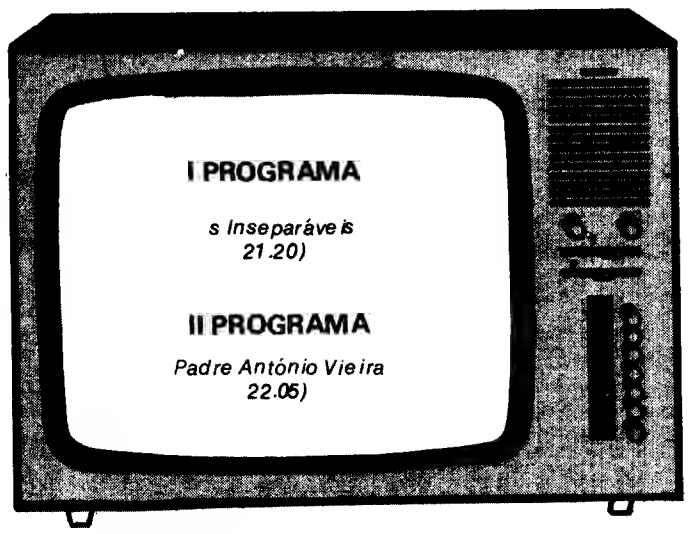
I PROGRAMA:

18.30 Abertura e *Telejornal* — 1.ª edição.
18.35 *Dobra e desdobra* — «O Pinguim». «O Pequeno Pirata», «Assalto no Porto» e «Uma Troca».
18.50 *Abre-te Sésamo.*
19.30 *Caminhos do Futuro* — «A Aceleração das Partículas».
20.00 *Telejornal* — 2.ª edição.
20.30 *Gabriela* — Produção da Rede Globo de Televisão. Realização de Walter Avancini.
21.05 *Boletim Meteorológico.*
21.20 *Os Inseparáveis* — Intérpretes: Walter Brennan, Catherine Burns, Mercedes McCambridge, Neville Brand, Robert Hooks, Stephen Brooks. Realização: Bernard L. Kowalski.
22.45 *Telejornal* — 3.ª edição.
23.05 Fecho.

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA:

21.02 *Telejornal* — 2.ª edição.
21.30 *Gabriela* (Repetição) 16.º episódio.
22.05 *Padre António Vieira* — «Um Homem, uma Época».
22.50 *As fantásticas aventuras da nave Orion* — «Invasão».
23.50 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

18.30: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **18.35**: Espaço Arte; **18.55**: «Os Hardy Boys»; **19.30**: Tropicália; **20.00**: Telejornal — 2.ª edição; **20.35**: Gabriela; **21.00**: Boletim Meteorológico; **21.05**: Vamos jogar no Totobola; **21.15**: O Homem e a Terra; **21.40**: Colditz — 21.º episódio; **22.50**: Telejornal — 3.ª edição; **23.10**: Fecho.

II PROGRAMA

21.00: Abertura e Telejornal; **21.35**: Gabriela; **22.10**: IX Sinfonia de Beethoven; **23.15**: Fecho.

BOMBA EM LISBOA

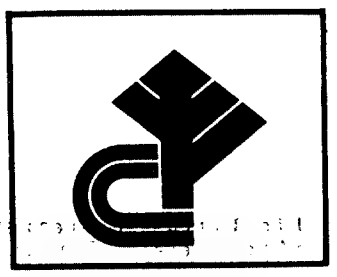
CAMISAS (todos os números) . . . 150$00
CALÇAS (branco, creme e azul) . . 200$00
SAIAS (branco, creme e azul) . . . 245$00
VESTIDOS (branco, creme e azul) . 450$00
BLUSÕES (branco, creme e azul) . . 250$00
T. SHIRTS . . . . . 85$00

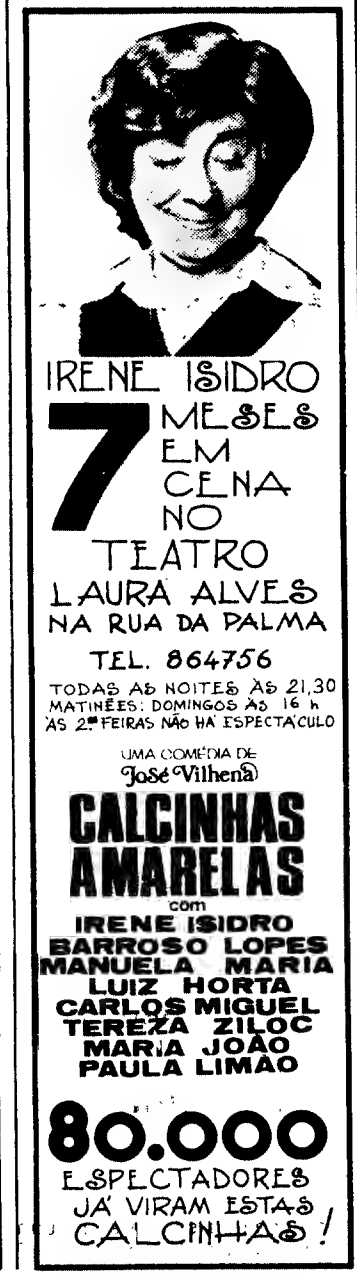
... MAS HÁ MAIS

VENHA VER PARA CRER

TOP ROSS
ROSSIO, 85 — LISBOA

DIALÉCTICA DA GUERRA E DA PAZ
ESTUDOS
DE JOAQUIM RIBEIRO SIMÕES
Estudos críticos sobre Clausewitz, Tchakhotine, Raymond Aron, Tovnbee, Fourastié, Gurvitch, Lévi-Strauss, Foucault e Marcuse.
CDL Distribuição à venda nas livrarias Preço 130$00





PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Mecau, 8

Imagem em movimento

Atitude de Octávio deve ser repetida

Aconteceu no F.C. do Porto-Setubal. Octavio embateu num parceiro do emblema sulista (Libânio) e, para impedir a progressao do médio internacional, o jovem ex-«leão» não esteve com meias conversas (nem medidas): prendeu-lhe as pernas, obrigando-o à queda. Mas o palmelense não ficou molestado: aceitou a falta, cumprimentou Libânio e voltou à vida. Atitudes deste tipo só dignificam o futebol e os seus intervenientes. Aqui lhe damos o relevo que merece, quatro dias depois do «Nacional» maior ter arrancado, nanja nas Antas, mas em Pousada de Saramagos. E ficam os nossos votos (também aqui) para que cenas destas se repitam, para que o futebol tenha a dimensão que merece, seja espectáculo onde a violência não tenha lugar. E mais isto: singularmente o «incidente» passou-se entre um ex-sadino e um (agora) setubalense: Octávio que deixou o Bonfim para ingressar no F.C. do Porto, e Libânio, que abandonou o Sporting para reforçar o Setúbal. Exactamente na mesma altura. Questão, até, para se dizer que Libânio «rendeu» Octávio em Setúbal

FUTEBOL EUROPEU EM PONTO DE MIRA

Torpedo chega segunda-feira

A equipa de futebol do Tropedo, adversário do Benfica na primeira eliminatória da Taça dos Campeões Europeus, chega a Lisboa ao princípio da tarde de segunda-feira — revelou um porta-voz do departamento de futebol da Luz. O mesmo informador salientou que a embaixada do Tropedo é constituída por 23 pessoas, incluindo 16 jogadores, o treinador, um médico, um massagista e alguns dirigentes, e ficará instalada num dos hotéis de Carcavelos.

O clube soviético solicitou, entretanto, à direcção do Benfica, a utilização do Estádio da Luz para três treinos. O primeiro está já marcado para o fim da tarde do dia da chegada (segunda-feira) naquele estádio. Quanto aos outros dois, a realizar nos dias 13 e 14, ainda não se sabe será possível efectuá-los na Luz.

Os jogadores do Benfica convocados para o jogo entrarão em estágio no dia da chegada da comitiva soviética. Quanto à constituição da equipa, o técnico inglês John Mortimore só a divulgará após o jogo que os «encarnados» disputam no sábado à noite contra o Belenenses, a contar para a segunda jornada do Campeonato Nacional de Futebol da Primeira Divisão.

Entretanto, as equipas do FC do Porto e do Sporting, que, respectivamente para a Taça das Taças e a Taça UEFA, defrontam na próxima quarta-feira o Colónia (da RFA) e o Bastia (França), em jogos a contar para a primeira «mão» da eliminatória inicial daquelas provas, parte domingo e segunda-feira para aquelas cidades.

O F C do Porto, como ontem anunciámos, joga no próximo sábado, num dos encontros antecipados da 2.ª jornada do «Nacional» da I Divisão, com o Estoril, na Costa do Sol. A constituição da comitiva «leonina» que se deslocará àquela cidade da Córsega só será dada a conhecer após o encontro do Sporting, domingo, em Coimbra.

Ainda relativamente às equipas portuguesas que participam nas três provas da UEFA (e que foram observadas, na jornada de sábado e domingo, por «espiões» dos seus opositores), refira-se o facto do jogo das Antas, já na próxima quarta-feira, entre o Boavista e o Lázio ser arbitrado por um trio da Bélgica formado por Jean-Claude Jouring (homem do apito), Pierre Wouter (árbitro internacional) e Julien Hardel.

ANTON RINGWALD

Com 37 anos de idade, acaba de falecer Anton Ringwald, presidente da Associação Suiça dos Jornalistas Desportivos, segundo se soube em Zurique. O extinto colaborava com o jornal «Sport», de Zurique, desde 1964.

INGLATERRA E PAÍS DE GALES

. A Inglaterra venceu por 6-0 a Noruega num desafio disputado ontem à noite a contar para o Torneio da UEFA para jogadores até 21 anos. Num encontro amigável integrado nas celebrações do Jubiléu de Prata e também ontem efectuado o País de Gales empatou (sem golos) com o Kuwait.

DON REVIE DESMENTE

O antigo treinador da equipa nacional inglesa de futeboi, Don Revie desmentiu formalmente as acusações contra si formuladas pelo «Daily Mirror», jornal que afirmou que Revie teria tentado comprar alguns jogadores de equipas adversárias, a fim de falsear os encontros em que a equipa por si treinada intervinha. Em declaração publicada em Londres pelos seus advogados, Don Revie, actual treinador da equipa dos Estados dos Emiratos Unidos, afirma-se disposto a levar o caso a tribunal. Entetanto, os porta-vozes dos dois organismos que dirigem o futebol britânico, a «Football League» e a «Football Association», revelaram estar a ser preparada uma comissão conjunta de inquérito às acusações formuladas pelo diário londrino.

"Mundial": Argentina controla entradas

.A Argentina não poderá receber mais de 35.000 a 40.000 turistas para o Campeonato Mundial de Futebol de 1978 que se disputará em cinco cidades do País, em Junho — afirmam os organizadores da competição, que salientam ainda que aquele limite tem em vista, «não exceder a capacidade hoteleira nacional e evitar uma má imagem do País».

A Fórmula imaginada pelos organizadores para controlar a chegada de espectadores do estrangeiro consiste em vincular a venda de bilhetes para os jogos, às agências de turismo. Esta operação tem por lema «cada entrada, uma pasagem e um lugar no hotel».

Até ao momento circulam fora da Argentina vinte mil de tais bilhetes completos, baptizados de «Paquetes».

Como vão as coisas

BASQUETEBOL NO CARNIDE CLUBE

O Carnide Clube abre as portas a todos que o pretendam para mostrar as suas habilidades basquetebolísticas, a partir dos 11 anos e até aos 18, sem discriminação de sexo. Avisa, entretanto (e para já) que os seus técnicos se encontram à disposição de quem queira, sobretudo grupos não federados, escolas e equipas de bairro, para o que for de útil na matéria. E adianta que vai iniciar mais uma época da modalidade, contando apresentar equipas representativas de seniores, juniores, juvenis, iniciados masculinos e juniores e juvenis femininos. Os treinos começam quarta-feira, 7 do corrente, para os iniciados e para os juniores masculinos, prosseguindo no dia seguinte para as equipas de juniores e juvenis femininos, bem como seniores masculinos, cada equipa (e intérpretes) a seu tempo. Equipa técnica: José Esteves, Edite Esteves (nossa camarada de profissão em «A Capitas»), Mário Ramos, João Serra, José Marques e João Silva.

«PORTUGAL DOS PEQUENINOS»

Arrancar ontem em Condeixa (1.ª jornada) o troféu «Portugal dos Pequninos», em futebol (categoria de iniciados), que forneceu os seguintes resultados: Sporting-Selecção da A.F. de Coimbra, 1-1 (ao Intervalo 1-0). Ficou apurada a equipa do Sporting, por transformação de grandes penalidades. No outro encontro o Racing de Toulon, venceu o União de Coimbra, 2-0 (ao intervalo 1-0). A equipa coninbricense ficou, também, apurada para disputar a fase seguinte.

SEQUEIRA EMPATA E PERDE NA ÁUSTRIA

O português João Sequeira empatou com o irlandês Colm, na primeira jornada do décimo-quinto Campeonato Mundial de Xadrez de juniores, que ontem começou a ser disputado em Innsbruck, na Áustria. Na segunda jornada, o xadrezista português foi derrotado pelo suiço Iten.

PREPARAR JUNIORES

Jogadores de hóquei em campo, convocados para o treino da selecção nacional de juniores, a realizar no Porto: Joaquim Madeira (Sport); José Maximino (Cascais); Rui Póvoas (Porto), Joaquim Macedo (Porto), Alcino Goelho, (C. F. Benfica); Jorge Pinto (Ramaldense); João Baptista (Ramaldense); Daniel Jesus (Leixões); Paulo Caramalho (Sport); Heitor Martins (Ramaldense); Carlos Silva (Ramaldense); Stephen Fernandes (SLBenfica); Óscar Ribeiro (Ac. de Espinho); Jorge Rocha (Cascais); João Rodrigues (Belenenses) e António Leite (S.L.Benfica);

Para lá da raia

ESPANHA RECUSA VISTOS A CHINESES

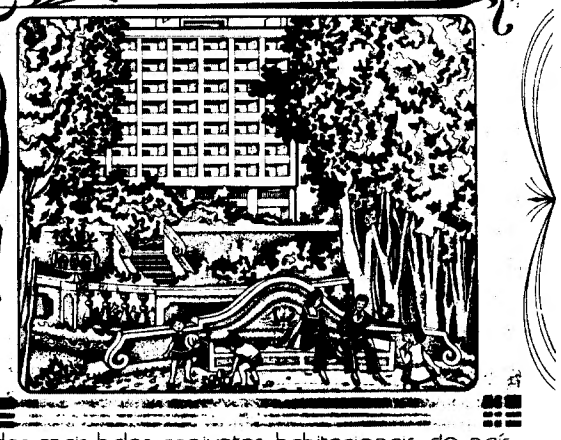
Marcados para o período de 21 a 25 deste mês, existem fortes possibilidades de os Campeonatos Mundiais de Judo virem a ser anulados, em virtude de as autoridades espanholas se recusarem a conceder vistos de entrada no país aos representantes da China Popular, segundo foi revelado em Londres. Para já, alguns representantes de partidos comunistas anularam as reservas em Barcelona, devido ao facto de a decisão espanhola, até agora apenas tomada contra a China, poder vir a atingi-los também. Entretanto, a Federação Internacional de Judo deu um prazo para que as autoridades espanholas revejam a posição assumida, sob pena de o «Mundial» de judo ter de ser anulado, decisão esta que será tomada hoje.

BORG DESISTE

O tenista sueco Bjorn Borg, campeão de Wimbledon e primeiro «cabeça de série» do Torneio Aberto dos Estados Unidos, abandonou esta competição para que não se agrave uma lesão peitoral de que padece desde há uma semana.

«EUROPEUS» DE VELA

Fritz Geist, da Alemanha Federal, foi oficialmente declarado vencedor dos Campeonatos Europeus de vela da classe de «Soling» que durante uma semana se realizaram em Atenas. Willy Kuhweide, também da Alemanha Federal, que ocupava o primeiro lugar na «geral», foi desclassificado na última etapa, na qual obtivera o segundo posto, e foi relegado para a segunda posição da classificação final. Nos lugares imediatos classificaram-se Waldemar Bandolowski, da Dinamarca, Stig Weenerstron, da Suécia, e Patrick Hegeli, da França.

QUINTA de SANTA CLARA
* Lumiar *
Resolva seu problema de habitação,...
Compre na SPOC - é como você gosta !
1ª FASE
120 fogos, totalmente vendidos e entregues
2ª FASE
310 fogos, em construção, entregas programadas
(Amplas facilidades de pagamento)
UM JARDIM SÉCULO XVIII
MONUMENTO NACIONAL

Um dos mais belos conjuntos habitacionais do país construido em termos de futuro * 2,3 e 4 assoalhadas com garagem e jardim. "visite andar modelo"

Viseu ameaçada de corte de transportes colectivos

Com efeito, a empresa que efectua os transportes colectivos de Viseu ameaça suspender este serviço caso a Câmara não comparticipe nas despesas efectuadas. Perante tal ultimato, as entidades camarárias preparam-se para analisar o problema e as soluções a dar.

. É aguardada com grande expectativa a próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu,

em viturde da ameaça que pesa sobre aquela cidade de se ver privada de transportes colectivos.

MEDICINA DO TRABALHO

Prevenção e Riscos profissionais terão uma Direcção-Geral

. No âmbito da nova Lei Orgânica do Ministério do Trabalho, já em fase de apreciação, vai ser criada a Direcção-Geral de Prevenção e Riscos Profissionais, — anunciou o ministro do Trabalho, Maldonado Gonelha, durante o discurso esta manhã pronunciado na Figueira da Foz, na sessão inaugural das XIV Jornadas Médicas e III Colóquio Luso-Espanhol de Medicina no Trabalho.

O discurso de Maldonado Gonelha insistiu, sobretudo, nos aspectos mais carentes da medicina no trabalho, «à qual» — disse — «cabe um destacado papel na protecção e saúde dos trabalhadores contra a ameaça que os espreita cada vez mais no complexo mundo industrializado em que vivemos. O desgaste biológico precoce» — afirmou o ministro do Trabalho — «a doença, as mutilações e a morte, implantar-se-ão impiedosamente entre os trabalhadores se não houver a preocupação constante de humanizar as condições de trabalho».

Salientando as carências verificadas nas empresas quanto à política de medicina no trabalho, Maldonado Gonelha afirmaria que existem nessas empresas «vários departamentos que devem merecer dos gestores uma atenção prioritária (o que nem sempre acontece entre nós e para mais com lamentável frequência), dando-lhes a audiência e os meios indispensáveis para a realização dos seus objectivos.

Pondo em relevo que «a medicina do Trabalho pode, também, contribuir em elevada escala para a democratização das relações e das condições de trabalho, Maldonado Gonelha consideraria que «para que a actuação da Medicina do Trabalho resulte é indispensável obter a adesão dos trabalhadores (...) assistindo-se, já, a um despertar de consciência dos trabalhadores quanto à exigência de condições de trabalho adequadas».

Referindo-se ao que neste campo se passava antes do 25 de Abril, o ministro do Trabalho dizia: «Nos últimos 50 anos tudo o que se produziu em matéria de Prevenção carecia de um objectivo concreto. Compreende-se que assim acontecesse porquanto o sistema económico, em grande parte, estruturado na base de um capitalismo retrógrado e parasitário, não compreendia a responsabilidade, nem sentia a necessidade da Prevenção no Trabalho, ao menos sob uma óptica estrita de mera rentabilidade económica. De facto, o aparelho de estado corporativo permitia aos empresários ignorar o direito dos trabalhadores à saúde ao bem-estar».

Quase no fim do seu discurso, Maldonado Gonelha, recordaria que «além das dificuldades resultantes duma estrutura estatal inadequada, a maioria das empresas não possui, nem nunca possuiram, estruturas de prevenção capazes de suprirem essas deficiências».

E anunciaria ainda o ministro do Trabalho: «A nova Lei Orgânica do Ministério do Trabalho reestrutura a Inspecção-Geral do Trabalho de acordo com as nossas necessidades e segundo a Convenção n.º 81 da OIT. Para isso está patente em nós um espírito realista, mas firme, que nos fará ajustar à realidade social portuguesa a nova organização, no sentido de levar à modificação do actual estado de coisas. Obviamente, a futura Direcção-Geral de Prevenção e Riscos Profissionais e a Inspecção-Geral do Trabalho exercerão em íntima, planificada e coordenada colaboração, as suas actividades.»

PATENTES

Vende-se ou concede-se licença de exploração para Portugal das seguintes Patentes de Invenção:

N.º 59 462 **«Processo para a preparação de formulações melhorando o sabor de penicilinas orais».**

N.º 59 560 **«Processo para a preparação de trifenilmetilimidazois dissubstituídos com efeito antimicótico, aplicação dos mesmos para a preparação de composições farmacêuticas com efeito antimicótico e aplicação destas composições farmacêuticas para o tratamento de micoses».**

N.º 59 597 **«Processo para a preparação de novas composições de proteína insolúveis em água».**

N.º 59 598 **«Processo para a preparação de novas composições de proteína insolúveis em água».**

Trata:

Clarke, Modet & C.ª L.da
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º Esq.º
LISBOA

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 76/77

Faz-se saber que os veículos abaixo indicados e que se encontram depositados nos depósitos da 1.ª Repartição-Armazéns e Imprensa Municipal, na Avenida 24 de Julho, 171, serão vendidos em hasta pública, conforme o preceituado no Decreto-Lei n.º 57/76, se os seus proprietários os não levantarem no prazo de noventa dias a contar da data do presente edital.

Os interessados ficarão responsáveis pelo pagamento dos encargos legais estabelecidos.

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	LOCAIS DONDE FORAM RETIRADOS OS VEÍCULOS	MATRICULAS
Jorge Isidoro Resende	Rua Actor António Cardoso	LB-37-13
Eduardo Martins Teodoro	Avenida Sidónio Pais	HE-42-48
Carlos António Cortez Neves	Junto da 28.ª Esquadra da PSP	HB-70-89
António Neves	Junto da 28.ª Esquadra da PSP	HB-37-68
João José Fernandes	Rua Marquesa de Alorna	LD-24-25
José Mendes Godinho	Frente à 26.ª Esquadra da PSP	CI-36-13
Manuel Augusto da Silva	Largo das Galinheiras	DF-18-09
Carlos Alberto de Jesus Marques	Rua A- Bairro da Liberdade	GF-78-79
Ignorado	Junto da 33.ª Esquadra da PSP	Ignorada
Ignorado	Avenida de Ceuta	Ignorada
Ignorado	Avenida Infante D. Henrique	Ignorada
Ignorado	Aeroporto	Ignorada
Ignorado	Rua Frei Bernardo de Brito	Ignorada
Ignorado	Estrada da Circunvalação	Ignorada

Lisboa, 23 de Agosto de 1977

O PRESIDENTE
(Aquilino Ribeiro Machado)

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental, o céu estava limpo e o vento era fraco. Havia neblinas ou bruma em diversos locais do território.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	26º
COIMBRA	25º
PORTALEGRE	24º
LISBOA	22º
LISBOA	22º
SAGRES	25º
FARO	26º
PONTADELGADA	21º
FUNCHAL	22º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima **36º**

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Mínima **13,6º**

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
10.20	3,1 m	3.22	1,9 m
23.04	3,0 m	16.20	1,8 m
Dia 8			
11.34	3,2 m	4.43	1,8 m
		17.27	1,7 m
Dia 9			
0.07	3,2 m	5.42	1,6 m
12.29	3,4 m	18.15	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Continuação do tempo quente, com céu pouco nublado ou limpo; vento fraco soprando temporariamente moderado ou noroeste no litoral oeste a sul do Cabo Carvoeiro; neblinas matinais na faixa Costeira Ocidental.

AMANHÃ

NASCER AS 7.11
OCASO AS 19.58

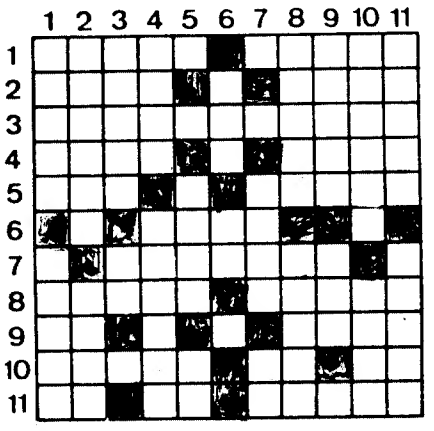
DIA 13 DIA 20 DIA 27 DIA 5

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11.834

HORIZONTAIS:
1 Termina. Calcas com os pés.
2 Sacerdote budista. Artigo definido. Toca de leve.
3 Recrutaremos.
4 Remuneração. Cidade do Japão.
5 Milho torrado que se reduz a pó temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas. Primeira parte do nome de uma vila e sede de concelho (Vila Real).
6 Transfere para outro dia.
7 Esquivas (fig.).
8 Fruta da Índia, que se põe em conserva para excitar o apetite. Guarnecer de ameias.
9 Nota musical. Apre!
10 Olhar atentamente. Prasiodímio (s.q.). Pago.
11 Artigo definido. Pronome pessoal. Chuvisco (Bras.).



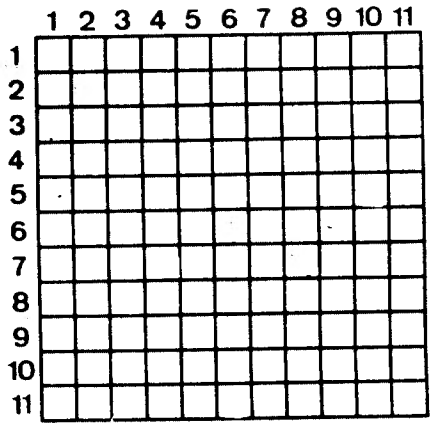
VERTICAIS:
1 Oculta. Sossego.
2 Silencioso. Em mais alto grau.
3 Aliado. Prefixo que designa afastamento.
4 Cidade de Espanha. Guarnecem de arames.
5 Acrescentar. Nota musical.
6 Ilha da Polinésia, no arquipélago de Sanduiche. Nota musical (inv.). Artigo definido.
7 Nome de fruto. Pago (abrev.).
8 Imperatriz de Bizâncio. Desejara.
9 Adicionas. Ente.
10 Assanhas. Lanço o arpéu a.
11 Ilha do mar Jónio. Gelha.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7.895

HORIZONTAIS:
1 Ilha do Atlântico ao norte do Haiti.
2 Curtimento.
3 Antes do meio dia. Nome de mulher. Germânio (s.q.).
4 Palavras gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses. Triture. Corda de reboque.
5 Perfume. Curar.
6 Nota musical. Autores.
7 Atrasariam.
8 Governanta. Suspiros. Senhora.
9 Ruim. Transpira. Átomo.
10 Espirito. Corara.
11 Pessoas estúpidas. O mesmo que uma (ant. e pop.).



VERTICAIS:
1 Sacerdote budista. Borla de barrete.
2 Oceano. Mete em mala.
3 Antes de Cristo. Apelido. Milímetro.
4 Álcool de melaço. Dá mios. Vai para fora.
5 Tece. Título honorífico na Índia.
6 Negro. Transferira para outro dia.
7 Desmoronavas-te. Alteza Serenissima. Artigo definido.
8 Artigo indefinido. Rio da Suiça. Vossa Senhoria.
9 Germânio (s.q.). Atraiçoas. Ouro (s.q.).
10 Distrito da ex-Índia Portuguesa. Ave trepadora.
11 Dividir ao meio. Freguesia do concelho de Castelo Branco.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11.833

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Ris. Má. Cala.	1 ROUBAR. Ovas.
2 Om. MANDRIAR.	2 Imparas. Ala.
3 Upião. Ai. SC	3 Itália. Cl.
4 Bato. Amar.	4 Mão. Mie.
5 Ará. Amarar.	5 Tão. Ar. Atum.
6 Ralar. Sasão.	6 An. Am. Uga.
7 Si. uil Ais.	7 Damásio. Dr.
8 Âmago. Vãs.	8 Criara. Mia.
9 VA. Má. É.	9 Aí. Rasava.
10 Alceu. DI. BO.	10 Lãs. Raia. Ba.
11 Sai. Moraras.	11 Arca. Ósseos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7.894

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Ouico. Quati.	1 Ouem. Ca. Oca.
2 Ural. Nios.	2 Uri. Urca. Or.
3 Eiras. Piras.	3 Iaras. Ocaso.
4 Aramada.	4 Claro. Lopes.
5 Usos. Raso.	5 Sássari.
6 Cr. Sua. Re.	7 Pararem.
7 Acolá. Rimar.	8 Unida. Irmãs.
8 Acorreram.	9 Airas. Maçãs.
9 Api. MMC.	10 Toa. Oram. Rã.
10 Case. Aaro.	11 Isso. Er. Dor.
11 Arosa. Assar.	

PROVÉRBIO: MANDRIAR É ROUBAR.

farmácias de serviço

LISBOA

Até às 22 horas

ALCANTARA, Aven. da República, 74-A (Tel. 771379)
..**AGUIAR,** Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Tel. 674629)
ALAMEDA, Alam. Linhas de Torres, 201-B (Tel. 790942)
..**BARRETO,** Rua do Loreto, 24-30 (Tel. 227284)
..**CENTRAL DA LAPA,** Rua dos Navegantes, 10 (Tel. 661734)
..**CHINDE,** Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Tel. 890331)
..**EUSIL,** Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841912)
..**FINDOR,** Rua D. Maria Pia, 514 (Tel. 687949)
..**GALENO,** Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 77920)
..**GOMES,** Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A (Tel. 682333)
..**HIGILUX,** Rua de Pedrouços, 50-52 (Tel. 610280)
..**INTENDENTE,** Largo Intendente Pina Manique, 50 (Tel. 547838)
..**LÍBIA,** Av. da Igreja, 4-B-C (Tel. 891681)
..**LOPES RIBEIRO,** R. do Cruzeiro, 117 (Tel. 633288)
..**MADRE DEUS,** Rua Margem, 15-B (B.º Grilo). (Tel. 382470)
..**MARQUES,** Estrada de Benfica, 648 (Tel. 700098)
..**ORIENTE,** Rua Lopes, 120 (Tel. 843381)
..**PAES,** Rua Abade Faria, 22-A (Tel. 723965)
..**PANCADA,** Rua Rebelo da Silva, 9 (Tel. 43340)
..**REBOCHO,** Rua Ten-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B (Tel. 743871)
..**SAGRES,** Av. Luís Bivar, 69-71 (Tel. 547213)
..**SALUTAR,** R. B. 75-A-B (B.º Liberdade). (Tel. 683694)
..**SILVA,** C.ª Santo André, 16 (Tel. 362074)
..**UNIFA,** Rua da Vitória, 21 (Tel. 323793)
..**URBANO FREITAS,** Rua Silva Carvalho, 54 (Tel. 662838)
..**ZEMA,** Rua General Justiniano Padrel, 21 (Tel. 832580)
..**ZIRA,** Praca Casas Novas, lote 66 (B.º Encarnação). (Tel. 311216-310172)

Permanente

..**CHINDE,** R. Agostinho Lourenço, 6-B (Tel. 890331)
..**AGUIAR,** Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Tel. 764629-768343)
..**EUSIL,** Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841912)
..**FINDOR,** R. D. Maria Pia, 514 (Tel. 687949)
..**LÍBIA,** Av. da Igreja 4-B-C, (Tel. 891681)
..**ALAMEDA,** Alam. Linhas de Torres, 201-B (Tel. 790942)
..**REBOCHO,** Rua Ten.-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B (Tel. 743871)
..**SALUTAR,** Rua B, 75-A-B (B.º Liberdade) (Tel. 683694)
UNIFA, Rua da Vitória, 21 (Tel. 323793)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 2112070)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco (Tel. 2345147) Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485) Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro Mendes, Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314) Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Tel. 260391) Até às 21 horas
CASCAIS
Nova, Est. de Alvide Fontainhas (Tel. 281044) Até às 21 horas; **Marginal,** Av. Marginal (Tel. 280078) Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120 (Reboleira (Tel. 938424) Permanente **Confiança,** Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Tel. 938149) Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, Lote D (Tel. 9710231)
QUELUZ
Correia, L. do Mercado, 3 (Tel. 950906)
CACÉM
Guerra Rico, Entre Lotes 6 e 7 Freixo Capitão (Tel. 2944002)
MEM MARTINS
Quimia, Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 2910012)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)
SINTRA
Misericórdia, Vila (Tel. 2930391)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António Santos Jorge, 15 (Tel. 243100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Central, R. de Olivença, 11-B (Tel. 2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira, B.º de Moçambique, 84-B (Tel. 2040946)
BARREIRO
Pimenta, R. Cons.º Joaquim António de Aguiar, 259 (Tel. 2073012)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Tel. 2767356)
MOITA
União Moitense, Av. dr Teófilo Braga (Tel. 239025)
MONTIJO
Giraldes, R. Almirante Reis, 45 (Tel. 2310008)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av. da República, 23 (Tel. 2400020)

PORTO

De dia e só até às 22 horas

FOZ, Rua Senhora da Luz, 380 Foz (Tel. 680127)
..**ALÍRIO, DE BARROS,** Rua de Costa Cabral, 240 (Tel. 480593)
..**MAGALHÃES,** Rua de Serralves, 566 (Tel. 63561)
..**NOVA DE MONSANTO,** Rua de Monsanto, 148 (Tel. 490889)
..**CORREIA,** Praça Mouzinho de Albuquerque, 78 (Tel. 60869;
..**CORUJEIRA,** Rua de S. Roque da Lameira, 1473 (Tel. 51928)
..**COUTO,** Largo de S. Domingos, 106 (Tel. 25963)
..**LUSO-FRANCESA,** Rua Sá da Bandeira, 140 (Tel. 26134)

De dia e toda a noite

LAPA, Rua Antero de Quental, 211 (Tel. 480697)
..**GOMES CARNEIRO,** Rua de Cedofeita, 348 (Tel. 23420)
..**CENTRAL,** Rua de Santo António, 203 (Tel. 21684)

COIMBRA

Das 9 horas às 9 do dia seguinte

MIRANDA, Praça do Comércio, 41 (Tel. 23261)

cinemas ● cinemas ● cinemas

ab CINE
14,00, 16.30, 19.00, 21.30, 24 h.
SALA A
não acons. m/18 anos
2.ª semana
PRESIDIÁRIO
SALA B
6.ª semana
12,30, 14,30, 16,30, 18,30, 21,30, 23,30
CARRIE
Int. a m. 18 anos
CENTRO COMERCIAL DE ALVALADE

ALVALADE
T. 897480 — 15.30, 18.30, 21.30
Para todos
HEIDI

APOLO 70
Tel. 763319 — 14.00, 16.30, 19,00, 21.30
O filme musical do ano!
CAR WASH
Não acons. a men. de 13 anos
4.ª Semana
Western
Hoje às 24.00h
Grupo C (14 anos)
CAVALGADA FANTÁSTICA

AVIS
Tel. [illegible] — 15, 18.15 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
13.ª Semana
SOFRIMENTO DE AMOR
filme começa a projectar se logo apos o inicio da sessão

BERNA
Tel. 776098
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
2.ª semana
A CIDADE DOS ANJOS
de Robert Aldrich
Nao acons. m/18 anos
c/Burt Reynolds, Catherine Deneuve e Ben Johnson

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Festival
«Irmãos Marx»
UM DIA NAS CORRIDAS
Para todos
1 dia para cada filme

CASTIL
Tel. 530194 — 15.30, 18.30, 21.30
Claudia Cardinale/ Nino Manfredi/ /Ugo Tognazzi
NO ANO DO SENHOR
de Luigi Magni
Não acons. m/ 13 anos
O filme começa 6 m. após o início das sessões

CONDES
Tel. 322523 — 14.00, 16.30, 19.00 21.30
Não acons. m/ 13 anos
MORRER DE AMAR
de Andre Cayatte
c/ Annie Girardot

EDEN
Tel. 320768 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
A SUPREMA VIOLÊNCIA DAS ARTES MARCIAIS
Grupo C (14 anos)
Bruce Lee é
O INVENCÍVEL
de Raymond Chow

ESTÚDIO
Tel. 535134 — 21.30
Não acons. m/ 13 anos
O ESTRANHO MUNDO DE DAISY CLOVER

ESTÚDIO 444
Tel. 555134 — 14.30, 16.45, 19, 21.45
Não acons. m/ 13 anos
CALORES FRANCESES
Uma comédia de Pascal Thomas

IMPÉRIO
Tel. 5551345 — 15.15, 18.30, 21.30
M/ 10 anos
um espectacular Western
Lex Barker em
ASSALTO AO FORTE
c/ Pierre Brice e Daliah Lavi

LONDRES
Tel. 801313 — [illegible] e 21.30
Int. a m/ 18 anos
O GÉNIO DO MAL
c/ Gregory Peck

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.15, 18.30 e 21.30
n. ac. men. 18 anos
Tony Curtis em
«LEPKE» O ASSASSINO
e C/ Anjenette Coner, Milton Berte

NIMAS
Tel. 574362 — 14.30, 16.45, 19, 21.30
Não acons. men. 13 anos
DAISY MILLER
de Peter Bogdanovich
c/ Cybill Shepherd, Barry Brown

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. m/ 13 anos
JULIE
O filme exibe-se no início da sessão

PATHE
Tel. 82[illegible]33 — 14,15, 17,45 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
Em 6.ª semana
JURAMENTO DE AMOR
c/ Hema Malini, Feroz Khan
O filme exibe-se no início da sessão

POLITEAMA
Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
Bud Spencer e Terence Hill em
A COLINA DOS SARILHOS

RESTELO
Tel. 610[illegible] — 21.30
Int. a m/ 18 anos
LODO NA CIDADE

ROMA
Tel. 887778 — 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. m/ 13 anos
CRIME PERFEITO
c/ Henry Fonda

ROXY
Tel. 48560 — 14.00-16.30-19.00-21.30
O filme indiano de maior êxito
3.ª semana
AMOR E JUSTIÇA
n. acos. men. 18 anos

S. JORGE
Tel. 579144 — 15.15, 18.15, 21.30
2.ª Semana
Não acons. m/ 13 anos
Richard Harris em
A VINGANÇA DO HOMEM CHAMADO CAVALO

TIVOLI
Tel. 570595
A BÍBLIA
de John Huston
Não acons. m/ 13 anos

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack o Estripador»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Calinas cala a Boca»
TEATRO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
OS CÓMICOS
21.30 (13 anos)
«A Guarda»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem manda sou eu»
BARRACA
21.15 (13 anos)
«Barraca conta Tiradentes»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Exibição»
PARIS
21.30 (18 anos)
«40° à sombra do lençol»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«Lodo na Cidade»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Laços Escaldantes»
CINEARTE
21.30 (18 anos)
«A Médica da Inspecção Militar»
CALEIDOSCÓPIO
21.30 (6 anos)
«Um Dia nas Corridas»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Núpcias de Porcelana»
MONUMENTAL
21.30 (14 anos)
«Amor sem Barreiras»
VOX 21.15 (13 anos)
«Perigo Planetário»
CAPITOLIO
21.00, 23.00 (18 anos)
«China Girl»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Spermula, a Vampira dos Homens»
LUMIAR
21.30 (13 anos)
«Bobby»
COLISEU
21.30 (13 anos)
«Batalhão de Condenados 999»
EUROPA
21.00 (18 anos)
«Por um Punhado de Dólares»
ROYAL
21.15 (6 anos)
«Herói»
CINE AUDITÓRIO
21.30 (13 anso)
«O Homem do Diners Clube»
QUARTETO
Sala-1 21.15 (18 anos)
«O Caso Mattei»
Sala-2 21.15 (18 anos)
«A Máscara»
Sala-3 21 e 23 (18 anos)
«Deus e o Diabo na Terra do Sol»
Sala 4 21.00 e 23.00 (18 anos)
«Verão 42»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Mulher Indomável»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Como, quando e com quem?»
ESTORIL
Casino
17 e 21.15 (18 anos)
«Escândalo em família»
Palácio
21.15 (6 anos)
«O peito ou a perna»
CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«Rebelde do Kansas»
Teatro Experimental
22.00 (6 anos)
«O Vento nas ramas do Ssassafraz»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«O Casal»
Lido
21.15 (18 anos)
«A voz do sangue»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Os 5 Demónios do Kung-Fu»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Emanuelle Branca, Emanuelle Negra»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«O Rally das Gozonas»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«A Grande Paródia»
ESTUDIO FOCO
21.30 (6 anos)
«Sete Noivas para Sete Irmãos»
CARLOS ALBERTO
21.30 (18 anos)
«A Grande Caça ao Homem»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Cabaret»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Golpe Baixo»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Restos de um Pecado»
TRINDADE
21.30 (6 anos)
«A Última Loucura»
CHARLOT
21.30 (18 anos)
«Mocidade Rebelde»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«O Espirita»
S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Lisztomania»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«A Rainha do Amor»
SÁ DA BANDEIRA
21.45 (13 anos)
«Isto é que me doi»
BATALHA
21.30 (6 anos)
«Serenata à Chuva»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«A Força para um Homem»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«O Rebelde do Kansas»
ESTUDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«A semente do Diabo»

COIMBRA

S. TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
6.º Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Não há azar»
TIVOLI
21.15 (13 anos)
«Adolescência Pervertida»

rádio

1.º Programa

16.00: Noticiário; «Musivária»; **17.00:** Tempo de teatro: ... «Clitemnestra», de Carlos Wallenstein.; **17.35:** Música Popular **18.00:** «Música Portuguesa»; **18.30:** «Temas de Saúde» ... Música Portuguesa»; **19.00:** Orquestras; **19.15:** «O Mundo e a nossa Casa» ... Música Variada; **20.00:** «Jornal da Noite»; **20.30:** Melodias; **21.00:** 17.º Episódio do Folhetim «A Cidade e as Serras» de Eça de Queiroz; **21.20:** «Contraponto»; **24.00:** Sinal Horário; «Último Jornal»; **00.30:** Música Portuguesa»; **01.00:** «Música na Noite»

2.º Programama

20.00: Grandes Solistas: ... A Pianista Maria João Pires, acompanhada pela Orquestra de Câmara da Fundação Gulbenkian de Lisboa ... Concerto n.º 17, em sol maior k. 453, de Mozart; ... O harpista Nicanor Zabaleta ... Concerto em Dó Maior, de Boieldieu; **21.00:** As grandes obras corais sinfónicas: ... Missa n.º 3 em fá menor, de Bruckner; **22.00:** Música de Bach: sonata n.º 3 em dó maior; ... Concerto Brandeburguês, n.º 4, em sol maior, BWV 1049; **22.45:** O pianista Arturo Benedetti Michelangelli, na interpretação de: ... Imagens, de Debussy (suite); **23.00:** O maestro Igor Markevitch: Sinfonia n.º 4 em fá menor, op. 36 de Tchaikowsky; **23.45:** Organistas: Toccata Quinta, de Frescobaldi ... Final em si bemol, de Cesar Franck; **00.00:** Intercâmbio Musical: Reconhecimento da Música Moderna 1977 (Gravações cedidas pela Radiodifusão Televisão Belga); **01.00:** Fecho

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

20.15: Antolovia; **20.30:** Pesquisa; **21.00:** A Música e as Vozes; **21.30:** Quando o telefone toca»; **23.03:** «Nocturno»; ... **24.00:** ... «Nocturno» (continuação); **00.15:M** «Dia a dia com o Passado»; **02.00:** Fecho.

3.º Programa-Local (187,5 m)

..**18.00:** «Compasso»; **18.15:** Sal e Pimenta (repetição); **18.45:** Romance duma cidade; **20.10:** Hoje convidámos....; **20.40:** Serviço de agenda; **21.00:** Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

19.00: «Em órbita»; **20.00:** «Forum» ... Realização de Jorge Lopes; **22.00:** «Auditório»; **00.00:** «Prisma» ... Realização de Fernando Quinas; **02.00:** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

..**18.08:** Apelos; **18.15:** Igreja em Notícia ... Palavra do dia; **18.30:** Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00:** Programa da Liga dos Amigos, de R ; **21.05:** Gente Grande; **21.30:** O Som da Noite; **22.00:** Quando o Telefone toca; **22.30:** Temas Vivos; **23.05:** Última Hora; **23.30:** Textos e Pretextos; **01.00:** Rotação; **02.00:** Fecho.

NOVO SERVIÇO

Você e o seu carro no mesmo comboio

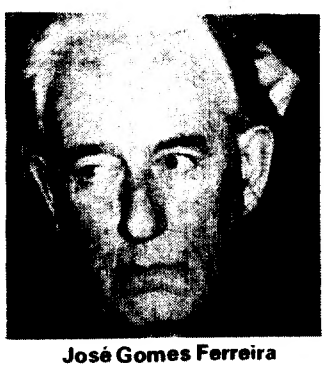
Diariamente Lisboa-Porto-Lisboa

Caminhos de Ferro Portugueses

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Tu, liberdade



José Gomes Ferreira

. O escritor José Gomes Ferreira estará presente na festa do «Avante» na próxima sexta-feira, pelas 21 horas, onde no Centro do Livro e do Disco — autografará o seu novo livro «Tu, Liberdade».

Na circunstância, o autor de «Intervenção Sonâmbula», ultimamente editado, trocará impressões acerca do seu novo trabalho.

"Lei Barreto"

Comissão Constitucional deve esgotar prazos

. Como habitualmente às quartas-feiras, o Conselho da Revolução está reunido em Belém para mais uma sessão de trabalhos cuja agenda, na generalidade, apenas reporta a também já habitual «análise da situação político-militar».

Confirma-se entretanto, que a Lei sobre a Reforma Agrária foi enviada à Comissão Constitucional a fim deste órgão se pronunciar sobre a sua constitucionalidade. Dada no entanto, a natureza daquele diploma, e a matéria sensível que versa, a sua apreciação deverá ser morosa, sendo natural que a Comissão Constitucional esgote na sua apreciação os prazos previstos na Lei.

Sabe-se que a decisão de enviar a Lei da Reforma Agrária para análise da Comissão Constitucional foi tomada na última reunião do Conselho da Revolução. Trata-se de um procedimento normal e perfeitamente constitucional, portanto legítimo, por parte daquele órgão político-militar. É no entanto, curioso observar como certas forças sempre que se trata do envio à CC de diplomas cuja não aprovação possa pôr em causa os seus interesses reagem da forma mais demagógica.

Não é lícito inferir do envio de diplomas à CC a qualidade ideológica das posições individuais de cada conselheiro da Revolução pois esse acto resulta de uma deliberação em plenário. Segundo os mecanismos constitucionais quer a aprovação quer a rejeição de leis, representa, em si, uma vitória dos mecanismos constitucionais e não uma derrota desta ou daquela posição. Mais grave ainda é pretender-se que o Presidente da República sofra uma derrota sempre que qualquer diploma é considerado inconstitucional. As leis são da responsabilidade do Governo e da Assembleia da República e só depois de promulgadas é que vinculam o PR.

Açores
1 SEMANA
em aviões especialmente fretados à TAP
PARTIDAS TODOS OS SÁBADOS
Agosto 6, 13, 20, 27
Setembro 3, 10, 17, 24
Outubro 1, 8, 15, 22
Preços excepcionais desde * 4.800$
a vantagem dos voos especiais
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av da Liberdade, 160 • Telef 371341
PORTO Av dos Aliados, 207 • Telef 317921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs 27011/2
FARO Rua Cons Bivar 65 • Telefs 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM AGOSTO: 44 200

Hoje 20 páginas

TOP STAR
CALÇADA DA ESTRELA, 106
(Esquina da Rua de S. Bernardo)
SALDOS
NÃO HÁ IGUAL...

ADULTO

T. Shirts	85$00
Blusões (branco, creme e azul)	250$00
Vestidos (branco, creme e azul)	450$00
Saias (branco, creme e azul)	245$00
Calças (branco, creme e azul)	200$00
Camisas (todos os números)	150$00

CRIANÇA (Qualquer tamanho)

Camisas	115$00
Calças	120$00
Calções	85$00
Blusões	220$00
T. Shirts	60$00
Saias	130$00

Fundição de Oeiras transformada em empresa de economia mista

A Fundição de Oeiras vai ser transformada em empresa de economia mista, por decisão do Conselho de Ministros hoje publicada no «Diário da República». Nos considerandos da resolução, o Governo sublinha que levou em conta a posição da Comissão de Trabalhadores, a qual, «apontando para a transformação da Fundição de Oeiras em empresa pública, aceitaria, porém, embora com reservas, a sua transformação em empresa de economia mista». Deste modo, o Estado, que é credor da Fundição pelo montante de 460 mil contos, através da Caixa Geral de Depósitos e da banca comercial, cessará o regime de intervenção na empresa. Em contrapartida passará a ser titular da parte maioritária do capital, correspondente ao aumento de cerca de 6 mil contos para 150 mil contos, conforme se estabelece nesta mesma resolução.

O relatório apresentado pela comissão interministerial que fundamentou a decisão reconhece que durante o período da intervenção do Estado a Fundição de Oeiras, empresa considerada de relevante importância para a economia nacional, registou notável desenvolvimento, tendo realizado investimentos superiores a cem mil contos, «com o que mais que duplicou o volume das suas vendas e aumentou em cerca de 60 por cento o número de postos de trabalho». Além disso, nota ainda o relatório, durante o mesmo período verificou-se uma reabertura à exportação, «o que se traduz numa significativa entrada de divisas no País».

Acentua-se também na resolução do Conselho de Ministros que a Inspecção-Geral de Finanças, no exame que realizou à escrita da empresa, refere a inoperância da antiga administração, que se encontra suspensa desde Novembro de 1974, tendo detectado indícios da prática de irregularidades, «cujo apuramento e definição das responsabilidades implicadas se encontra, porém, cometida às instâncias competentes». Mesmo assim, o Governo decidiu manter a participação do capital privado, embora minoritariamente, e as operações que se seguem — reavaliação do activo da empresa, acerto em concreto da repartição dos capitais e elaboração dos futuros estatutos — serão realizadas pela actual comissão administrativa «com a assistência de um representante dos actuais sócios», isto é, dos antigos patrões.

Os futuros órgãos sociais serão eleitos em Assembleia Geral a convocar nos termos dos Estatutos que vierem a ser aprovados, cessando então a intervenção do Estado para dar lugar à empresa de economia mista.

"CONTRATO DE LEGISLATURA"

Reúne-se hoje em Lisboa a comissão política do PSD para análise da estratégia e táctica do Partido Social-Democrata para os próximos trabalhos parlamentares.

Rui Machete, vice-presidente do partido, em declarações ao «Diário de Notícias», afirma que o PSD não entrará em qualquer acordo que envolva os comunistas. Esta posição é idêntica à já assumida pelo CDS. Machete argumenta que «o PCP não oferece garantias de democraticidade, embora não possa ser marginalizado da vida pública portuguesa».

Sobre o chamado «contrato de legislatura» (acordo proposto por Mário Soares que envolveria os quatro principais partidos portugueses), o dirigente social-democrata considera «não ser natural que os partidos da oposição estejam dispostos a sustentar um governo minoritário».

Instado a comentar as recentes declarações de Amaro da Costa à BBC, acerca de uma eventual moção de censura ao Governo, Rui Machete sublinhou que «uma moção de censura é um instrumento de fiscalização da actividade do Governo, previsto na Constituição, e que qualquer grupo, parlamentar tem o direito de apresentar na Assembleia.

O caso Rosa Coutinho

Continuação da pág. 1

defesa que o CEMA entendeu contrárias «aos quadros institucionais e militares vigentes e acolhidas na Constituição da República». Mais adiante pode ler-se que «o RDM é coisa demasiado respeitada pelos militares conscientes da sua condição e amantes da disciplina para que possam aceitar vê-lo misturado atabalhoadamente com julgamentos de opiniões ideológicas — ainda por cima feitas estas por uma necessidade de defesa regulamentar e em documentos não públicos».

Para além de todo o totalitarismo que reflecte esta forma de fazer justiça, e de ser indisfarçável que se aplicou aos militares em causa um saneamento político, avultam nestes casos factores de natureza moral e ética, que levam muitos militares da Armada a pensar «que têm o direito de solicitar como princípio para o restabelecimento da dignidade e da capacidade moral dos oficiais visados, para o restabelecimento da autoridade do CSDA o dignificação da própria Armada e seus órgãos a publicação em ordem das decisões do CEMA que punem o almirante Rosa Coutinho, o comandante Xavier e o tenente Rodrigues Soares, acompanhadas as respectivas deliberações do CSDA. Tal publicação em nada contraria o RDM».

«O CSDA — concluiu aquele documento — não é um qualquer conselho «adhoc» que o CEMA ou quem quer que seja possa enxovalhar a seu bel-prazer. O CSDA é uma instituição antiga e digna com um papel importante na dignificação e coesão da Armada. Por isso tem de ser respeitado e a sua decisão não pode ser posta em causa no aspecto moral. Voltar à discussão inicial de quando foram formuladas as acusações é leviandade para não dizer má-fé. É passar um atestado de incompetência e subjectividade aos cinco almirantes que estudaram profundamente e deliberaram maduramente sobre os casos. É inaceitável que a coberto de razões morais ou «disciplinares se tomem medidas de caracter político, assumindo aspectos de perseguição. É inaceitável que se viole desta maneira o que de melhor um militar possui — a sua dignidade moral».

A surpresa vai sendo cada vez maior à medida que se tornam conhecidos elementos da carreira dos militares agora postos em causa. Se o «curriculum» do almirante Rosa Coutinho é hoje conhecido de toda a gente e o define como um oficial de raro prestígio e valor militar, não fogem a essa linha por exemplo o tenente Rodrigues Soares, que, entrando para a Escola Naval em 1967 foi o primeiro classificado do curso, teve a média mais elevada nas cadeiras ligadas à carreira naval, teve a mais alta classificação em Educação Física, teve a média mais alta nos dois primeiros anos do curso de Marinha.

Vem agora o almirante Souto Cruz e descobre que ele não serve para a Marinha.

nota

FLORES E ESTRUME

.Ainda não parou de receber aplausos e ramos de flores, tem dito a Imprensa de direita sobre a telefonista do Ministério das Finanças, que, há dias, respondeu com provocações a um telefonema de um redactor do «DL». Afinal, o gabinete de Medina Carreira informa-nos que a funcionária foi mandada regressar ao seu quadro de origem, nos CTT. Assim se prova que algo da dignidade adquirida com o 25 de Abril ainda subsiste no Terreiro do Paço.

VI FESTIVAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Hoje debate-se cinema português

FIGUEIRA DA FOZ, 7 — (Por Jorge Leitão Ramos) — A notícia da nomeação de Alberto Seixas Santos para presidente do Instituto Português do Cinema, chegada ontem, via Imprensa, a este Festival veio aguçar a expectativa quanto ao debate que hoje tem lugar após a exibição do filme «A Confederação» de Luís Galvão Teles. Ignora-se se a Comissão Administrativa do Instituto Português do Cinema estará ou não presente, sabendo-se, porém, que vários cineastas aqui virão com o objectivo de discutir a estrutura, organização e futuro do nosso cinema. Um debate que promete.

No dia de ontem, entretanto, a Suíça marcou positivamente presença com uma selecção de filmes de animação denotando uma notável diversidade técnica e temática. Não sendo suficiente para dissipar o cansaço e a desilusão, esta breve mostra veio fazer uma pausa tonificante no espírito que, infelizmente, paira sobre este Festival.

Espírito que aliás, os dois filmes da manhã não ajudaram a dissipar. Falamos de «Nós Teremos Toda a Morte Para Dormir» de Meed Hondo (representante da Frente Polisário da República do Sara) e do português «As Horas de Maria» de António de Macedo.

No que respeita à película de Hondo ela integra-se na corrente denominada de cinema militante, ou seja, aquele cinema que procura, primeiro que tudo, a sua eficácia como instrumento de luta ideológica imediata. Dentro deste campo, «Nós Teremos Toda a Morte Para Dormir» atinge até toda uma qualidade estética e formal apreciável. No entanto o imediatismo, que constitui a mais grave falta deste género de películas, está presente o que leva o filme a assumir-se como um lugar de afirmações de intenção, ideologicamente progressistas, mas de muito discutível eficácia, quanto mais não seja porque muito pouco ultrapassa o «slogan» de propaganda e o lugar comum. Dado que uma sala de projecção não é (social e psicologicamente) o espaço de um comício, é questionável se será esta a via a seguir pelo chamado cinema militante. Questão que, evidentemente, ultrapassa os limites deste sucinto trabalho de reportagem.

Quanto a «As Horas de Maria», um filme que se quer interveniente no âmbito do universo religioso, mormente pela dominação levada a cabo pela instituição eclesiástica, parece-nos possuído de um simplismo inconvincente e de graves insuficiências estéticas. Dir-se-ia que a fechada ambiência o clima intimista, as implicações pretendidas, são pouco solidamente dominadas pelo realizador que assim falha um filme que poderia ser deveras singular no cinema português. A ele (como, de resto, aos outros filmes portugueses) voltaremos em detalhe numa próxima oportunidade.

Na sessão das 18h (pela segunda vez neste Festival) aconteceu que o filme «Chhatrabhang» da cineasta indiana Nina Shivdasani passou legendado em alemão. Resultados imediatos: abandono quase massivo da sala por parte do público e uma ideia a germinar: a apresentação de um abaixo-assinado à organização do Festival pedindo a legendagem dos filmes em servo-croata. Uma nota de humor no meio da monotonia.

À noite uma nova desilusão: «C'est la vie en rose», do alemão ocidental Hans Christof Stenvel. Dedicado à memória de Marcel Duchamp, este filme constituiu uma monótona e infeliz deambulação por uma certa memória cultural e por uns Estados Unidos reduzidos a meia dúzia de personagens e situações debilmente irónicos sob um olhar superficial e exterior.

O «jazz» e os seus filmes (da colecção de John Baker) continuam, entretanto, a servir de razoável paliativo a uma programação que se aproxima, perigosamente, do grau zero. Entre dois filmes desinteressantes ver e ouvir Mahalia Jackson ou Lightin Hopkins (como ontem aconteceu) é sempre reconfortante.

Nota: Ontem no texto publicado uma gralha infeliz introduziu-se e modificou a intenção de uma das afirmações. Assim onde se lia «o que afinal só diz bem da prepotência que a sua personalidade veicula» dever-se-á trocar o termo «prepotência» por «percutência». Para que tudo fique no seu devido lugar.